

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Entre picadas e trilhas: trajetórias de famílias em área de
assentamento em Manaus, AM**

ANA CRISTINA FERNANDES MARTINS

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ribeirão Preto da
Universidade de São Paulo – USP, como parte
das exigências para obtenção do título de
Doutor em Ciências na área de Psicologia.

Ribeirão Preto – SP

2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Entre picadas e trilhas: trajetórias de famílias em área de
assentamento em Manaus, AM**

ANA CRISTINA FERNANDES MARTINS

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ribeirão Preto da
Universidade de São Paulo – USP, como parte
das exigências para obtenção do título de
Doutor em Ciências na área de Psicologia.

Orientador: Dr. Geraldo Romanelli.

Ribeirão Preto – SP

2010

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico para fins de estudo ou pesquisa, desde que seja citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Departamento Técnico Integrado de Bibliotecas da USP

Martins, Ana Cristina Fernandes

Entre picadas e trilhas: trajetórias de famílias em área de Assentamento em Manaus, AM. Ribeirão Preto, 2010.

160 p.

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Psicologia.

Orientador: Romanelli, Geraldo.

1. Família de trabalhadores rurais.
2. Políticas públicas.
3. Assentamentos rurais.

Este trabalho de pesquisa recebeu financiamento parcial da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Cristina Fernandes Martins

Entre picadas e trilhas: trajetórias de famílias em área de assentamento em Manaus, AM.

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – USP, para obtenção do título de Doutor em Ciências na área de Psicologia.

Aprovado em: //.....

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura: _____

Dedicatória

Ao meu filho Rafael Martins da Costa e meu companheiro Tomzé Vale da Costa, pela compreensão de minha ausência e distância para elaboração da tese por onze longos meses e, pelo apoio irrestrito.

Aos agricultores e agricultoras que, de fato, constroem a reforma agrária através de sua luta, persistência e resistência, aqui representadas pelas famílias participantes do estudo.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Geraldo Romanelli, pela amizade e atenção dispensadas, que culminaram em uma orientação rigorosa e terna.

À Prof^a. Dr^a. Eucia Beatriz, cujo apoio se fez presente da coordenação do DINTER na USP à solidariedade na disponibilidade da estrutura necessária à minha permanência em Ribeirão Preto.

À Prof^a. Dr^a. Zélia Maria Mendes Biasoli-Alves (*In Memoriam*), por sua dedicação e ousadia na implantação do DINTER USP-RP/ UFAM.

Às Professoras Doutoras Maria Aparecida de Moraes Silva (UNESP) e Vera Lúcia Navarro (FFCLRP-USP), pelas recomendações no exame de qualificação, fundamentais para o enriquecimento do trabalho.

À FAPEAM, pela concessão da bolsa de estudos de nove meses DINTER-RH.

À amiga, Prof^a. Ana Maria Bittencourt, cuja insistência e apoio me fizeram trilhar os caminhos desse doutoramento.

Ao Colegiado do Departamento de Administração e Planejamento, da Faculdade de Educação, que me concedeu a liberação necessária para a elaboração e conclusão da tese.

À Superintendente do INCRA/AM, Maria do Socorro Marques Feitosa e, à equipe técnica do INCRA/AM representada por Acácia Neves, Ellen Silva, José Brito Braga Filho e Valda Corrêa de Melo pela colaboração através do consentimento à realização da pesquisa, disponibilização do banco de dados, relatórios e mapas referentes ao Projeto de Assentamento respectivamente.

Aos amigos Lídia, Carlito (*In Memoriam*) e Naruan Ferraz, pela acolhida carinhosa, que permitiu minha rápida adaptação em Ribeirão Preto a partir de julho de 2009.

À Prof^a. Dr^a. Arminda Rachel Mourão pelo apoio e acompanhamento à solicitação de transporte na Reitoria da UFAM com vistas à continuidade e término da pesquisa de campo.

Ao Prof^o. Marco Antônio de Freitas Mendonça, Diretor da Fazenda Experimental da Faculdade de Ciências Agrárias pela amizade, disponibilidade e solidariedade no acompanhamento à seqüência e término da pesquisa de campo ao Projeto de Assentamento.

Aos amigos e amigas da turma de Doutorado que partilharam os momentos de angústia e alegria durante esse percurso, em especial à Graça Marrocos, Lídia Ferraz, Emília Abbud, Céu Chaves, Raquel Castro e Socorro Duarte.

À Prof^a. Dr^a. Iolete Ribeiro da Silva, pela acolhida no Laboratório de Aprendizagem/ Linha de pesquisa em “Psicologia Escolar/Educacional em Contextos Amazônicos”, cujos estudos propiciaram a escolha da trilha metodológica da pesquisa.

Às Professoras Doutoras Rosemeire Carvalho e Cláudia Sampaio pelo apoio e, por aceitarem o desafio de exercer a espinhosa tarefa da Coordenação do DINTER na UFAM.

Ao querido Thales Feitoza, melhor amigo de meu filhote Rafael, que me presenteou com o “Abstract”.

Ao Dr. Wagner Lúcio Gueleri, que através da terapia de acupuntura tradicional me fez suportar as prolongadas horas frente ao computador para conclusão da tese em Ribeirão Preto.

*Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte, mais feliz quem sabe
Eu só tenho a certeza
De que muito pouco eu sei, ou nada sei
Conhecer as manhas e as manhãs
O sabor das massas e das maçãs
É preciso amor pra poder pulsar
É preciso paz pra poder sorrir
É preciso a chuva para florir
Sinto que seguir a vida
Seja simplesmente
Compreender a marcha
E ir tocando em frente
Como um velho boiadeiro
Levando a boiada
Eu vou tocando os dias
Nessa longa estrada eu vou
Estrada eu sou
Todo mundo ama um dia
Todo mundo chora
Um dia a gente chega
No outro vai embora
Cada um de nós compõe a sua história
E cada ser em si carrega o dom de ser capaz
De ser feliz
Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso porque já chorei demais
Cada um de nós compõe a sua história
E cada ser em si carrega o dom de ser capaz
De ser feliz*

(Tocando em Frente /Almir Sater e Renato Teixeira)

RESUMO

MARTINS, Ana C. F. Entre picadas e trilhas: trajetórias de famílias em área de assentamento em Manaus, AM. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2010.

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a trajetória das famílias de agricultores e agricultoras em busca pela terra e a luta realizada pelas mesmas para permanecer e sobreviver em área de assentamento, em Manaus-AM. No estado do Amazonas, encontram-se aproximadamente 42.346 famílias assentadas em 129 Projetos de Assentamento sob a responsabilidade do INCRA, assistidas por diversos programas sociais oferecidos por esse estado de forma insuficiente. A pesquisa teve como objetivos específicos elaborar uma caracterização de seis famílias residentes na área supracitada, investigando aspectos sociais, econômicos e culturais em que vivem. A pesquisa buscou ainda analisar as percepções dessas famílias sobre as políticas públicas, a fim de contribuir para o redimensionamento das várias formas de atuação do poder público na esfera municipal, estadual e federal, desvelando as dificuldades enfrentadas pelas mesmas a fim de prover seus respectivos sustentos através da agricultura familiar. Para o alcance dos objetivos propostos foi adotada a abordagem qualitativa, o método de estudo de caso através de pesquisa e análise documental, observação participante e entrevistas semi-estruturadas. A escolha das seis famílias participantes do estudo teve como critérios: a) residir na área desde a implantação do assentamento; b) participar de programas ou projetos oferecidos pelo poder público; c) participar das associações de agricultores locais em busca da melhoria das condições de permanência na área. Os resultados apontam a migração das famílias advindas de diferentes estados do país e municípios do Amazonas, em busca de estabilidade de moradia e subsistência, sob o impacto de muitas perdas e sofrimento. As condições de sobrevivência no assentamento são dificultadas em razão da falta de acesso aos recursos devido à burocracia exigida para obtenção de financiamento para a produção agrícola familiar, bem como escasso acompanhamento técnico das instituições de fomento e escoamento da produção. A ausência da escola de ensino médio e a insuficiência de serviços médico-odontológico levam as famílias a buscar com frequência esses serviços públicos na sede do município, através de um sistema precário de transporte. As melhorias no acesso ao assentamento e na ampliação dos serviços em grande parte são obtidas pelas famílias de agricultores e agricultoras, via participação nos movimentos organizados por elas, o que demonstra uma tendência gradativa das famílias em exigir seus direitos frente ao poder público nas diversas instâncias governamentais.

Palavras-chave: Família de trabalhadores rurais; políticas públicas; assentamentos rurais.

ABSTRACT

MARTINS, A. C. F. *Between trails and paths: trajectories of families in settlement area in Manaus, AM*. Thesis (Doctorate). Faculty of Philosophy, Sciences and Letters. University of São Paulo. Ribeirão Preto, 2010.

This research aimed to investigate the trajectory of the families of several farmers in search for land held by them and their struggle to survive and remain in settlement areas in Manaus-AM. At the Amazonas state, there are approximately 42.346 families residing in 129 Settlement Projects under the responsibility of INCRA, assisted by various social programs offered by that state inadequately. The research aimed to develop a specific characterization of six families living in the area mentioned above, and also investigate the social, economic and cultural environments in which they live. The survey also sought to examine the perceptions of those families on public policies in order to contribute to the resizing of various forms of acts of public authorities at the municipal, state and federal, revealing the difficulties faced by them to provide their livelihoods through the family farm. To achieve the objectives proposed, it was adopted a qualitative approach, the method of case-study through research and documentary analysis, participant observation and semi-structured interviews. The choice of the six families who participated in the study were the following: a) reside in the area since the implementation of the settlement, b) participate in programs or projects offered by the government; c) participate in local farmers' associations in pursuit of improved conditions stay in the area. The results indicate the migration of families resulting from different Brazilian states and small cities of Amazonas sougning for stable housing and subsistence, traumatized by the impact of multiple losses and suffering. The living conditions in the settlement are hampered because of lack of access to resources due to the paperwork required to obtain funding for family farming, and scarce technical monitoring of development agencies and production flow. The lack of high schools and insufficient medical and dental services makes families frequently seek such public services in the town, through a precarious transportation system. Improvements in access to settlement and expansion of services are largely obtained by the families of farmers, through participation in organized movements for them, which shows a gradual tendency of households to demand their rights against the government in several government instances.

Key-words: Rural worker families, public policies, rural settlement.

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
AFEAM	Agência de Fomento do Estado do Amazonas
ASSAGRI	Associação Agrícola do Ramal do Pau Rosa
ATES	Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental
BASA	Banco da Amazônia
BBEDUCAR	Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos da Fundação Banco do Brasil
CECON/AM	Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas
CONTAG	Confederação nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOTEDAM	Cooperativa de Trabalhos Técnicos e Auxiliares de Desenvolvimento Econômico da Amazônia.
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Assistência Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FNO	Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte
GETAT	Grupos Executivos de Terras do Araguaia/Tocantins
GEBAM	Grupos Executivos de Terras do Baixo Amazonas
GINI	Coeficiente da Distribuição Ideal de Renda ou de Terra
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira
ITERAM	Instituto de Terras do Amazonas
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA	Projeto de Assentamento
PIB	Produto Interno Bruto
PROCERA	Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RADAMBRASIL	Sistema de Radar Brasileiro dos Recursos Naturais do País
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de Manaus
SEPROR	Secretaria de Estado de Produção Rural
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômico da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	21
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	27
1. Breves considerações sobre a Amazônia.....	27
2. A organização dos assentamentos.	35
3. A família e a produção agrícola familiar	42
4. A família no contexto dos Projetos de Assentamento no Amazonas	44
5. As políticas públicas para a permanência das famílias no assentamento	47
CAPÍTULO II. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TRABALHO DE CAMPO.....	51
1. Objetivos.....	51
a) Objetivo geral	51
b) Objetivos específicos.....	51
2. Metodologia.....	51
3. A pesquisa documental no INCRA-AM.....	53
4. Participantes da pesquisa	54
5. O campo de investigação	54
6. Trilhas percorridas no trabalho de campo	58
7. Procedimento de análise dos resultados obtidos	62
CAPÍTULO III. A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS	63
1. O processo migratório e a caracterização das famílias.....	63
a) Família Laranja.....	64
b) Família Açaí	67
c) Família Pé-de-Moleque.	69
d) Família Farinha	71
e) Família Hortaliça	72
f) Família Banana	73
2. Entre picadas e trilhas: a chegada das famílias ao Assentamento	75
3. As dificuldades de locomoção entre o Assentamento e Manaus.....	81
4. As condições do Assentamento e a construção da moradia	86
5. A agricultura familiar: do plantio à colheita, do escoamento à comercialização	95
6. As dificuldades para o financiamento da produção familiar	103

7. A escola no Assentamento	109
8. A saúde no assentamento	114
9. A produção familiar: cotidiano e redes de solidariedade.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	139
ANEXOS.....	145
APÊNDICES	151

APRESENTAÇÃO

Descrever a trajetória de trabalho enquanto docente na Universidade Federal do Amazonas, desde 1991, ao longo de dezenove anos de exercício no magistério superior, bem como a relação estabelecida com o objeto de estudo proposto para esta tese, requer explicitar a compreensão da pesquisadora acerca do papel social da Universidade ao longo da história, instituição que se constitui em patrimônio nacional, responsável pela formação de recursos humanos de uma dada sociedade, contribuindo assim para seu desenvolvimento e melhoria de vida da população nela inserida.

Tal preocupação valida o compromisso da pesquisadora, junto a sua instituição de origem e aos sujeitos inseridos neste estudo, residentes em área de reforma agrária no município de Manaus. Ao mesmo tempo, consolida a concepção da mesma de que a universidade pública deve preservar sua característica de produzir o conhecimento através de pesquisas que desvelem o cenário social controverso no estado e contribua, através dessas reflexões, para o melhor atendimento às demandas sociais, na perspectiva de tornar-se socialmente referenciada junto à população amazonense.

Historicamente, a origem e o desenvolvimento da Universidade, tanto institucional quanto socialmente, demonstraram que sua criação veio ao encontro da formação de uma elite aristocrática e de mérito que sofreu mudanças estruturais. Do ponto de vista conservador, a vocação da universidade seria o investimento intelectual de longo prazo, a investigação básica, científica e humanística, uma vocação por natureza isolacionista e elitista.

A Universidade, como instituição, desenvolveu modelos diversos adaptando-se aos processos históricos e às necessidades sociais de diferentes épocas. Isto se deu, principalmente, com a Revolução Industrial que, na consolidação do modo social e histórico de produção capitalista, trouxe exigências de especializações e técnicas que se ajustassem à nova divisão social do trabalho.

Segundo os estudos realizados por Wanderley (1988), as Universidades, neste processo de desenvolvimento econômico e social, deveriam observar as características básicas de cada nação, pois, pensadas para formar os filhos da burguesia, foram pressionadas, posteriormente, a atender aos reclamos da mobilidade social dos filhos da classe média.

Paulatinamente se transformaram em locais para conceder, através de reconhecimento de títulos e diplomas conferidos por órgãos e classes governamentais, a permissão para o exercício das profissões. Tal processo histórico, institucional e político confirma o caráter contraditório das funções da Universidade.

Sob o impacto determinado por essas novas exigências, constata-se a necessidade de ampliar os conhecimentos, produzir novos saberes, através de diferentes atividades acadêmicas tais como a pesquisa, o desenvolvimento de novas tecnologias e projetos.

Entretanto, no Brasil, a ausência de política pública e de matriz ideológica não contemplou ou viabilizou os processos culturais, com raras exceções, de alguns grupos pioneiros em algumas universidades, em épocas distintas, tendo impedido a orientação popular e social do papel das Universidades, qual seja, o de prestar serviços que beneficiem à sociedade, que a sustenta, viabilizados em projetos no campo da pesquisa e extensão que atendam suas demandas nas mais diversas áreas, sem, contudo substituir o papel do Estado enquanto mantenedor das políticas sociais.

Este paradigma traz à tona, com o passar dos anos, a preocupante constatação de que ainda é tímida a relação entre universidade e sociedade, principalmente no que se refere ao cotidiano das classes subalternas, excluídas de condições dignas de sobrevivência. Dessa maneira, chama-se a atenção para a premissa de Fávero (1980) na qual, segundo a autora, a Universidade não está fora da história do país e a educação, como prática social, deve estar profundamente comprometida com a realidade brasileira. Em consonância com o pensamento da autora de que a Universidade não deve ignorar o processo de formação de futuros cidadãos e cidadãs, bem como as lutas e contradições da sociedade que a circunda, Vieira Pinto (1986, p.32) afirma que

[...] É nessa perspectiva de avançar e construir novos horizontes, mesmo com adversidades políticas e econômicas às quais tem sido submetida nas últimas décadas, que a Universidade brasileira vem sendo construída, com vistas a abrir suas portas para aqueles que foram expulsos e negados por ela, demonstrando que, apesar da resistência de alguns setores não podem deixar de refletir, ao menos passivamente, os ecos das lutas travadas na comunidade.

Sabe-se que o isolamento da Universidade em relação à sociedade configura-se numa das causas de sua crise. Deixando de perceber o que existe ao seu redor, a Universidade não relaciona suas teorias com a realidade – práxis - ação e reflexão. Diante disto, Buarque (1995) ressalta que a democratização da Universidade torna-se, assim, uma necessidade como método de levá-la a descobrir o mundo real e tentar transformá-lo.

No Amazonas foi criada em 1909, a Escola Universitária Livre de Manáos, com tendência liberal, formada a partir de corporações militares. Em 1913, foi transformada em Universidade Livre de Manáos, até 1926, quando ao deixar de atender explicitamente aos interesses do modelo econômico extrativista vigente, é extinta.

Em 1962, às vésperas do golpe militar, ressurgiu como Universidade do Amazonas, através da iniciativa oficial, que visava consolidar o modelo econômico e político que se implantava, atendendo posteriormente ao projeto de desenvolvimento da Zona Franca de Manaus, que decorre do interesse do capital internacional pela Amazônia.

Segundo Araújo (1985), nesse contexto pós-ressurgimento, em 1962, a Universidade do Amazonas passa, então, a ter o papel de formadora de mão-de-obra, em consonância com o modelo de industrialização implantado em Manaus com a Zona Franca.

Não estando completamente distanciada e alheia à realidade nacional e vislumbrando contribuir para o fortalecimento do papel social das universidades brasileiras, a Universidade do Amazonas percorreu outros caminhos na tentativa de traçar, entre outros, um projeto de educação, tendo como base o compromisso com a resolução de problemas existentes na sociedade amazonense.

Esse projeto, de acordo com Brito (2009), se delineou com mais precisão no período de 1989-1993, quando a aproximação da Universidade com a população interiorana se realizou através do processo de interiorização de alguns cursos de graduação em nível de licenciatura, tais como: Pedagogia, Geografia, Filosofia, Letras, Química, Matemática e Física, dentre outros, que propiciassem a formação de educadores, essencial para o desenvolvimento e melhoria da educação em grande parte dos municípios do Amazonas, e com a criação de diversos núcleos de estudos e pesquisas.

Nesta perspectiva, a experiência da pesquisadora enquanto profissional de ensino desta instituição coaduna-se com a concepção de que, para a consolidação do projeto de uma nova Universidade, é necessário o envolvimento com as problemáticas existentes na realidade cotidiana, o que justifica o histórico mencionado.

Sendo assim, através do NEPE - Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais, vinculado à Faculdade de Educação, a pesquisadora participa desde 1990, sua formação acadêmica, em nível de graduação, de atividades voltadas para Educação de Jovens e Adultos, por intermédio de projetos de extensão e pesquisa, tanto na capital quanto no interior do Estado do Amazonas.

De acordo com estudos realizados por Ribeiro (1995), a experiência do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais viabilizou, ao longo de sua existência, iniciada em 1989, projetos acadêmicos afinados com os interesses e expectativas de camadas expressivas da população manauara e amazonense que experimentam formas de exploração, opressão, discriminação, estando expostas a uma relação de subalternidade no contexto social, engendrado pelo sistema capitalista de produção.

Os projetos e ações elaborados e desenvolvidos pelo Núcleo, ao longo de vinte e um anos de trajetória, estão voltados para a problemática da Educação Popular na Região Amazônica que através de seu Regulamento, em 1992, fixa competências como o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Tais competências expressam no Regulamento do NEPE o compromisso social da Universidade Federal do Amazonas, estimulando e realizando a produção teórica e a geração de novas experiências no âmbito da temática - eixo. Além disto, realiza assessorias a grupos e entidades interessadas em desenvolver projetos de pesquisa, ensino e extensão entre outras ações voltadas para o movimento popular, no campo da Educação, priorizando as demandas de qualificação de educadores e de novas metodologias e ação social educativa.

Em consequência da conjuntura econômica e do tratamento dado às universidades públicas pelo Governo Federal, na década de 1990, especificamente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que diminuiu o repasse dos recursos públicos para as universidades públicas e, conseqüentemente para Universidade Federal do Amazonas, o Núcleo passou a ter maior dificuldade em receber financiamento através da aprovação de projetos de alfabetização de adultos para ser desenvolvido nas comunidades, como ocorreram nos seis anos consecutivos à criação do mesmo.

De acordo com Santos (1994), tal situação revela o ápice de uma crise financeira das universidades iniciada nos anos 1970, colocando-as em uma política de concentração de recursos que deveria ser complementada por outra, qual seja, a procura de recursos externos, não estatais. Ao se submeterem a esta pressão as universidades passam a privilegiar a investigação e a prestação de serviços para empresas e indústrias assumindo um caráter de “universidade operacional”.

Na perspectiva de dar continuidade às atividades de extensão e pesquisa no campo da Educação Popular, a equipe do Núcleo participou do convênio interinstitucional firmado entre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-AM/Superintendência Regional), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI), assinado em 26 de novembro de 2001, com suas atividades iniciadas no dia 03 de dezembro daquele ano.

As respectivas atividades foram desenvolvidas inicialmente por intermédio de reuniões entre as equipes do INCRA-AM responsável pelo PRONERA e da Universidade Federal do Amazonas representada pelo Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas

Educacionais – NEPE, da Faculdade de Educação, enquanto executor das atividades pertinentes ao Convênio com a finalidade de planejar a implantação do projeto.

O Projeto-Piloto **de Educação de Jovens e Adultos em Áreas de Assentamento no Estado do Amazonas** teve a perspectiva de aproximar-se da realidade vivenciada pelas populações que constituem os assentamentos existentes no estado, através de uma intervenção pedagógica que buscou a superação das dificuldades relacionadas à problemática do analfabetismo entre jovens e adultos na zona rural dos municípios onde se localizam os referidos assentamentos. Tal proposta consubstanciou-se por intermédio dos pressupostos filosóficos e metodológicos de Paulo Freire para a Educação de Jovens e Adultos.

Considerando os aspectos relacionados anteriormente, o objeto de estudo que consubstanciou esta tese nasceu dessa experiência pedagógica da pesquisadora, durante o período em que exerceu a coordenação desse projeto de extensão e participou de outros projetos realizados entre 2001 e 2007 realizados junto às famílias de trabalhadores rurais, residentes em diversas áreas de assentamento do INCRA no estado do Amazonas, especificamente nos municípios de Manaus, Careiro Castanho, Presidente Figueiredo, Itacoatiara e Rio Preto da Eva.

Dessa maneira, em consonância com os objetivos propostos na pesquisa, esta tese, foi estruturada a partir da seguinte organização: a Introdução abrange uma breve contextualização sobre a Amazônia, contemplando o modo de vida e a constituição socioeconômica do estado do Amazonas, foco onde se desenvolveu a pesquisa, na área rural do município de Manaus; Na seqüência constam os aspectos teóricos sobre assentamentos no Brasil, a caracterização da família brasileira no contexto urbano e rural, bem como a importância das políticas públicas enquanto mediadoras da permanência de famílias em áreas de reforma agrária no Amazonas e no Brasil e os objetivos da pesquisa.

No segundo capítulo serão apresentados os procedimentos teórico-metodológicos que nortearam a realização da pesquisa, com a apresentação da metodologia, descrição dos participantes, localização geográfica do campo de investigação, envolvendo os aspectos ambientais e produtivos da área de assentamento, percurso trilhado para obtenção dos dados e procedimentos utilizados para análise do material coletado.

No terceiro capítulo constam os resultados da pesquisa, através da análise das trajetórias das famílias antes e após a chegada das mesmas no Projeto de Assentamento em Manaus, envolvendo suas histórias de vida, bem como seus olhares sobre o trabalho e a vivência no mundo rural, a articulação com seu entorno através das redes sociais, reprodução familiar, relações de gênero, a produção para a subsistência das mesmas e a comercialização

dos produtos excedentes nas feiras do município. São expostas ainda, as representações das famílias sobre suas trajetórias e, as ações do poder público que colaboraram ou não para suas respectivas permanências na área de assentamento.

Nas considerações finais, é apresentada a síntese das reflexões sobre as condições de vida das famílias residentes na área pesquisada, cujas dificuldades enfrentadas são as mesmas dos demais projetos de assentamento existentes no estado do Amazonas.

Neste sentido, este estudo pretende contribuir para o entendimento dessa realidade e para outras pesquisas que possam dar prosseguimento e aprofundamento às problemáticas vivenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais no contexto da reforma agrária, na perspectiva de apontar caminhos que melhorem os serviços ofertados aos mesmos pelo poder público em nível local.

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO

O mundo rural a partir da década de 1990 passou a ocupar lugar de destaque nas pautas de discussão sobre o desenvolvimento do Estado brasileiro, especialmente no estado do Amazonas onde o governo local destaca em sua retórica institucional a necessidade de um desenvolvimento sustentável para a região. Porém, o que menos se desvela e explicita é a realidade das populações rurais inseridas nessa área e as condições de vida às quais as mesmas são submetidas no desafio e esforço diário de produzir alimentos para a subsistência de suas famílias.

Na Amazônia, em geral, as populações tradicionais que vivem em meio à floresta e em áreas de várzea se encontram esquecidas pelos gestores das políticas públicas, na medida em que essas políticas elaboradas nas últimas décadas não levaram em consideração as especificidades culturais políticas e sociais próprias destes segmentos (SCHERER, 2004).

Para melhor compreender as múltiplas dimensões dessa realidade, torna-se necessário apresentar sucintamente como se caracteriza a realidade social, econômica e cultural no Amazonas, recorrendo a diversos estudos e ressaltando os aspectos de sua formação e influências sofridas nos seus diversos períodos de desenvolvimento, desmistificando o caráter exótico e mítico que lhe é atribuído pelo olhar expresso das demais regiões do Brasil.

1. Breves considerações sobre a Amazônia

Os estudos sobre a Amazônia na atualidade mostram que a compreensão dessa região extrapola uma conceituação simplista, face à heterogeneidade de aspectos que compõem sua multiplicidade: clima, vegetação, caracterização socioeconômica, constituição étnico-cultural.

As características de formação da Amazônia destacadas por estudiosos como Araújo (2003, p.30) remontam à constituição geográfica da mesma que se sobrepõem aos fatores de ordem social

O meio é, apesar de tudo, um complexo opressivo, difícil de verdadeiramente, alguém escapar ou fugir dele. Posição, aspectos, clima, hidrografia, vegetação, recursos naturais, tudo exerce sua pressão sobre o indivíduo [...]. Na vazante tem um aspecto. Na cheia tudo muda. É comum chamar-se a um rio a estrada que corre.

Por intermédio dessa afirmação o autor estabelece que o meio, em seus diversos aspectos como o clima, determinou ao longo do tempo a conduta da população nessa área, que apresenta características diferentes das de outras regiões do país.

Para melhor compreensão deste aspecto, faz-se necessário elucidar os fenômenos sazonais da “enchente/ cheia” e “vazante/ seca”, ocorridas nos rios da região que se constituem nas estradas reais que possibilitam o acesso às várias áreas e são determinantes para as populações ribeirinhas que vivem às margens do rio, uma vez que tais fenômenos exercem profunda influência na agricultura e na pesca.

No Amazonas, especificamente, o imperativo da natureza se faz presente. Nos rios se presencia ao longo do ano de dezembro a julho, denominado inverno, a enchente/cheia que revela a estação dos peixes magros e de pouca fartura na pesca, enquanto na vazante/seca, ocorrida nos meses de agosto a novembro, considerado verão, observa-se a fartura de peixes, expressando assim, o tempo ecológico de cada ciclo das águas (WITKOSKI, 2007).

A descrição desses fenômenos da natureza propicia a compreensão de que nessa região, a natureza se sobrepõe ao homem e, para a sobrevivência deste, torna-se imprescindível adaptar-se à mesma. Essa adaptação não é necessária apenas às populações que residem às margens de rios, lagos e igarapés, pois também se faz premente para quem vive em terra firme, dentro da mata ou floresta densa e fechada.

É importante frisar que a natureza não é toda poderosa e para enfrentar os obstáculos impostos por ela os povos da floresta e das águas desenvolvem estratégias de resistência para viver nos ecossistemas predominantes na Amazônia, terra firme e várzea. Dessa maneira, a relação com o ambiente é mediada pela cultura, que é acumulada e transformada ao longo do tempo, pelas diversas gerações que ocupam esse espaço.

Considerando essas características básicas que delineam o complexo quadro biológico e cultural da Amazônia, no que diz respeito à flora, Araújo (2003, p.45) descreve os diferentes tipos de matas.

Quanto à floresta, divide-se em seis aspectos: matas de terras firmes, matas de várzea, matas dos igapós, vegetação arbórea (em cada área seca, à margem das cachoeiras), matas dos morros secos, e do rio Negro, cujo tipo de vegetação se assemelha à caatinga. Os campos se dividem em campos de lugares úmidos (campinas), ricos de gramíneas e árvores e, campos das baixadas úmidas [...]. Espécies como samaúmas, leguminosas, seringueiras, castanheiras, cumaru e palmáceas [...]. Enormes associações vegetais, em que densos cipoais e matas fechadas que se chamam bamburrais e extensos gregarismos de aninga, de jarina, infestam a mataria [...]. Toda essa grandeza vegetal é filha direta do clima equatorial [...]. E falar do clima é falar da

humanidade, do calor e especialmente das enormes massas d'água que caem sobre a planície, amiudamente.

A fauna amazônica é descrita pelo mesmo autor como vasta e rica, tão exuberante quanto a vegetação. Dentre os principais animais com tipos próprios e característicos destacam-se a mucura, as cuícas, os morcegos, os macacos-da-noite, os saguis, o parauacu, o chuchiú, o macaco-de-cheiro, o macaco-prego, os coatás, os barrigudos, o cachorro-do-mato, os tamanduás, as preguiças, os tatus, os veados e felinos, como o jaguar e a suçuarana.

A fauna aquática é imensa e merece destaque especial face à grande vida fluvial da região. Peixes como acará-bandeira, acará-açu, acará comum, traíra, piranha, jacundá-coroa, cuiú-cuiú, pirarucu, aruanã, tambaqui, mandi, jaraqui, piraíba, pirarara, pintado, poraquê, pacamã, matrinxã, pirapitinga, pacu, bagrinho, boto-branco e tucuxi, espécies diversas de jacarés, quelônios como a tartaruga e o peixe-boi, ameaçado de extinção, compõem essa diversidade.

Dentre as espécies de aves, apresentam-se com maior abundância os patos, marrecas, jaçanãs, maçaricos, as araucuãs, mutuns, cujubins, saracuras, frangos d'água, andorinhões, gaivotas, maçaricos, tetéus, guarás, unicornes, urubus, gaviões, jacurutí, mocho, murucututu, caborá, coruja, papagaios, periquitos, araras, arirambas, surucuás, tucanos e beija-flores. Finalmente, ofídios como a cobra-cipó, a sucuriçu, jibóia, a caninana, as corais, a jararaca, a surucucu, a jararacuçu, coabitam o mesmo espaço.

O clima é caracterizado por chuvas abundantes, ventos, grande umidade, intensa evaporação e calor tropical que compõem as condições da Amazônia, onde só há predominantemente o verão, uma vez que o período de chuvas, chamado de inverno, também tem abundância de calor.

De acordo com Araújo (2003, p.53), “o calor da Amazônia não é o senegalês, asfixiante. A ventilação, a umidade, a floresta, as chuvas abundantes, a abundâncias de águas extinguem o seu rigor, ou a sua insuportabilidade”. Dessa maneira, é possível perceber como o clima é capaz de exercer influência imperativa no ritmo de vida do indivíduo que habita a região e, se impõe limites às atividades humanas, a criação de recursos culturais permite enfrentá-los e contorná-los.

Os aspectos peculiares, que diferenciam essa região de outras do país, demandam uma análise específica para superar representações relacionadas a uma concepção de que esse espaço deve permanecer intocado e preservado, por ter o manancial de florestas que constituem o “pulmão do mundo” como se costuma denominar em literatura nacional. Outra

representação, que considera a Amazônia um vazio demográfico, esteve inserida em grande parte dos discursos governamentais na década de 1970, durante a ditadura militar e evocava que a abertura da rodovia Transamazônica era necessária para transferir homens sem terra para terras sem homens (MARTINS, 1990).

Tais representações, elaboradas a partir de um projeto político expansionista e fundada em uma ideologia voltada para os interesses do capital, abrigam implicitamente a intenção de explorar a diversidade de riquezas da Amazônia, ignorando a presença dos povos tradicionais inseridos nessa realidade: as populações que vivem às margens dos rios e no seio da floresta dentre as quais se destacam majoritariamente, os índios, os cablocos e os ribeirinhos.

Assim como no processo de colonização do Brasil, na Amazônia, de acordo com Silva (1996), dois aspectos fundamentais em seu povoamento foram: a conquista dos portugueses voltada para fins comerciais e a catequese promovida pela igreja católica, através de diversas ordens religiosas, dentre elas as Carmelitas e Jesuíticas, com a finalidade de inculcar nos indígenas a assimilação dos hábitos dos colonizadores e formação de núcleos de acomodação para conseguir a colaboração dos índios facilitando a exploração das terras e de seus mananciais.

Nesse contexto, foram os povos indígenas e colonos portugueses que construíram as cidades amazônicas. E pensar essas cidades durante o século XIX é pensar também nos seus habitantes, pois as mesmas nascem e permanecem indígenas por um longo período de sua história.

São Tikuna, Omágua, Umaus, Xumausa, Payabis, Catapuyas, Nahuas, Araus, Sorimãos, Torá, mestiços, híbridos, cablocos, tapuias e tantas outras denominações em sua grande maioria por Paul Marcoy. Marcoy oferece uma etnografia de nomenclaturas dos povos indígenas impressionante, citando até suas variações gramaticais. O viajante comenta que só no Alto Solimões existiam noventa e oito povos indígenas. (OSSAME, 2007, p. 118)

No final do século XIX, a Amazônia viveu o seu apogeu econômico durante o período de exploração da borracha. Para alimentar esse modelo econômico, milhares de sertanejos migraram do nordeste com a grande seca de 1870 e trabalharam em condições de escravidão velada nos seringais situados no interior do estado, como afirma Witkoski (2007, p.94)

[...] A região amazônica experimentou um período de grande prosperidade econômica, estimulada pela crescente valorização, nos mercados mundiais, de um de seus produtos tradicionais de extrativismo – o látex. A Amazônia, naquele momento, na qualidade de único fornecedor, transforma praticamente toda sua atividade produtiva em economia gomífera, no sentido de responder às demandas volumosas da indústria europeia e norte-

americana com o advento dos veículos automotores. Ao esforço da produção de látex, tornou-se imprescindível acrescentar uma questão prévia, qual seja o aliciamento intensivo de força de trabalho capaz de azeitar o empreendimento nas duras condições de trabalho dos seringais.

A expansão dessas atividades, cujo ápice se deu entre 1898 e 1912, edificou a riqueza à custa do sacrifício dos trabalhadores nos seringais e propiciou um desenvolvimento acelerado na região através da circulação de mercadorias decorrentes da comercialização do látex, feita por navegação a vapor, mantida pelos chamados “portos de lenha”¹ e contribuiu, segundo Oliveira (2000), para uma nova constituição de rede urbana, em especial em Manaus e Belém.

Manaus, inicialmente fundada em 1669 juntamente com a construção do forte São José do Rio Negro, foi transformada em vila e denominada com o mesmo nome em 1832. Legalmente, passa a ser constituída em cidade em 1848 com o nome de Cidade da Barra do Rio Negro. Posteriormente passa a ser denominada como Manaus - termo atribuído em homenagem à tribo do Manaós – em 1858.

Enquanto capital do estado e durante o apogeu da borracha ocorrido entre 1890 e 1920, Manaus passou a ser considerada a Paris dos Trópicos e foi uma das cidades mais prósperas do Brasil com renda per capita maior que a do sudeste do país onde já se iniciara o cultivo do café, atividade também voltada para exportação e geradora de grande volume de riqueza.

A exploração da borracha proporcionou a Manaus um sistema de água encanada e esgotos, bem como rede elétrica e conseqüentemente o bonde elétrico. Os prédios erguidos na cidade nesse período sofrem influência da arquitetura européia, presente em construções como o Teatro Amazonas, o prédio da Alfândega e o Mercado Municipal Adolpho Lisboa, situadas no centro de Manaus.

Após a Primeira Guerra Mundial, o ciclo da borracha na Amazônia, de acordo com Costa (2007), sofre um período de estagnação. Depois da Segunda Guerra Mundial acontece uma breve retomada no extrativismo do látex, que trouxe nova leva de nordestinos à região - aproximadamente 30 a 50 mil homens.

Contudo, com o novo declínio econômico provocado pela produção do látex na Ásia, a Amazônia deixou de ser a principal produtora e fornecedora de borracha, o que provocou o episódio denominado como “guerra da borracha”, que acarretou a morte dos sertanejos devido ao longo abandono que sofreram nos seringais.

¹ Centros de abastecimento da energia dos vapores.

Como decorrência dessas transformações na atividade econômica, a partir de 1950 e 1960 se delineiam os traços da Amazônia contemporânea que passa a ter uma reorganização influenciada pela ação direta do Estado, expressa por preocupações geopolíticas com a região.

Nesse período, foi criada em 1953 a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, SPVEA, durante o segundo governo de Getúlio Vargas, que por intermédio de uma política de incentivos fiscais, ampliou a malha rodoviária da região através da construção de estradas, facilitando a circulação de ônibus, caminhões e automóveis.

Após o Golpe Militar de 1964, coube ao governo Castello Branco a tarefa de transformar em 1966 a SPVEA em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM.

A SUDAM foi caracterizada por uma atuação do poder federal na Amazônia, predominantemente em sua parte oriental, marcada, sobretudo pela valorização de um projeto latifundiário de monocultura, atrelado verticalmente a relações do poder dominante na época. Essa prática funcionou durante dois períodos: o da ditadura militar até sua crise terminal nos anos de 1980 e dessa data até o fim da instituição em 2001 (COSTA, 2005).

A atuação da SUDAM facilitou o acesso aos recursos públicos federais para segmentos das elites conservadoras locais através de relações patrimonialistas com os caciques da burocracia estatal, pois de acordo com os estudos de Martins (1991, p.46)

[...] Até julho de 1977 havia aprovado 336 projetos agropecuários, nos quais seriam investidos sete bilhões de cruzeiros. Dessa importância apenas dois bilhões correspondiam a recursos próprios das empresas enquanto os restantes cinco bilhões (mais de 70% do total) eram provenientes dos chamados incentivos fiscais.

Cumprido salientar que a política de incentivos fiscais, não só na Amazônia como em todo Brasil, desviou dinheiro público para o setor privado, a exemplo de projetos de reflorestamento, e aprofundou à época problemas sociais e práticas ambientais nefastas, expondo as contradições de um antagonismo que acirrou os conflitos fundiários predominantemente no estado do Pará.

Em 1967 é instituída a Zona Franca de Manaus, com a finalidade de constituir um centro comercial, industrial e agropecuário para o Amazonas. Paralelamente foi criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus, SUFRAMA, com o objetivo de administrar o modelo de desenvolvimento baseado na indústria e no comércio, que trouxe a ilusão de novo ciclo de prosperidade para a população.

O novo ciclo, ou modelo, surgiu em meio à falta deliberada de uma política agrícola para o estado do Amazonas, apesar de sua proposta conter subprojetos de desenvolvimento agropecuário. Assim, esse modelo não trouxe resultados positivos para o homem do campo, contemplando apenas às elites locais que se locupletaram com o crescimento desordenado e desigual da cidade de Manaus, demarcando mais uma vez a discrepância entre o rural e o urbano.

Na perspectiva de minimizar o quadro de insatisfação gerado pela insuficiente e deficiente ação da SUDAM na Amazônia Oriental e da concentração de projetos que privilegiavam a capital do Amazonas levados a cabo pela SUFRAMA, foi criado em 1989, através da Lei 7.827, com a finalidade de regulamentar o Artigo 159, I² da Constituição Federal, o Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte – FNO. Segundo Costa (2005, p.07)

Tratava-se de inversão profunda na orientação da política de desenvolvimento regional de base agrária: no lugar da pecuária de corte, culturas perenes; no lugar das grandes empresas e fazendas, as unidades familiares de produção; no lugar de sistemas homogêneos, sistemas diversos. Uma disposição em substituir o projeto latifundiário-monocultural³ pelo familiar-policultural⁴, o qual, ademais de apontar para um desenvolvimento com raízes mais profundas, indicaria a possibilidade de tê-lo ecologicamente prudente e com capacidade de formação e distribuição de renda.

Para o autor acima, o projeto familiar-policultural refere-se à pequena propriedade familiar com produção diversificada, adequada à capacidade de trabalho da família, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos produtores e com menor risco ambiental.

Apesar da peleja em tentar amenizar os prejuízos das políticas federais, com a intenção de disponibilizar recursos que deveriam ser preferencialmente destinados aos mini e pequenos produtores para implementação de sistemas produtivos ecologicamente adequados, com vistas à sustentabilidade das famílias de agricultores, o FNO tem sua prática limitada pelas condições de acesso ao financiamento por parte do Banco da Amazônia, BASA, aos respectivos produtores.

² O referido artigo determina que 3% das receitas da União deveriam ser aplicadas em programas de financiamento de setores produtivos das regiões consideradas menos favorecidas do país: 0,6% para o Norte, 0,6% para o Centro-Oeste e 1,8% para o Nordeste.

³ Conjunção entre propriedade latifundiária, trabalho assalariado e produção homogênea de gado e grãos, cuja finalidade é o lucro e causa danos ambientais irreversíveis às áreas em que predomina.

⁴ Denominada pelo autor de forma de evolução da unidade estrutural da pequena propriedade familiar, com produção diversificada, cuja finalidade é limitar a expansão aos limites da capacidade de trabalho da família e elevar a qualidade de vida com segurança à unidade familiar, com baixo risco ambiental.

A burocracia bancária, amparada por medidas constitucionais expõe mais uma vez as contradições impostas pelo modelo econômico: a exigência de documento comprobatório da terra, pagamento de impostos e retorno de lucro a médio e longo prazo, dificultando o acesso dos pequenos produtores ao financiamento.

Em contrapartida houve uma rápida volta do BASA a sua “clientela natural”, pressupostamente moderna, ou seja, as velhas conhecidas oligarquias da região, expondo o oportunismo do Banco em disponibilizar recursos com custo zero para clientes que garantissem lucro imediato. Restou ao pequeno produtor o retorno às condições precárias de produção e à continuidade da luta pela democratização do FNO.

Verifica-se assim que a dimensão social da região, incluindo as intervenções políticas, representa um paradoxo que exige na atualidade uma ação contundente do poder público com a perspectiva de mudar esse quadro. A respeito dessa questão, os estudos de Costa (2005, p.03) apontam que

[...] É função do Estado, na Amazônia, e certamente um macrodesafio do poder federal na Amazônia, atuar no sentido de anular o hiato de tempo existente entre formas modernas e sustentáveis de uso dos recursos naturais da região e as necessidades cotidianas de suas populações.

Todas essas transformações no plano das políticas federal e estadual e nas atividades econômicas foram acompanhadas de mudanças no plano demográfico.

Segundo dados do IBGE, na década de 1970, após três anos de implantação do modelo da Zona Franca de Manaus, o estado do Amazonas possuía 955.235 pessoas, das quais 311.622 residentes na cidade de Manaus, o que correspondia a 32,6% da população. Em 1980 esse número salta para 1.430.314 pessoas, das quais 634.756 residentes em Manaus, totalizando 44,4% da população.

O Censo de 2000 demonstrou a multiplicação da população do estado que passa a ter 2.840.889. Desse total, 1.403.796 residiam em Manaus, perfazendo o percentual de 49,4% da população. Comparando o resultado dos dois censos, em 20 anos, a proporção de habitantes na área urbana correspondia a 74,2% enquanto 25,8% ocupavam a área rural.

O conjunto de indicadores revela a migração do interior para a capital, após a implantação do modelo da Zona Franca de Manaus, e associada à busca por melhores condições de vida, emprego e acesso às políticas sociais de educação e saúde, praticamente inexistentes no interior do estado. Esse processo migratório redundou no inchamento de

Manaus e a demanda por serviços públicos ocorreu de maneira bastante acelerada, tornando-a uma das cidades mais populosas da região norte.

Contudo é preciso considerar que o processo migratório mostra o deslocamento da população interiorana, e não apenas da zona rural, para a capital, mas não altera significativamente a proporção entre população da área urbana e rural. Se esta última é reduzida e estatisticamente pouco significativa, os problemas vividos por ela não são menos relevantes e adquirem características peculiares devido à proximidade com a capital e à sua inserção nas atividades econômicas, necessárias para a provisão de alimentos para o núcleo urbano. Por isso, pesquisar e analisar as condições de vida da população no entorno rural de Manaus é essencial para se apreender a articulação e dependência da cidade e para se propor em medidas de atuação junto a ela.

2. A organização dos assentamentos.

Nesse quadro de intensas transformações demográficas e econômicas no meio rural e em suas relações com as atividades industriais da área urbana é necessário examinar a questão da propriedade da terra, sempre presente na história do Brasil, com ênfase maior no período pós-independência, quando se procurava legalizar a posse de grandes extensões de terra para um número reduzido de proprietários.

Em sentido inverso, manifestava-se a tentativa de reparar injustiças históricas, atribuindo terras a ex-escravos, uma vez que a propriedade era considerada requisito de cidadania. Nesse processo havia a preocupação de acompanhar a experiência de outros países referente à pequena propriedade.

Com o intuito de amenizar o quadro da distorção fundiária foi criada a Lei de Terras em 1850, sendo o Decreto que a regulamentou em 1854, bem como a legislação que se seguiu, reflexos dessa tendência.

A partir das décadas de 1920 e 1930 conflitos se sucederam na perspectiva de reivindicar terras no bojo das lutas sociais que se travaram nesse período, tanto no campo quanto na cidade. Já no contexto após a segunda guerra, a questão agrária no país passou a ser associada à ideia de desenvolvimento e havia a defesa da necessidade de intervenção do Estado.

Dezenas de projetos-de-lei de reforma agrária foram apresentados ao Congresso Nacional, sem obter êxito. A partir da década de 1960 os debates ampliaram-se com a participação popular. As chamadas reformas de base (agrária, urbana, bancária e universitária)

eram consideradas essenciais pelo governo, para o desenvolvimento econômico e social do país. Entre todas, foi a reforma agrária que polarizou as atenções. Em 1962, foi criada a Superintendência de Política Agrária, SUPRA, com a atribuição de executar a tão esperada reforma agrária.

Em março de 1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, regulando as relações de trabalho no campo, que até então estivera à margem da legislação trabalhista. Um ano depois, em 13 de março de 1964, o Presidente da República João Goulart assinou decreto prevendo a desapropriação, para fins de reforma agrária, das terras localizadas numa faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União. Mas, não houve possibilidade de implantá-las devido ao golpe militar deflagrado em 31 de março de 1964, a partir do qual teve início o ciclo dos governos militares, que duraria 21 anos.

O Estatuto da Terra foi criado pela lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, sendo, portanto uma obra do regime militar que acabava de ser instalado no país. O referido Estatuto teve sua criação intimamente ligada ao clima de insatisfação reinante no meio rural brasileiro e ao temor do governo e da elite conservadora pela eclosão de uma revolução camponesa.

Nos primeiros 15 anos de vigência do Estatuto da Terra (1964-1979), o capítulo relativo à reforma agrária, na prática, foi abandonado, enquanto o que tratava da política agrícola foi executado em larga escala. No total, foram beneficiadas apenas 9.327 famílias em projetos de reforma agrária e 39.948 em projetos de colonização.

O índice de Gini⁵ da distribuição da terra, no Brasil, passou de 0,731 (1960) para 0,858 (1970) e 0,867 (1975). Esse cálculo inclui somente a distribuição da terra entre os proprietários. Se forem consideradas também as famílias sem terra, o índice de Gini evidencia maior concentração ainda: 0,879 (1960), 0,938 (1970) e 0,942 (1975). Na verdade, em 50 anos, as pequenas alterações que ocorreram, em termos de concentração de terra no Brasil, foram para pior.

Dessa maneira, houve pouco sucesso na superação do modelo conservador, que garantia os privilégios das oligarquias agrárias herdadas do período imperial. A construção de um projeto econômica e socialmente justo para a população brasileira foi protelada e com ela as respectivas reformas, dentre elas a agrária, uma vez que incluía a democratização fundiária.

⁵ Coeficiente de Gini trata-se de uma representação gráfica da distribuição ideal de renda (ou mesmo de terra) em uma determinada sociedade. Tal índice foi construído por Corrado Gini (1884-1965), demógrafo italiano, sendo que o coeficiente varia de 0,0 a 1,0. Quanto mais próximo de 1,0, maior a concentração de renda. Assim, dentro das disparidades inerentes entre pessoas, famílias ou grupos, a renda estará razoavelmente distribuída se o nível 0,45. Acima dele, evidencia-se a perversão social de um sistema econômico.

No início da década de 1980, o agravamento dos conflitos pela posse da terra, na região norte do país, levou à criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários e dos Grupos Executivos de Terras do Araguaia/Tocantins (GETAT), e do Baixo Amazonas (GEBAM) que pretendia reconhecer publicamente a completa falência do sistema institucional na solução do problema fundiário do país.

O balanço das realizações desses três órgãos, no entanto, é pobre, com registro de alguns poucos milhares de títulos de terra de posseiros, regularizados, o que concretamente demonstrou a ineficiência das instituições administrativas e judiciárias para enquadrar e solucionar a grave e crescente questão social da terra.

Nos seis anos do último governo militar (1979-1984), a ênfase de toda a ação fundiária concentrou-se no programa de titulação de terras. Nesse período, foram assentadas 37.884 famílias, todas em projetos de colonização, numa média de apenas 6.314 famílias por ano.

Contudo, o grande desafio do Estado Brasileiro após a Constituição Federal de 1988, especificamente a partir da década de 1990, foi voltado para formular e programar políticas de inclusão econômica e social destinadas a milhares de famílias que viviam em situação de risco, decorrente de um estado permanente de tensões e conflitos com fazendeiros e latifundiários pela posse de terra.

O histórico recente da política agrária no Brasil demonstra que o processo de democratização e o retorno do regime civil propiciaram um clima favorável ao ressurgimento das reivindicações em torno de uma reforma agrária. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) puderam aumentar significativamente suas representatividades. Na transição entre a ditadura militar e o primeiro governo civil, foi criado o I Plano Nacional de reforma Agrária. Segundo Leite et al. (2004, p.64), durante a discussão do referido Plano

[...] Outros tipos de trabalhadores, como os “atingidos” por construção de barragens e colonos da Transamazônica, passaram a exigir do governo sua inclusão no programa de reforma agrária então anunciada e um tratamento similar ao que era prometido aos assentados. Nos anos que se seguiram, ações conjuntas dos “sem-terra” e “atingidos” por barragens, bem como a cooperação entre assentados federais e estaduais foram frequentes e a incorporação mútua de reivindicações entre esses e outros grupos gerados por programas de intervenção estatal no campo tornou-se corriqueira. A partir de certo momento, os rótulos “assentamentos” / “assentados” passaram a ser utilizados com certa naturalidade para designar essas outras experiências e os seus beneficiários, mesmo entre os que mais insistiam em marcar a diferença ontológica entre reforma agrária e outros processos de intervenção.

Na perspectiva de beneficiar um número crescente de agricultores sem-terra, os governos brasileiros que sucederam a ditadura militar até o final do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, assentaram 251.556 famílias, menos de 20% do total exposto em seus planos de governos para a reforma agrária

[...] O Governo Sarney (1985/1990) havia fixado inicialmente a meta de dar acesso à propriedade da terra a um milhão e quatrocentas mil famílias, mas beneficiou efetivamente apenas 90 mil, menos de 6% do total pretendido. Durante o Governo Collor (1990/1992), prometeu-se terra a 500 mil famílias, mas praticamente se interrompeu tanto o processo de inscrição de novas terras ao cadastro como novas desapropriações. Nesse período, somente 23 mil famílias receberam o título de propriedades de terras, provenientes do estoque deixado pelo governo precedente. O Governo Itamar Franco (1992/1994), que havia previsto dar acesso à terra a 20 mil famílias em 1993 e a 60 mil em 1994, beneficiou somente 12.600 famílias. Em seu programa de governo, Fernando Henrique Cardoso havia previsto distribuir 400 mil títulos de propriedade, mas, após sua eleição, tal objetivo de campanha foi reduzido à meta de beneficiar 260 mil famílias nos quatro anos de seu mandato (1995/1998) ⁶. Em seu primeiro ano de governo (1995), foram assentadas 42.912 famílias; em 1996, 62.044 famílias; em 1997, de janeiro a agosto, mais 21 famílias foram assentadas, deixando antever que a meta fixada para 1997 (80 mil famílias), dificilmente seria cumprida. (DAVID; WANIEZ; BRUSTLEIN, 1998, p.114).

Em 1999, em todo o Brasil, havia um total de 4.373 assentamentos rurais, reunindo uma população de 503.442 famílias. Grande parte dos assentamentos existentes hoje constitui produto de intervenção do governo federal que, segundo os preceitos constitucionais, detém o monopólio do poder de desapropriação de terras por interesse social.

Segundo Medeiros (2003), essas ações no Brasil se voltaram para áreas de tensão social e, como tais, também abrangeram situações diversas como regularização de áreas ocupadas há décadas por posseiros, assim como a fixação de segmentos de trabalhadores ameaçados de expulsão de terras e que organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), pelos sindicatos ou por outras entidades, acamparam e/ou ocuparam áreas como forma de pressão sobre o Estado.

Dentre outras situações, destaca-se ainda a preservação de populações em assentamentos extrativistas, fruto de luta dos seringueiros pela permanência em terras que exploravam havia gerações e a realocação de grupos atingidos por grandes projetos hidrelétricos.

De acordo com Leite (1995), os assentamentos promovem diferentes mudanças no território, como as ligadas ao poder local, com questões relacionadas à participação política e

⁶ Período referente ao primeiro governo.

à formação de políticas públicas, às formas de organização social e produtiva e às questões ambientais. A constituição do assentamento apresenta demandas por ações de saúde, educação, transporte, apoio à produção, entre outras, que se somam e, às vezes, entram em confronto com as demandas de outras comunidades locais, não beneficiadas e sem nenhuma atenção pública especial.

Os trabalhadores assentados, em geral, desempenham atividades agrícolas diversas dentre as quais se destacam várias categorias (MEDEIROS, 2003):

- posseiros que exploram propriedades de terceiros, inclusive devolutas, sem o consentimento para usá-las e sem nada pagar por elas;
- filhos de produtores familiares pauperizados, que viram nos acampamentos e/ou ocupações o caminho para se perpetuarem enquanto produtores autônomos;
- parceiros que costumam explorar propriedade de terceiros mediante o pagamento de uma parte da produção obtida e previamente ajustada (metade, terça ou quarta-parte dos produtos);
- pequenos produtores realocados em razão de construções de barragens e/ou hidrelétricas e os seringueiros que passaram a resistir ao desmatamento que ameaçava suas vidas;
- assalariados rurais, muitas vezes integrados ao mercado de trabalho e vivendo fora das propriedades;
- população da periferia urbana, com empregos estáveis ou não, em alguns casos, de origem rural, mas dispostos a disputar terras;
- aposentados urbanos e rurais que viram no acesso à terra a possibilidade de garantia de moradia e complementação de renda, dentre outros.

Além dos trabalhadores que clamam por terra, assim como suas entidades representativas e de apoio, há ainda outras instituições diretamente envolvidas com o assentamento, importantes para sua consolidação, como o INCRA, os institutos de terras estaduais (responsáveis pela regularização fundiária nos estados), as secretarias de agricultura, prefeituras, judiciário, organizações não-governamentais voltadas para o apoio e assessoria aos trabalhadores ou especializadas na elaboração de projetos específicos de desenvolvimento.

Os assentamentos criados nos últimos 25 anos cresceram quantitativamente mas precisam contemplar políticas de atendimento às famílias, para sua fixação na terra e para que contribuam para transformações significativas e radicais na estrutura fundiária do país.

Para tanto, é necessária uma base de dados segura e confiável para a realização de tal planejamento, pois numa tentativa de identificar os números mais próximos da realidade o I Censo da Reforma Agrária no Brasil, realizado em 1996, aponta

[...] Os números extraídos da Tabela do INCRA denominada Projetos em execução criados até 02/05/1997 apresentam os Projetos de Assentamento e os Projetos de Colonização. Incluindo esses dados teríamos 331.740 famílias assentadas em 1.711 projetos. Esse número, porém, é diferente do número repassado à Coordenação nacional do Censo no início dos trabalhos, os quais acusavam 327.976 famílias assentadas em 1.711 projetos. Mais recentemente o INCRA forneceu dados onde se excluíam projetos de colonização ou emancipados, o número resultante seria aproximadamente de 254.173 famílias. Este dado não corresponde à realidade, pois o levantamento do Censo comprova que apenas 8% dos projetos de colonização possuem assentados. Entretanto, esses dados podem se reduzir ainda mais quando, em alguns Estados, as superintendências locais repassam outros números, sempre abaixo dos valores contidos nas tabelas fornecidas. (MARINHO; SCHMIDT; ROSA, 1998, p.17).

Outros fatores contribuem para esse quadro de carência de indicadores precisos, como a ausência de planejamento dos assentamentos, em sua maioria espacialmente dispersos, dificultando a potencialização da infraestrutura necessária para seu pleno desenvolvimento. Muitas vezes as áreas destinadas à desapropriação pelo governo federal, chamadas de terras improdutivas, já foram terras exploradas por monoculturas ou pecuária, conseqüentemente degradadas, sem cobertura florestal, com redução de recursos hídricos e, em alguns casos, poluídos.

Há ainda a falta de estrutura viária para o escoamento da produção para os mercados próximos, para locomoção dos próprios assentados, ao lado da precariedade dos serviços de saúde e educação destinados aos agricultores.

Esse quadro de falta de planejamento não é restrito apenas aos assentamentos, uma vez que Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009) evidencia que

[...] cerca de 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários do país ocupavam 36,75% do território nacional e tinham como atividade mais comum a criação de bovinos. A área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros diminuiu em 23,7 milhões de hectares (-6,69%), em relação ao Censo Agropecuário 1995, uma possível causa foi a criação de novas Unidades de Conservação Ambiental (crescimento de 19,09% de área) e demarcação de terras indígenas (crescimento de 128,2%), totalizando mais de 60 milhões de hectares. Entre 1995 e 2006, os estabelecimentos

agropecuários registraram redução de suas áreas de florestas (-11%) e de pastagens naturais (-26,6%), e aumento nas áreas de pastagens plantadas de 1,7 milhão de hectares (1,8%), sobretudo na região Norte (39,7%), enquanto aquelas dedicadas à agricultura cresceram 19,4%, sendo que o maior aumento ocorreu no Centro-Oeste (63,9%). A grande maioria dos produtores entrevistados eram analfabetos ou sabiam ler e escrever mas não tinham freqüentado a escola (39%), ou não possuíam o ensino fundamental completo (43%), totalizando mais de 80% de produtores rurais com baixa escolaridade. Trabalhavam em estabelecimentos agropecuários, 18,9% da população ocupada no país. 77% dos ocupados tinham laços de parentesco com o produtor e 35,7% não sabiam ler e escrever. Havia mais de 1 milhão de crianças com menos de 14 anos de idade trabalhando na agropecuária.

Os indicadores desse Censo demonstram a necessidade da ampliação das políticas públicas para além das áreas de assentamento, abrangendo assim o campo de maneira mais ampla. Mas, cumpre destacar, não é objeto desse estudo a avaliação da reforma agrária no estado do Amazonas e no Brasil, pois é indiscutível a necessidade do avanço e aperfeiçoamento da mesma no país tendo em vista a necessidade de propiciar às populações rurais condições para que permaneçam nessas áreas, sob pena de se fortalecer o discurso retrógrado e autoritário da elite ruralista conservadora do país, com forte representação através de sua bancada no Congresso Nacional, que insiste em denominar os assentamentos como “favelas rurais”.

O discurso advindo da bancada ruralista evidencia a tentativa de desqualificar o projeto de reforma agrária em curso, bem como de criminalizar os movimentos sociais de luta pela terra, dentre os quais o MST, os movimentos das nações indígenas pela luta de demarcação de suas terras, a luta pela terra de trabalho dos posseiros, a luta dos peões contra a peonagem, a luta dos camponeses contra as desapropriações nas grandes obras do estado, o movimento dos brasiguaios, o movimento dos bóias-frias, o movimento dos seringueiros pela manutenção das reservas extrativistas.

Para além do discurso, a prática do setor oligárquico tem apoio de parte do judiciário através de processos contra os movimentos sociais de luta no campo.

De todo modo, nas últimas décadas no Brasil, a história de luta pela terra no campo é uma história de violência.

Notícias sobre assassinato de posseiros, bóias-frias, líderes sindicais, agentes pastorais, padres e advogados têm sido comuns entre nós. Talvez pelo fato de terem se tornado quase diárias, ninguém mais toma sequer conhecimento delas. Com ou sem indiferença geral, a verdade é que muitos brasileiros perderam a vida na luta por um pedaço de terra no território do latifúndio. [...] Não é recente: é talvez um traço da história dos vencidos no Brasil. Contratar jagunços pistoleiros para matar não é um expediente dos grileiros e

latifundiários de nossos tempos. A história está repleta de muitos outros exemplos. Em geral estes exemplos foram, em muitos casos, tentativas dos vencidos em romper com a injustiça reinante do país. (OLIVEIRA, 1999, p. 15)

Com vistas a solucionar essa dívida histórica com agricultores que vivem precariamente na área rural, a implantação de projetos de assentamento tem sido constantemente apontada como uma das ações da reforma agrária que pode contribuir efetivamente para o desenvolvimento rural no Brasil.

Por isso, torna-se fundamental a reflexão sobre as condições da oferta de serviços públicos às famílias que vivem nos assentamentos, explicitando as dificuldades em seu cotidiano, ocasionada em grande medida pela falta ou insuficiência desses serviços essenciais.

3. A família e a produção agrícola familiar

Os estudos sobre a família ao longo do tempo demonstram a necessidade de defini-la, bem como de analisar mudanças ocorridas em sua estrutura em cada período histórico e em diferentes sociedades, buscando compreender as especificidades que a compõem e sua relação com a sociedade.

A família existe e perdura através de transformações profundas e não há sinais de sua extinção no futuro. Lévi-Strauss (1966, p.309) destaca que “a família, consistindo em uma união mais ou menos duradoura, socialmente aprovada, entre um homem, uma mulher e seus filhos, constitui fenômeno universal, presente em todo e qualquer tipo de sociedade.”

De acordo com Lévi-Strauss (1966, p.324), “a proibição universal do incesto especifica como regra geral, que as pessoas consideradas pais e filhos ou irmão e irmã, ainda que somente em nome, não podem ter relações sexuais e muito menos casar entre si.”

Desse modo, Durham (1983, p.21), esclarece que,

A proibição do incesto consiste exatamente na imposição de uma norma, uma criação social no espaço de indeterminação que diz respeito, na natureza, à escolha dos parceiros sexuais. A importância central do tabu do incesto, na reflexão sobre a família e o parentesco, está em que distinguindo conceptualmente entre parceiros proibidos e permitidos, destrói a manifestação natural da sexualidade, submetendo-a a regras e tornando-a um instrumento de criação de vínculos sociais.

É também através do tabu do incesto, conforme a referida autora, que as sociedades regulamentam o casamento, considerado uma instituição tão universal quanto a família e que é concebido como pré-requisito para a legitimação da prole de uma mulher.

Assim, a família constitui-se como grupo de convivência social, criado através da aliança estabelecida pelo casamento civil ou por uniões consensuais ou livres, e como instituição social, já que provê orientações culturais para ordenação das relações no interior desse grupo. Nesse sentido, a família configura-se como unidade de reprodução social e biológica voltada para a procriação e para assegurar a socialização dos filhos e cuidados com eles e com demais integrantes do grupo doméstico (Durham, 1983).

Se no plano da generalidade conceitual a família funda-se nesses atributos, o modo como as relações domésticas são organizadas é variável e muda em diferentes momentos históricos e em cada sociedade específica.

No Brasil, uma mudança recente e de caráter geral refere-se ao aumento na taxa de uniões consensuais que passou de 6,5% em 1960 para 28,6% em 2000 e a correspondente redução do casamento legalizado de 93,5% caiu para 71,4% no mesmo período. (MARCONDES, 2008)

Quanto à composição das unidades domésticas, a família nuclear, composta por marido, mulher e filhos, continua a ser predominante embora tenha diminuído passando de 56,6% em 1997 para 48,9% em 2007 (IBGE, 2008). No mesmo intervalo de tempo, as famílias chefiadas por mulheres passaram de 19,2% para 21,8% (IBGE, 2008)

O conjunto das mudanças na família ocorreram a partir da década de 1960 a partir das influências sofridas em decorrência de transformações no sistema econômico e social e que acarretaram movimentos migratórios internos. Assim, algumas cidades constituíram-se efetivamente em polos de atração de grande contingente humano, com todas as consequências de rompimento das raízes familiares, marginalização e demais sequelas sociais.

Conseqüentemente, o espaço urbano foi ampliado e fortalecido com a implantação dos parques industriais nas principais cidades do país, provocando um crescente êxodo rural. O crescente desequilíbrio entre atividades urbanas e rurais é constatado em estudos econômicos realizados nas últimas décadas que demonstram redução na contribuição do meio rural para o PIB (Produto Interno Bruto). O Brasil deixa de ser essencialmente agrário para passar a país de produção industrial e de serviços.

A migração intensa, em curto espaço de tempo e para poucas cidades, gerou aglomerados urbanos em condições de vida muito precárias. Por sua vez, a atividade nos grandes estabelecimentos rurais deixou de estar voltada para produção de alimentos básicos

para a população urbana e grande parte do abastecimento de gêneros alimentícios é proveniente da propriedade de exploração familiar.

Essas mudanças nas atividades rurais intensificaram-se na década de 1960, mas historicamente as raízes dessas modificações já estavam presentes na década de 1930 e foram acompanhadas por um grande debate sobre a expansão da fronteira agrícola e a integração nacional como política de desenvolvimento.

Aos poucos, a partir das lutas sociais de resistência, de reivindicações, desenvolveu-se no setor uma concepção positiva da atividade rural expressa na chamada agricultura familiar, que passou a ser vista como um sistema de produção específico e particular com grande capacidade de adaptação.

Segundo Portilho Jesus (2000), a agricultura familiar é a forma de produção baseada no trabalho coletivo dos membros familiares, tendo em vista a sua subsistência. Nessa modalidade de produção está geralmente presente a participação do pai, da mãe e dos filhos. Na Amazônia, a agricultura familiar está presente em grande maioria do espaço geográfico, tendo suas atividades baseadas na coleta de frutos e na extração de matéria-prima da floresta, bem como na caça, na pesca e na atividade agrícola diversificada, em pequena escala.

O modelo familiar para a agricultura, amplamente difundido por técnicos, lideranças, pesquisadores e instituições diversas, com o apoio da mídia, passou a ser definido enquanto modelo que, se bem estruturado e com políticas devidamente consolidadas, pode ser econômica e socialmente eficiente. Mostra-se ainda sensível às questões ambientais, enquanto modelo sustentável e foi encampado pelo discurso do poder público.

4. A família no contexto dos Projetos de Assentamento no Amazonas

Nos lotes dos assentamentos, segundo Leite et al. (2004), de maneira geral encontram-se unidades familiares de produção. As famílias e as redes de vizinhança são as bases sobre as quais se calca o cotidiano das relações de trabalho e da convivência diária e permanente dos agricultores assentados.

Em sua grande maioria as famílias são nucleares ou ampliadas (BILAC, 1991) pela inclusão de outros parentes, em determinados momentos de suas trajetórias. Para sua permanência nos lotes há necessidade da presença de diversos serviços, que devem ser providos pelo Estado, como vacinação, controle de endemias e epidemias, escolas em diversos níveis, fomento e transporte da produção.

No Estado do Amazonas, em particular nos Projetos de Assentamentos sob a responsabilidade do INCRA, encontram-se aproximadamente 42.346 famílias assentadas em 129 P.A'S⁷, assistidas por diversos programas sociais oferecidos pelo Estado, tais como:

- Programa Luz para Todos;
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF);
- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA);
- Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES);
- Crédito Instalação⁸;
- Infra-estrutura⁹;
- Terra Sol;
- Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.

Os Projetos de Assentamentos são áreas da Reforma Agrária, sob a tutela do Ministério de Desenvolvimento Agrário, por intermédio do INCRA, localizados em áreas da União ou desapropriados pela mesma para este fim, em vários municípios e regiões do país.

Embora o texto da Constituição Federal de 1988, que afirma em seu Capítulo III "Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária", artigo 187 §2º, "Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária", na prática, a demora no atendimento aos agricultores e suas respectivas famílias tem sido contínua.

Conforme a Constituição Federal em seu Art. 227, a família, em conjunto com a sociedade e o Estado, deve "assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade. e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Mas as condições de precariedade em que as famílias estão submetidas demonstram que esse preceito constitucional não vem sendo cumprido. Pois, a infra-estrutura dos chamados ramais que dão acesso às comunidades residentes nestes locais é extremamente precária.

⁷ Projetos de Assentamento. Dados: SIPRA/INCRA-AM (2009).

⁸ Suporte inicial aos assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária nos Projetos de Assentamentos.

⁹ "Projetos de Assentamento em Implantação" e "Recuperação, Qualificação e Emancipação dos Projetos de Assentamento".

Os ramais são vias sem pavimentação que possibilitam acesso às comunidades que residem nos lotes de assentamento. São feitos precariamente, apenas com uso de trator, para possibilitar a passagem dos carros do INCRA. Com o passar do tempo, alguns são ampliados para o tráfego de caminhões, para escoamento da produção. Os ramais não possuem condições de segurança em período de chuva, com vias secundárias (vicinais) mal conservadas, mal-iluminadas e a distância entre as comunidades, escola e postos de saúde é imensa. O transporte é insuficiente tanto para a locomoção dos assentados quanto para o escoamento da produção agrícola.

A título de ilustração, pode-se recorrer ao que ocorre no Projeto de Assentamento Tarumã-Mirim, pertencente à área rural de Manaus, localizado no km 23 da BR-174, que liga os estados do Amazonas e Roraima. Apesar da implantação dos Programas e Projetos nesse ramal, voltados para prestar atendimento às famílias, ainda ocorre desistência de um número considerável de agricultores das atividades de educação de jovens e adultos, seja na Alfabetização ou 1ª a 4ª séries, devido às precárias condições de deslocamento para irem à escola.

Os projetos elaborados com a finalidade de desenvolver ações sistemáticas na área de Educação de Jovens e Adultos nos assentamentos rurais do Amazonas, utilizando metodologias próprias que contribuam para autonomia dos agricultores, não conseguiram encontrar respostas e soluções para as questões como o abandono da sala de aula.

A relação entre a Universidade e as famílias teve início em dezembro de 2001 por ocasião do Convênio que introduziu o Projeto-Piloto de Educação de Jovens e Adultos (2001 - 2003) em sete áreas de assentamento assim circunscritas: P.A. Tarumã-Mirim (Manaus), P.A. Panelão (Careiro Castanho), P.A. Iporá I (Rio Preto da Eva), P.A. Iporá II (Itacoatiara), P.A'S Canoas, Rio Pardo e Uatumã (Presidente Figueiredo).

Inúmeras foram as queixas das famílias no que se refere ao atendimento de serviços de infraestrutura e saneamento básico proporcionados pelo poder público, interferindo significativamente nas ações desenvolvidas pela UFAM no campo da Educação de Jovens e Adultos.

Diante de todas as dificuldades, é necessário romper com o ciclo vicioso da dependência, gerada tanto pela pobreza quanto mantida pela inoperância dos serviços públicos.

O resgate dessa dívida social passa também pelas ações a serem praticadas através de políticas públicas voltadas para o mundo rural. Para tanto, é necessária a continuidade das

pesquisas sobre o perfil e anseios dessas famílias, com vistas a um processo de intervenção qualificada do Estado, pois se entende como Biasoli-Alves (2004, p.100) que:

Levando o foco para a questão dos projetos que implicam pesquisa e intervenção com famílias, enfatizam-se alguns pontos. Primeiro, a necessidade de respeito às características e a individualidade da família; segundo, o direito que ela tem de participar do conhecimento que vem sendo gerado na Academia, e que pode auxiliá-la tanto na compreensão quanto na resolução de seus problemas.

5. As políticas públicas para a permanência das famílias no assentamento

De acordo com Souza (2006) não existe uma única nem melhor definição do que seja política pública. Pode-se então resumi-la como o campo do conhecimento que busca “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso da mesma.

A autora menciona em seus estudos que a formulação de políticas públicas é constituída conforme os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real, por intermédio dos programas sociais de atendimento à população. Destacamos aqui seus elementos fundamentais: a) a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; b) a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe as participantes formais, já que os informais são também importantes; c) a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras; d) a política pública envolve problemas subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implantação, execução e avaliação.

Considerando esses aspectos, analisar políticas públicas significa, muitas vezes, estudar “o governo em ação”, razão pela qual nem sempre os pressupostos se adaptam à realidade.

Para que as políticas públicas alcancem seus objetivos faz-se necessário que o governo que as propõe conheça as condições de vida da população à qual elas se destinam como a quantidade de pessoas que serão beneficiadas, sua faixa etária, as condições sócioeconômicas e seu nível de escolaridade.

Nos anos 1950, sobretudo sob a égide do Estado de Bem-Estar Social, gestado nos países capitalistas centrais, fortaleceu-se a predominância do Estado enquanto protetor dos

direitos sociais. Já nas décadas recentes, a família voltou a ser pensada como corresponsável pelo desenvolvimento dos cidadãos.

Ao final do século XX, percebeu-se no desenho da política social um retorno à premissa de que a família salvaguarda as condições de assegurar aos seus membros a proteção e a inclusão social, uma vez que:

Os serviços coletivos – implementados pelas políticas sociais – estão combinadas outras modalidades de atendimento ancoradas na família e na comunidade. Fala-se hoje menos em hospital e mais em internação domiciliar, médico da família, cuidador domiciliar, agentes comunitários de saúde. [...] Mas, o mais importante a se observar é que a família retoma um lugar de destaque na política social. (CARVALHO, 2006, p.17)

Dessa maneira, a família passou a ser avaliada como essencial na proteção de seus integrantes. Mas, é necessário cuidado para que a revalorização da família não signifique, no campo das políticas públicas, o recuo do Estado em sua função de garantir e assegurar as atenções básicas de proteção aos cidadãos.

Nesse sentido, três ações são de fundamental importância e constituem um tripé mínimo para uma política de reforma agrária satisfatória: apoio financeiro e técnico para a produção; oferta de educação em todos os níveis e serviços de saúde dignos à população em áreas de assentamento.

Os assentamentos estão apoiados por uma política de crédito própria, através do INCRA, que financia a implantação dos lotes, com recursos para a construção de moradia, da manutenção da família no primeiro ano, além de financiar o custeio da produção e disponibilizar crédito para investimento, com prazos e carências. (ALBUQUERQUE; MIRANDA; VASCONCELOS, 2004, p.50)

Para atendimento das necessidades da produção, foi criado em 1997 o PRONAF, que elegeu a agricultura familiar como prática orientadora do desenvolvimento rural, beneficiando não somente os assentados da reforma agrária, mas também os pequenos produtores que se encontram no seu entorno. Mas se faz urgente a ampliação dos recursos humanos para realização da assistência técnica e de apoio à produção dos assentados, bem como a melhoria das vias de acesso às chamadas parcelas/lotês. Essas condições estão articuladas aos recursos necessários para manutenção da saúde e ao acesso ao ensino público.

Em grande parte dos projetos de assentamento, dado o distanciamento dos centros urbanos, os serviços dos postos de saúde se reduzem à realização de vacinação e exames simples. Não há na maioria dos casos ambulâncias nos postos para situações de emergência.

Consultas médico-odontológicas são raras, uma vez que são poucos os profissionais que se dispõem a prestar atendimento nessas áreas.

No plano educacional, além da oferta de serviços pelo poder público estadual e municipal que abrangem a jurisdição dos assentamentos, foi criado desde 1998, pelo Governo Federal, o PRONERA que abrange a alfabetização e escolarização de jovens e adultos, cursos técnico-profissionalizantes em nível médio e cursos de graduação relacionados a atividades no campo.

Dessa maneira, mais do que oferecer “serviços” sociais – entre eles a educação – as ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção de direitos sociais, pois

Numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira, a política educacional deve desempenhar importante papel ao mesmo tempo em relação à democratização da estrutura ocupacional que se estabeleceu, e à formação do cidadão, do sujeito em termos mais significativos do que torná-lo “competitivo frente à ordem mundial globalizada. (HÖFLING, 2001, p.40)

CAPÍTULO II. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TRABALHO DE CAMPO

1. Objetivos

a) Objetivo geral

Investigar as trajetórias das famílias de agricultores em busca pela terra e a luta para permanecer na área do Projeto de Assentamento Tarumã-Mirim em Manaus, Am.

b) Objetivos específicos

Descrever e analisar as condições de vida das famílias nos assentamentos em sua relação com aspectos sociais, econômicos e culturais.

Investigar as representações das famílias sobre as políticas públicas oferecidas a elas na área de assentamento e as dificuldades enfrentadas para permanecer na localidade, a fim de contribuir para o redimensionamento de formas de atuação do poder público em suas diversas instâncias.

O Projeto de Assentamento Tarumã-Mirim foi escolhido para realização da pesquisa por ser um dos Projetos mais antigos do estado do Amazonas e por ser um dos beneficiários das atividades de extensão da Universidade Federal do Amazonas que apresentou maior índice de desistência dos agricultores nas salas de aula de Educação de Jovens e Adultos no período de 2001 a 2007.

2. Metodologia

Para o alcance dos objetivos propostos foi adotada a abordagem qualitativa, utilizando-se a proposta de Chizotti (2002), que postula uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

Por isso, foi necessário enfatizar a relação indissolúvel entre os participantes e a sociedade que os circunda, analisando-se inclusive sua subjetividade em relação com as práticas sociais.

O tema da subjetividade é adotado a partir de uma perspectiva dialógica, dialética e complexa, em que a subjetividade não aparece coisificada em nenhum tipo de entidade, nem de invariante universal da natureza humana, mas que se expressa como um sistema complexo em constante avanço, que constitui o sujeito concreto e, por sua vez, é constituída por aquele de forma permanente por meio de sua constante produção de sentidos e significados dentro dos diferentes sistemas da subjetividade social em que desenvolve suas ações. (REY, 2008, p. 08)

Buscou-se assim, como educadora/ pesquisadora, resgatar a condição de sujeito das pessoas como parte das diferentes formas de organização social das quais participam, nas escolas, nos movimentos de luta pela terra e em assentamentos rurais. Dessa maneira, a concepção de subjetividade que permeou o trabalho trata de um sistema complexo de significações e sentidos produzidos na vida social, uma vez que a mesma é elemento constitutivo do modo de vida das famílias nos projetos de assentamento.

A construção de dados foi elaborada a partir de um estudo de caso da realidade das famílias residentes no Projeto de Assentamento (PA) Tarumã-Mirim, em Manaus que permitirá identificar pontos comuns entre as dificuldades vividas por famílias residentes em diferentes projetos de assentamento no estado.

O estudo de caso, amparado em Chizzotti (2002), tomou uma unidade significativa do todo, suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno quanto para propor uma intervenção. Serviu ainda como um marco referencial de complexas condições socioculturais que envolveram uma situação retratando realidade pesquisada e revelando a multiplicidade de aspectos globais.

Os dados foram coletados mediante entrevistas semi-estruturadas - gravadas e posteriormente transcritas - com maridos e esposas de cada família para se investigarem as condições de vida de suas famílias e das representações sobre os serviços públicos prestados na área de assentamento. Em alguns casos, também participaram das entrevistas filhos e netos dos sujeitos.

Além das entrevistas, foram coletados dados através da observação das atividades realizadas pelos sujeitos e do entorno onde vivem. Todos os dados foram registrados em caderno de campo.

As entrevistas e os registros das observações foram devidamente autorizados por maridos e esposas através da assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexos I e II), de acordo com os princípios éticos expressos na Resolução 196/1996, do Conselho Nacional de Saúde que normatiza a pesquisa com seres humanos.

Também foram realizadas entrevistas com integrantes de duas organizações de agricultores do respectivo projeto de assentamento. Uma delas foi com os membros da primeira associação dos moradores, criada logo após a implantação do projeto de assentamento e a outra foi com o dirigente da associação criada em 2006 com a finalidade de estimular e organizar a produção de 30 famílias de agricultores residentes no assentamento. Essas entrevistas, também gravadas e transcritas, foram realizadas após assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

3. A pesquisa documental no INCRA-AM

A pesquisa documental na sede do INCRA-AM foi realizada após consulta e concordância de integrantes da Superintendência desse órgão. A coleta desses indicadores teve início em 08 de janeiro de 2008, e também foi autorizada através de Termo de Concordância assinado em 14 de novembro de 2007. As informações foram obtidas com funcionários do setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Projeto de Assentamento Tarumã – Mirim, que disponibilizaram mapas de localização dos lotes/parcelas e o acesso ao SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária, com detalhamento do cadastro das famílias assentadas.

No INCRA foram obtidas ainda as orientações sobre as principais resoluções normativas do MDA e do INCRA, que regulam os critérios e regras para o cadastramento e permanência dos agricultores e agricultoras nos lotes de reforma agrária, bem como orientações sobre os principais programas sociais destinados a eles.

Segundo o SIPRA/INCRA-AM, 370 famílias receberam os lotes em períodos diferenciados, conforme a cronologia de chegada ao Assentamento. Trata-se de títulos emitidos sob condição resolutive, isto é, definitivos, cujos benefícios de crédito-habitação e alimentação foram pagos de 1992 a 2007.

Outras famílias que ainda não receberam o título foram beneficiadas com esses créditos. Dentre essas, 921 famílias receberam o crédito-instalação destinado a necessidades básicas de alimentação. Outras 846 famílias tiveram acesso ao crédito-instalação modalidade habitação, destinado à construção das habitações rurais no Projeto de Assentamento que inclui pagamento de mão-de-obra para a construção das casas e 220 famílias tiveram acesso ao PRONAF, assim como 1.356 famílias foram beneficiadas na área pelo Programa Luz para Todos do Governo Federal.

A partir das informações obtidas no SIPRA/INCRA-AM, foi consultada a listagem de títulos emitidos para triagem inicial das famílias que se constituíam em potenciais participantes da pesquisa.

Do total de 370, foram identificadas apenas 70 famílias que já estavam no Projeto de Assentamento desde 1996 e 1997 respectivamente. Após consultar mapas e relatórios de acompanhamento e fiscalização, constatou-se que destas 70 famílias apenas 17 ainda residiam no projeto de assentamento permanentemente. Os processos referentes a essas 17 famílias foram consultados no arquivo do setor para verificar se eram adequadas aos critérios estabelecidos inicialmente na pesquisa. Após essa consulta foram selecionadas seis famílias, cujos critérios estarão descritos no item 6.

4. Participantes da pesquisa

Para a realização da pesquisa foram entrevistadas seis famílias que se encontram no projeto de assentamento pelo menos há dez anos, e em sua maioria foram beneficiadas por auxílios do INCRA-AM e/ou já pleitearam financiamento para a produção e são associadas no mínimo a uma entidade organizativa ou produtiva existente no ramal. Dentre as famílias, duas são residentes no ramal principal do Projeto de Assentamento Tarumã - Mirim e quatro são distribuídas nas vias secundárias, denominadas vicinais.

5. O campo de investigação

O Projeto de Assentamento Tarumã-Mirim situa-se no município de Manaus, na gleba Cuieiras/Tarumã, tendo sido criado por meio da Resolução N° 184/92 em 10/08/92 (INCRA-AM, 1999).

O Assentamento está localizado paralelamente à BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, entre a margem oeste do Igarapé Tarumã-Açu e a leste do Igarapé Tarumã-Mirim, afluentes da margem esquerda do Rio Negro, limitando-se ao norte com as áreas do Distrito Agropecuário da SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus e a Reserva Biológica do IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. O acesso fluvial dá-se através do Rio Negro, Igarapés Tarumã-Açu e Tarumã-Mirim e o acesso rodoviário, através do Ramal Pau Rosa situado no quilômetro 21 da Rodovia BR-174. A entrada de acesso ao Assentamento localiza-se no km 08 da Rodovia e 10 quilômetros distante da área urbana de

Manaus. Após a entrada, percorre-se aproximadamente 06 quilômetros até o Ramal do Pau Rosa onde se inicia o limite de jurisdição do Assentamento.

A área do assentamento é de 42.910,76 hectares, com um perímetro de 110,63 quilômetros abrangendo 1.042 parcelas com tamanho médio de 25 hectares para cada parceleiro, destinados à agricultura familiar e 7088,62 hectares de reservas florestais coletivas (INCRA-AM, 1999).

Segundo o RADAMBRASIL (1978), a cobertura vegetal predominante é caracterizada como floresta tropical densa, contendo ainda formações de floresta tropical aberta, floresta aluvial periodicamente inundada (igapó), campinarana e áreas de tensões ecológicas, com outras formações edáficas e área de tensão ecológica com áreas antrópicas, constituída de cultivos agrícolas, pecuária e vegetação secundária. Pela classificação do IBGE a área é constituída por floresta ombrófila densa, contato campinarana/ floresta ombrófila densa (formado pelo paleoleito do rio Cuieiras) e vegetação secundária.

O Assentamento Tarumã-Mirim está situado em quase sua totalidade dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) da margem esquerda do Rio Negro, Setor Tarumã-Açu – Tarumã-Mirim, e sua porção noroeste faz parte do Parque Estadual do Rio Negro. Estas unidades de conservação de âmbito estadual foram criadas em 1995 com o intuito de preservar duas importantes bacias hidrográficas (Tarumã-Mirim e Tarumã-Açu) para o turismo ecológico e para assegurar a qualidade da água consumida em Manaus.

Apesar da relevância ecológica dessa área interfluvial, as atividades antrópicas no assentamento são bastante predatórias, sendo a queima da madeira para produção de carvão uma das principais atividades. O desmatamento é realizado intensivamente inclusive nas áreas de encosta e matas ciliares e comumente nas áreas desmatadas não há atividades agrícolas.

Até 1998, haviam sido ocupadas 856 parcelas nas quais residiam 2563 habitantes. Em julho de 2003, foram registradas 944 parcelas ocupadas. Aproximadamente 70% dos assentados são amazonenses, sendo também expressivo o número dos provenientes dos estados do Maranhão, Acre, Pará e Ceará (INCRA-AM, 1999).

A taxa de evasão é extremamente alta e aproximadamente 50% dos lotes já foram abandonados, sendo que estes são rapidamente ocupados por outras famílias. Há repasse de lotes para pessoas que não se enquadram enquanto público de reforma agrária devido à especulação imobiliária pela proximidade do assentamento com Manaus.

Mais de 50% dos lotes estão com títulos emitidos e os lotes restantes estão em processo de legalização no INCRA-AM. Apesar do bom estado da rodovia federal, BR-174, os ramais internos, que totalizam 81 km, são precários, principalmente na estação chuvosa,

dificultando o escoamento da produção e a circulação do ônibus na área. Apenas o Ramal do Pau Rosa foi contemplado com pavimentação, iniciada em setembro de 2008 e concluída em junho de 2009.

A fonte de renda de aproximadamente 921 famílias de agricultores provém principalmente da venda da produção agrícola e de carvão, além do trabalho diário em serviços agrícolas e extrativistas, da aposentadoria de alguns dos ocupantes e ainda da exploração de pequenos estabelecimentos comerciais.

No entanto, a proximidade entre o Assentamento e a cidade de Manaus, favorece a ocupação dos lotes por pessoas que os usam para atividades de fim de semana deturpando assim a utilização das terras que deveriam ser destinadas à produção de pequenos proprietários.

No Assentamento há três núcleos urbanos mais organizados com serviços comunitários como igrejas, escolas e postos médicos, mas não há água encanada em todas as casas. Os dejetos líquidos são despejados em locais inadequados pela maioria dos moradores que não possuem fossa séptica e a rede de energia elétrica está em processo de implantação através do Programa Luz Para Todos do Governo Federal. Esses núcleos se organizam no formato das agrovilas, comuns em grande parte dos assentamentos no país.

A grande incidência de malária, leishmaniose, diarreia, verminoses, gripe e picadas de animais peçonhentos são maior do que a capacidade de atendimento do único posto de saúde do Assentamento, situado no Ramal do Pau Rosa. Sete escolas municipais de ensino fundamental funcionam no Assentamento e o ensino médio está em processo de implantação desde outubro de 2008 em sistema modular, uma vez que os professores são provenientes de Manaus.

A organização comunitária dá-se através das associações representantes das diversas comunidades que residem no Assentamento e de um conselho comunitário criado em 1999, que agrega todas elas. A comunidade mais antiga foi criada em 1991, mas a maioria foi criada recentemente e são ainda inexperientes na busca da melhoria das condições de vida de seus moradores. Entretanto, alguns projetos já foram idealizados como o projeto de piscicultura de igarapé desenvolvido em conjunto com o INCRA/IDAM/INPA e o plano de manejo comunitário, desenvolvido em conjunto com a Universidade Estadual do Amazonas (UEA).

O IDAM destina assistência técnica aos assentados em um trabalho conjunto com os técnicos do INCRA, responsáveis pelo assentamento. A SEPROR (Secretaria de Estado de Produção Rural) disponibilizou, em 2007, um caminhão para escoamento da produção para a Feira do Produtor na Grande Circular, zona leste de Manaus.

A queima de madeira para produção de carvão é uma das principais fontes de renda do assentamento. O carvão produzido na área é vendido para atravessadores a preços até 400 % mais baixos do valor comercializado em Manaus e os trabalhadores desta atividade apresentam constantes problemas de saúde. As atividades agrícolas, limitadas pela falta de assistência técnica regular e pela baixa fertilidade do solo, são as roças com culturas anuais, o pomar caseiro, a criação de galinha caipira e pequeno plantel de gado e pequenas hortas.

Nas roças, em média de dois hectares, cultivam-se mandioca e pouco milho, feijão e arroz, apesar do IDAM distribuir sementes dessas culturas. A produção média de farinha de mandioca no assentamento é de 18 toneladas por ano (INCRA-AM, 1999). Nos pomares caseiros, as principais frutas são cupuaçu, coco, banana, graviola, caju, abacaxi, mamão e manga.

Próximo aos pomares caseiros é bastante comum a presença de hortas suspensas, denominadas jiraus, onde com adubo orgânico planta-se principalmente cebolinha, pimentas, chicória, couve e alfavaca. Aves são criadas soltas com média de 60 animais por família. Poucos produtores criam gado, sendo que a média é de cinco cabeças por criador. Somente no Ramal do Pau Rosa a criação de gado é mais intensa, com pastagem extensiva. Quanto à piscicultura, apenas um produtor tem produção regular de peixes em tanques controlados.

O sistema de extrativismo no assentamento é baseado na coleta de frutos das palmeiras açaí, bacaba, patauí, buriti e tucumã, na exploração madeireira. A exploração madeireira é realizada tanto para o consumo interno como para a comercialização de toras, vendidas para madeireiras, e realizada geralmente sem licenciamento do IBAMA. O produto da exploração madeireira tem mercado garantido, mas esta atividade, além de depauperar os recursos florestais da comunidade, danifica ainda mais os já precários ramais com o trânsito pesado dos caminhões das madeireiras que compram as toras diretamente nas propriedades.

A caça e a pesca de subsistência são praticadas no assentamento como mecanismo de complementar a alimentação. Todavia, grande parte da pesca e da caça predatória é realizada por caçadores de fora do Assentamento.

Até fevereiro de 1999 haviam sido abertos 81,4 quilômetros de estradas, 13,6 quilômetros de carreadores, 57,7 quilômetros de picadas no mato (caminhos estreitos abertos na vegetação para passagem de pessoas e veículos de pequeno porte como bicicletas e motos), com larguras respectivas de 30m, 5m e 3m, o que provocou um desmatamento direto de 251,5 hectares e a morte de 35 nascentes, 55 pontos de assoreamento e o represamento de igarapés em 15 pontos (INCRA-AM/LUMIAR, 1999).

Grande parte da floresta da área foi explorada por madeireiras no início do assentamento, assim que os ramais foram construídos, antes mesmo da chegada das famílias. O corte seletivo, ou corte apenas de algumas árvores pré-selecionadas de uma área, ainda é atividade comum nas propriedades. Há cinco reservas florestais descontínuas totalizando 7.088,62 hectares, 16,6% da área (INCRA-AM, 1999).

6. Trilhas percorridas no trabalho de campo

O trabalho de campo segundo Rey (2005, p.95),

[...] Relaciona-se com a pesquisa em grupos de pessoas, instituições, comunidades, e a diferença da coleta de dados pressupõe a participação do pesquisador no curso cotidiano da vida dos sujeitos estudados, o que conduz à formação de redes de comunicação que permitem a expressão cotidiana dos sujeitos estudados, fonte excepcional para a produção de conhecimentos psicológicos.

Assim, o trabalho de campo realizado constitui um processo permanente de estabelecimento de relações, na perspectiva de construir eixos relevantes do conhecimento, que possibilitem a coleta de dados, por intermédio de registros para formulação de reflexões sobre as condições de vida das famílias.

O trabalho de campo em questão foi iniciado em 11 de setembro de 2008, após coleta de dados no INCRA-AM. A entrevista inicial foi realizada com o Presidente da Associação Agro-Comunitária de Moradores e Comunitários do Ramal do Pau Rosa, que discorreu sobre a origem, o histórico e as dificuldades enfrentadas pela mesma, bem como a relação estabelecida com o poder público para realização de serviços essenciais aos moradores do Ramal.

A Associação foi registrada em cartório em 1997 quase que concomitantemente à criação do Assentamento. Mas, apenas em 2001 a documentação foi regularizada. A Associação teve inicialmente 09 filiados e atualmente conta com a filiação de 200 famílias, dentre as quais 130 se encontram em dia com a contribuição mensal.

O presidente relatou as dificuldades enfrentadas pelas comunidades que representa em razão da ausência de atuação do poder público e do não cumprimento de promessas feitas pelos diversos órgãos ao longo da existência do Assentamento.

No momento da entrevista, o Ramal estava em processo de pavimentação e o presidente da Associação afirmou ainda que, desde o início de 2008, por se tratar de um ano

eleitoral, diversos serviços como consultas com oftalmologista, cardiologista e dentista foram encaminhados pelo governo do estado, bem como a doação de óculos e próteses. Outros serviços como emissões de documentos também foram realizados.

Após a entrevista, o presidente da Associação auxiliou na triagem das famílias que participariam do estudo, vinculadas à Associação desde sua criação, apontando defasagem nos dados do INCRA, pois das 17 famílias previamente selecionadas, algumas não se encontravam mais no Assentamento.

Dessa maneira, considerados os critérios de participação na pesquisa foram definidas inicialmente cinco famílias residentes no Assentamento. Com auxílio do ex-coordenador do PRONERA na localidade, foi realizada a visita à primeira família para verificar a possibilidade de sua participação. Após concordância, foi iniciada a coleta de dados com essa família em 15 de setembro. Em sequência, duas famílias concordaram em participar do estudo através de visitas prévias nos dias 23 e 29 de setembro respectivamente.

Cumprido destacar que dentre as famílias selecionadas, duas não se encontravam presentes no assentamento. Da família selecionada em uma das vicinais apenas o pai se encontrava no lote porque a mãe e os filhos se mudaram para Manaus em busca de ensino médio, uma vez que esse serviço não havia sido implantado na escola do ramal principal.

A família selecionada inicialmente em outra vicinal também não estava presente no lote, pois o agricultor havia sofrido acidente de trabalho com um machado e quase teve os dedos da mão esquerda decepados na semana anterior à chegada da pesquisadora. Encontrava-se em tratamento em Manaus acompanhado pelos familiares.

Diante do ocorrido, das duas famílias que participaram do estudo em substituição às famílias anteriormente relatadas, apenas uma se encontrava na listagem de 17 famílias levantadas no INCRA-AM. Considerando o exposto, foram visitadas mais duas famílias que concordaram em participar da pesquisa por intermédio de visitas realizadas nos dias 08 e 09 de outubro e, 10 e 11 de outubro. A quinta família foi entrevistada nos dias 13 e 14 de outubro e a sexta família foi definida através de outro processo que será descrito adiante.

As entrevistas realizadas com as famílias, inicialmente com os pais e mães tiveram roteiro semiestruturado, foram gravadas e transcritas, expressando a caracterização da origem de seus integrantes, do número de filhos, nível de escolaridade dos componentes da família, quais serviços usufruem em seus lotes, tipos de cultivo e/ou atividade de criação que desenvolvem para subsistência e comercialização, enfatizando a trajetória dos mesmos antes e após a chegada ao Assentamento (Anexo III).

Paralelamente à realização das entrevistas foi desenvolvida a observação do local onde residem as famílias, registrando-se em diário de campo suas condições de moradia, suas atividades cotidianas e relações domésticas, o trabalho agrícola e outros dados considerados pertinentes para esclarecimento do modo de vida das mesmas.

O período de permanência junto às famílias para realização das diversas etapas do estudo teve a duração média de dois a três dias, com no mínimo um pernoite, para acompanhamento da rotina da família em sua residência do amanhecer ao seu horário de recolhimento.

Se, inicialmente pretendia-se entrevistar apenas os pais, as condições de coleta de dados permitiram incluir outros integrantes do grupo familiar, como filhos, netos e agregados que moram com as famílias e que constituem famílias ampliadas pela inclusão desses parentes na moradia. O conteúdo dessas entrevistas foi gravado e transcrito para sistematização e análise (Anexo IV).

Apenas na quarta família não foi realizada entrevista com o grupo familiar, uma vez que as filhas do casal se encontravam em Manaus e os netos tinham menos de cinco anos.

A participação dos filhos extrapolou a previsão inicial de contemplar apenas os adolescentes maiores de 14 anos, uma vez que na terceira família o filho mais novo tinha 12 anos. Na quinta família, os netos de 5, 10 e 12 anos permaneceram no grupo focal por insistência da mãe e avós para participação e exposição de suas opiniões acerca da escola no que diz respeito à merenda escolar e ao transporte. Na sexta família, o filho de 12 anos se fez presente voluntariamente, com o consentimento dos pais, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos pais.

Assim, optou-se em respeitar a vontade dos pais quanto à participação dos filhos e netos, bem como se preservaram as falas dos mesmos nas transcrições dos depoimentos, considerando que essa conduta não implicaria em quaisquer riscos para eles.

Após o encerramento das entrevistas ao final de outubro de 2008, avaliou-se que a quarta família entrevistada não estava totalmente dentro dos critérios da pesquisa, considerando que as filhas do casal estavam estudando e trabalhando na área urbana de Manaus e apenas os netos com idade entre quatro e cinco anos estavam residindo com os avós, o que impossibilitou a realização da segunda etapa de entrevistas com a família como foi anteriormente mencionado.

Essa família foi mantida no estudo por representar um arranjo familiar diferenciado mas optou-se pela inserção de mais uma família que suprisse o número de famílias estipulado inicialmente.

A sexta família foi selecionada de modo diferenciado, considerando a importância da relação dos agricultores com a Associação Agrícola do Ramal do Pau Rosa (ASSAGRI), associação que tem apenas três anos de criação e representa um marco para a produção e o escoamento de produtos do ramal para Manaus. Essa Associação foi mencionada recorrentemente na sistematização das falas de duas famílias entrevistadas, a saber, a terceira e a quinta família.

No dia 16 de dezembro de 2008 foi realizada visita à ASSAGRI e obtida entrevista com o presidente dessa associação após assinatura de Termo de Consentimento. O entrevistado expôs a origem e a criação da entidade, bem como o trabalho de produção desenvolvido com os agricultores e agricultoras associados.

A ASSAGRI foi fundada há três anos e conta com 38 famílias associadas, mas sua atuação beneficia mais de 80 famílias. É uma associação cuja finalidade é organizar a produção dos associados de hortaliças, frutas, peixe e frango de maneira cooperativa, para comercialização na principal feira de produtores da zona leste de Manaus, todos os finais de semana, sendo que contam com cadastro regular para essa atividade.

Uma vez por semana os associados se reúnem e trabalham em regime de mutirão fazendo roçados, construindo casas e galpões, plantando e distribuindo mudas de hortaliças, de plantas frutíferas e adubo entre associados. Assim, o trabalho que teve início com uma dupla se transformou em um grupo e, posteriormente, em uma Associação.

Em seu relato, o presidente da ASSAGRI enfatizou que 80% dos associados não possuem títulos definitivos de propriedade o que dificulta o financiamento de sua produção e que o próprio INCRA declara que o Projeto de Assentamento é inviável em termos de produção, contrariando os princípios expressos para a reforma agrária. Destacou ainda a postura de funcionários que, no pagamento de auxílio para reforma e ampliação das casas, fizeram superfaturamento de material explorando os agricultores assentados.

Dentre as instituições que colaboram com o trabalho desenvolvido pela ASSAGRI, o presidente destacou a EMBRAPA, O INPA e a Escola Agro Técnica que contribuíram para a regularização da Associação, além do IDAM, responsável pelo escoamento da produção através da SEPROR.

Durante assembléia da ASSAGRI realizada em 7 de abril de 2009, foram expostos os objetivos da pesquisa e foi solicitada a participação voluntária de uma família para a conclusão do estudo. Duas famílias se dispuseram a participar da pesquisa, sendo que apenas uma tinha características adequadas aos critérios estabelecidos. A última família participante do estudo concedeu entrevista em maio de 2009, após duas remarcações de datas que não se

concretizaram por falta de transporte no período combinado para chegar ao ramal onde a mesma reside.

7. Procedimento de análise dos resultados obtidos

A análise dos dados fundou-se na proposta teórica de articular as diferentes experiências vividas pelos agricultores do Assentamento com as condições socioeconômicas vigentes na área onde vivem e que estão vinculadas a determinações econômicas e a políticas públicas, em âmbito nacional, estadual e municipal, quanto à reforma agrária. Nesse sentido, a análise foi fundamentada em suportes teóricos antropológicos, sociológicos e psicológicos.

Na discussão e interpretação dos dados coletados em diferentes fontes foi utilizada a análise da conversação e da fala, empregada segundo Myers (2002), para codificar os tipos de categorias expressos nas falas dos participantes.

Considerando essa premissa, os depoimentos das famílias foram organizados em nove eixos, referentes ao relato de suas trajetórias a partir de suas origens, com ênfase em sua situação socioeconômica e educacional, bem como às condições de chegada ao Assentamento e às dificuldades aí enfrentadas.

Com a finalidade de preservar a identidade das mesmas, cada família foi identificada conforme o produto cultivado predominantemente em seu lote. Assim elas foram denominadas de Família Açaí, Família Banana, Família Farinha, Família Hortaliça, Família Laranja, Família Pé-de-Moleque.

CAPÍTULO III. A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS

É importante a necessidade de examinar os problemas do trabalhador rural a partir do modo como ele próprio concebe a terra, que é o seu meio de trabalho mais importante. (MARTINS, 1991, p.11)

Segundo Fraxe et al. (2007), a experiência do presente depende em grande medida do conhecimento do passado, do mesmo modo que “a lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança.” (BOSI, 1994, p.53)

É nesse sentido que, para se compreender a dinâmica da organização familiar no Assentamento em suas múltiplas dimensões, foi necessário um retorno às origens das famílias para que através de suas trajetórias fosse possível entender suas escolhas para se estabelecerem no Assentamento e para o enfrentamento dos obstáculos para permanecer na terra. A sistematização dos registros acerca da trajetória das famílias alinhavou um cenário de dificuldades e frustrações somente superadas por intermédio da profunda esperança dos sujeitos em transpor a condição de desemprego e instabilidade.

A densidade das lembranças dos membros das famílias ora remetem a situações individuais, ora a experiências coletivas e mostram pontos em comum acerca da migração, refazendo as picadas e trilhas percorridas em busca da terra.

Esse movimento de transição pode ser recuperado através dos depoimentos e, conjuntamente com as observações realizadas, possibilita apreender a vivência das famílias assentadas da reforma agrária e as dificuldades enfrentadas para permanecer na terra.

Cumprе salientar que não se trata de um estudo sobre a memória das famílias, mas de uma recuperação de trajetórias que auxiliam a compreensão sobre a organização dos assentamentos enquanto parte do mundo rural, à luz da experiência de homens e mulheres, em sua grande maioria dedicada à pequena produção agrícola, retratando o cotidiano desse universo e propiciando ainda a reflexão sobre a limitada ação do poder público nessa área através de sua precária oferta de serviços a essa população.

1. O processo migratório e a caracterização das famílias

O processo percorrido pelas famílias apresenta pontos em comum quanto aos motivos que conduziram ao processo migratório. As famílias Açaí e Pé-de-Moleque vieram da região nordeste e ao chegarem ao estado do Amazonas buscaram um pedaço de terra para morar. Do

mesmo modo, os componentes da Família Laranja migraram após a crise enfrentada nos seringais do Acre, enquanto as famílias Farinha, Hortaliça e Banana migraram do interior do estado do Amazonas, também em busca da terra.

Antes de chegarem a Manaus as famílias percorreram diversas localidades, sempre em busca de melhores condições de sobrevivência, em um constante deslocamento no espaço geográfico.

Após a migração, um ponto em comum entre todas as famílias é que antes da chegada ao Assentamento, todas se estabeleceram durante um tempo na área urbana de Manaus e exerceram funções diversificadas, mas se viram pressionadas a buscar alternativas de sobrevivência em razão da reduzida escolaridade que limitava o acesso ao trabalho.

Os estudos de Moré e Queiroz (2007, p.122) apontam que houve na última década no Brasil uma crescente mobilidade social interna, evidenciada por diferentes fluxos migratórios. As autoras destacam ainda que

Dados do IBGE revelam que no período de 1991/2000 um conjunto de municípios do Brasil apresentou um ritmo de crescimento anual superior a 3,0%, considerado estatisticamente significativo. Observa-se que embora a distribuição da migração atingisse em sua maioria municípios com até 5 mil habitantes, metade do fluxo migratório concentrou-se em municípios com mais de 1.000 habitantes. Neste conjunto estavam seis capitais brasileiras que sofreram maior impacto com a migração, dentre elas Manaus, Florianópolis, Macapá, Rio Branco, Boa Vista e Palmas.

Em seguida, descreve-se em linhas bastante gerais o processo migratório das famílias até sua chegada ao Assentamento.

a) Família Laranja

O marido nasceu em Xapuri, seringal próximo a Rio Branco, no Acre e está com 72 anos. Não teve oportunidade de estudar durante a infância e adolescência porque sempre ajudou os pais no corte da seringa¹⁰. Após o falecimento do pai e de recasamento da mãe permaneceu na casa de tios e avós. Ainda jovem começou a trabalhar por conta própria enquanto arrendatário:

“E aí eu fui criado por mão de avó e tio. Um dia, uma semana, estava na casa de um tio, outra semana estava na casa de outro e assim eu fui levando até chegar um pouquinho de idade para trabalhar quase bem dizer por minha conta, pois, minha mãe arrumou marido, não é? Mas eu vivia muito

¹⁰ Uma das fases de extração do látex.

pouco com ele. E não é por que ele fosse ruim, mas porque eu vivia mais era com os tios. Uma semana tava com uns tios, passava um mês com um, e tinha um que se deu muito comigo, que era um do meio, chamado Silva e esse para mim era como se fosse um irmão. Aí eu me grudava com ele e passava dois meses com ele, depois três meses na casa da mamãe. Tinha outro tio que se chamava Queiroz e aí eu passava, vou até lá com tal tio, depois voltava, ia para casa da avó até quando me responsabilizei pela minha vida. Comecei a trabalhar para mim, também. Trabalhava assim: voltei para casa da minha mãe de novo, e aí meu padrasto me deu três escadas de seringa para eu trabalhar dia três-um. Eu fazia três borrachas, eu ganhava uma e dava duas para ele, não é? Chamavam-se três-um. Vamos dizer que dava cento e cinqüenta quilos. Daquela borracha eu ganhava cinqüenta quilos e cem quilos eram dele. E assim eu fui comprando alguma coisa, até eu chegar um pouco numa certa idade, com catorze anos, que eu fui trabalhar já para mim de a-meia. Eu fazia duas borrachas: uma minha e outra dele. Chamava-se de “a meia”. Bem dizer para mim. Aí eu abri uma conta corrente no barracão, que eu tinha aquela borracha, aí eu fui progredindo... Até que saí de casa com dezoito anos e fui trabalhar por minha conta.” (Marido)

A esposa nasceu no seringal Nova Esperança próximo de Rio Branco, no Acre e está com 70 anos. Assim como o marido não teve oportunidade de estudar e frequentou aulas do MOBREAL após estar casada.

O casal está junto há 49 anos, através de união no civil realizada em Rio Branco, no Acre. Dessa união nasceram seis filhos. Além de cortar seringa a família teve um pequeno comércio no seringal onde residia em lote cedido pelo governo do Acre.

“Com vinte e três anos eu me casei com essa daqui. Casei-me vinte de janeiro de mil novecentos e sessenta. Já fizemos quarenta e oito anos de casado... Já temos quarenta e nove anos que completaremos agora em janeiro de 2009. Fomos vivendo assim a pontapé, daqui e dacolá, mas nada de estudo, porque não tinha oportunidade para nós estudarmos. Nem para mim, nem para ela. Até que chegamos num seringal que tinha uma escola, assim perto, numa estrada, com uma hora de viagem e tinha os meninos que eram pequenos.” (Marido)

Até o final dos anos de 1970 a família trabalhou com o corte da seringa em um terreno concedido pelo governo e chegaram a ter um pequeno comércio que não vingou conforme o esperado. Com a queda da produção da borracha venderam o lote e adquiriram outro lote de terra, para cortar seringa em Boca do Acre, no Amazonas, aonde chegaram também a ter um pequeno comércio e a criar algumas cabeças de gado.

“Chegamos numa posição que a seringa acabou já no ano de setenta para cá. Diminuiu, e aí ficamos com a escola mais perto. Aí eu ganhei um terreno, dado pelo Governo, para essa cooperativa que eu trabalhei que eu lhe falei no ano de setenta e fui tocando a vida desse jeito... Depois de quase dois anos, apareceu o MOBREAL. Aí nos chamaram para estudar no

MOBRAL [...] Sei que foi curto... Nós estudamos poucos dias e a casa do professor pegou fogo e aí ele foi embora, e ficamos sem professor. E não apareceu mais outro. Aí ficamos rodando de novo. Mudei-me, vim para a cidade, fui trabalhar no colunato, fui trabalhar num cantinho de enxertiação de seringa¹¹, passando a seringa... Cortando a seringa. Botei um comércio pequeno e ela (esposa) tomava conta do comércio. Aí inventei de botar uma sinuca dentro de casa, que aquilo é um inferno... Não faltava gente... Nem eu podia estudar, nem ela podia estudar. Saí de lá para botar os filhos para estudar [...]. Até que eu acabei vendendo o comércio lá, isso no ano de oitenta e abri em outro lugar, em Boca do Acre. Abri o lugar e arrastei a família todinha e investimos no corte da seringa, comprei uma colocação, cortando seringa, mas como uma colônia. Daí, criei um gado. Depois os filhos foram embora. Fiquei só. Um foi trabalhar na Mendes Júnior e o outro foi trabalhar com o homem de uma firma e foi para Porto Velho... Uma das minhas filhas já morava aqui e foi buscar um dos meus filhos lá e trouxe, para servir o exército...” (Marido)

O caminho percorrido em várias localidades à procura de emprego e estabilidade expõe as dificuldades enfrentadas pelo casal e o esforço para inserir os filhos na escola.

“A minha escola que eu consegui durante o tempo da minha juventude foi cortar seringa, ajudar meus pais a cortar seringa, trabalho no roçado, só isso. Eu saía mais meu irmão às cinco horas da manhã. Nós passávamos o dia na mata. Quando dava cinco e meia ou seis horas da tarde que nós vínhamos chegando de volta.” (Esposa)

“Nossos filhos se juntavam com os outros dos vizinhos, as vizinhas, que tinha uma meninada medonha. Aí uma hora de caminhada para lá, para estudar... Saía de manhãzinha e levava uma farofinha numa lata e ia estudar lá. Quando dava meio-dia, uma hora, chegava à casa de novo.” (Marido)

Com a vinda de um dos filhos do casal para servir o exército em Manaus, o mesmo convidou os pais para virem à capital em busca de novas oportunidades. Assim, a família vendeu o gado, o comércio, o lote e comprou uma pequena casa na periferia de Manaus no período de crise do governo Collor¹² e não havia emprego para quem não tivesse determinado grau de escolarização e qualificação.

“Quando foi no ano de 1990, ele foi dar um passeio e, nesse passeio me arrastou para o Amazonas. Lá venho eu. Vendi o que tinha: o gado, o lugar, todinho... Vim para cá. Cheguei aqui, foi na época do desmantelo do Collor. O Collor era o Presidente, houve aquele desmantelo de desemprego medonho e meus filhos estavam desempregados também. Tava dando uma fome, fome da peste. Nós fomos e pescamos uns peixes desses que Deus deu,

¹¹ As mudas de seringa podem ser produzidas de duas formas: de sacola e de raiz nua. As mudas de sacola são desenvolvidas em sacolas plásticas por um período de 10 meses. Após esse período são enxertadas e assim estão prontas para o plantio. A muda de raiz nua é desenvolvida direto no solo onde posteriormente são arrancadas, parafinadas e podem ser plantadas direto no campo com gel ou transplantada para sacola. Após o segundo lançamento pode ser levada para o campo.

¹² Governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992).

e aí as pessoas estavam vivendo disso... Mas foi um desemprego mais medonho do mundo, que eu vi a coisa feia. Então o negócio não foi fácil assim. Porque, nós na cidade, nós morávamos no Novo Israel, só tínhamos uma casa. Não tinha nada de bom proveito que dissesse: - Aqui é uma casa que eu comprei com o dinheiro do Acre [...]. Aí eu já tinha essa casa, casa não dá de comer a ninguém. É preciso a gente dar de comer a ela, pagar o imposto dela. Eu não ia ser empregado porque, procurei emprego, mas sinal velho aqui não arruma emprego.” (Marido)

A trajetória de vida contida nos depoimentos da Família Laranja expõe a decadência do modelo exploratório da borracha nas chamadas colônias¹³ e colocações¹⁴, mas ao mesmo tempo demonstra o caráter de mobilidade dos seringueiros no Acre em consonância com a preservação da natureza que os sustenta, conforme Allegretti (2002, p.190)

A colocação-seringal tem um significado para o seringueiro de autonomia que, de fato, transcende o sentido econômico estritamente mercantil. Além disso, o caráter de extração de um recurso cuja reprodução está fortemente dependente da produtividade da natureza, como o látex, implica que se possa mudar de colocação caso haja diminuição da produção e as madeiras precisem descansar. A mobilidade é, portanto, um elemento fundamental de reprodução social nesse contexto.

Percebe-se nesse contexto vivido por essa família que a mobilidade espacial constituiu um modo de apropriação dos recursos naturais, respeitando a disponibilidade dos mesmos, diferente do caráter de propriedade caracterizada como imóvel que caracteriza o latifúndio que, na maioria das vezes, chega a exaurir a terra, transformando-a em pastagens ou monoculturas para o agronegócio.

A condição precária de vida na cidade de Manaus, dada a falta de emprego, frustrou a expectativa de estabilidade e novo deslocamento para o Assentamento.

b) Família Açaí

O marido e a esposa nasceram no interior de Alagoas. O marido tem 46 anos, estudou até a 2ª série do ensino fundamental. A esposa, 42 anos, cursou até a 1ª série do ensino fundamental. A união do casal se deu no civil e no religioso em Alagoas e dessa união nasceram seis filhos no interior do Pará, quando a família permaneceu em um projeto de assentamento.

¹³ Colônia de exploração de seringa.

¹⁴ Termo empregado para designar um conjunto de estradas de seringa.

“Eles [filhos] nasceram no Pará. Porque realmente eu sou de Alagoas, o meu marido, o pai deles, também é de lá e é dessa pessoa que andava muito. Inclusive a família dele tá toda para São Paulo agora. Só que eu nasci e me criei em Alagoas. O meu marido não se criou em Alagoas... O pai dele era assim... Para lá e para cá, não é? Aí quando nós nos casamos, eu fiquei um ano em Alagoas, porque ele foi do Pará para lá quando a gente se conheceu. Aí nós casamos e viemos de volta para o Pará. Quando cheguei ao Pará eu tive o primeiro filho. Eram seis, morreu um casal meu, ficou esses quatro. Eles são registrados como paraenses.” (Esposa)

A esposa sofreu um aborto quando estava grávida de oito meses e perdeu um filho aos três anos de idade. Os quatro filhos têm 17, 16, 15 e 12 anos e cursavam a oitava, sétima e sexta séries do ensino fundamental respectivamente, no período da pesquisa.

“O primeiro filho eu perdi quando tava com oito meses. Foi aborto. E a outra iria fazer três aninhos. É... Acho que é aquele problema de bronquite asmática e deu pneumonia aguda o médico falou... Faltavam apenas três meses para que ela completasse três anos... E esse de quinze anos ainda tem asma também, ele é bem magrinho.” (Esposa).

A Família Açai chegou a Manaus em 1996 e permaneceu um ano na casa de parentes enquanto os filhos estudavam. O marido tentava vender lanches nas proximidades da residência, mas a renda não era suficiente para suprir as necessidades da família. Ainda em 1996 ele soube do Projeto de Assentamento e foi ao INCRA-AM se cadastrar, pois sempre havia trabalhado na área rural com lavoura.

“Eu morava com a minha irmã em Manaus. Nós ficamos seis meses com ela. Aí apareceu esse Assentamento aqui. Só que eu ainda fiquei um ano lá com a minha irmã porque as meninas estavam matriculadas para estudar. Uma tinha seis anos e a outra, sete anos. Aí depois eu vim, mas ele já estava uns seis meses aqui. Mas, o que ele ganhava antes não era suficiente, porque às vezes ele vendia salgado, às vezes não vendia. Ele saía assim de manhã e chegava meio-dia, vendia dois, três salgados. Aí à tarde às vezes vendia um, às vezes nem vendia.” (Esposa)

A trajetória da família expressa o caráter de mobilidade anteriormente mencionado, retratando a realidade da migração rumo à Amazônia que, nas décadas de 1970 e 1980, era considerada um deserto a ser ocupado, conforme Martins (1991, p.74) analisa

[...] A segunda corrente migratória, aquela que do Nordeste se dirige para a Amazônia Oriental, procede principalmente do campo, de regiões em que há grande proporção de pequenos estabelecimentos com pequena proporção de terras e, ao mesmo tempo, poucos estabelecimentos grandes com muita terra.

No caso vivenciado pela Família Açaí, houve migração do marido de Alagoas para o Paraná, do Paraná em direção ao Pará, chegando por último ao Amazonas com a família, onde se estabeleceu nos últimos doze anos. Tal situação expressa o deslocamento desse contingente populacional desalojado por uma estrutura fundiária perversa que privilegia grandes empresas e conseqüentemente gera grandes concentrações de terras nas mãos de poucos.

De acordo com Martins (1989, p. 75) esse movimento contínuo é um fenômeno que não se dá particularmente na Amazônia, mas se reproduz em maiores proporções em várias regiões do país

[...] Enquanto migrantes nordestinos pobres praticantes da agricultura itinerante de roça se deslocavam em direção ao Oeste em busca das chamadas terras livres, médios e grandes compradores de terras, residentes no sul e no sudeste, compravam títulos de propriedade, muitas vezes sem qualquer valor legal.

Nas últimas décadas, a movimentação dos trabalhadores rurais ocorreu em um quadro de expropriação no mundo rural como consequência das mudanças ocorridas nas relações de trabalho no campo, o que reduziu a oferta de trabalho e obrigou os trabalhadores a se deslocarem para locais onde houvesse perspectiva de trabalho.

c) Família Pé-de-Moleque.

O marido tem 54 anos, nasceu em Coari no Amazonas e cursou até a sétima série do ensino fundamental. A esposa, 50 anos, nasceu em Cruzeirinho, comunidade situada no município de Icó no Ceará e cursou até a sexta série do ensino fundamental. A esposa juntamente com os pais se deslocou para Manaus na década de 1970 para que pudessem ficar próximos de um dos filhos que se fixou na cidade.

A união do casal se deu em Manaus onde se conheceram em cerimônia no civil. Dessa união nasceram duas filhas. A filha mais velha tem o ensino médio completo e a mais nova estudou até o 1º ano do ensino médio. Ambas não residem mais com os pais, uma vez que saíram de casa há mais de cinco anos para estudar em Manaus e não retornaram, pois a mais velha se casou e tem três filhos. A mais nova sofre de uma doença degenerativa nos ossos e possui um filho.

“Nós temos duas filhas. A mais velha está com 25 anos e já tem sua vida própria. É casada, tem seus dois filhos lá com ela... São três, mais um neto está aqui com a gente. E ela é funcionária pública. A mais nova ainda é

solteira, tem 23 anos, tem problema. Ela tem problema sério nos ossos. Todos os médicos dizem que é uma doença rara, difícil...” (Esposa)

O casal residia em Manaus no bairro Alvorada, onde possuíam um pequeno comércio do qual retiravam o sustento da família, mas ocorreu a retenção das economias do casal no início do Governo Collor¹⁵. Além dos prejuízos acumulados no comércio, uma forte chuva caiu no bairro e a residência do casal foi atingida por estar situada em um declive. Perderam tudo e ficaram apenas com a roupa do corpo e muita lama dentro de casa para retirar. Posteriormente a casa foi recuperada e é o local onde vivem as filhas atualmente.

“Escute só: para nós ficou pior porque nós ficamos sem nenhum documento porque tudo aconteceu lá em casa... Deu uma chuva assim de repente mesmo, só para destruir. Nós ficamos com a roupa do corpo, não foi bem? O comércio acabou. Mercadoria, a chuva levou tudo. A enchente levou tudo. Nós fizemos a casa, e o terreno era numa ladeira, a gente pensava que eles não iam aterrar... A gente pensou que eles iam quebrar aquilo para arrumar... Fizeram o contrário... Eles aterraram e nossa casa ficou lá embaixo, entendeu? Aí quando eles começaram a colocar material para ajeitar a rua, o bairro vizinho ainda não tinha rede e esgoto, e nada, e a nossa rua fica próxima à avenida principal desse bairro que descia. E foi o que aconteceu. Essa tragédia lá em casa. Nós ficamos com a roupa do corpo mesmo.” (Esposa)

Os sentimentos de perda expressos nas falas dos depoentes explicitam a tentativa de recomeço contínuo na vida de ambos que, em diversos momentos, é balizada ora pelo contexto econômico do país, ora pelas condições de moradia que se modificam em razão das adversidades da natureza.

A destruição do pequeno comércio de sobrevivência, alternativa de emprego, num momento crítico, devido à doença da filha mais nova, remeteu a família a uma situação de desamparo como muitas outras famílias que sofreram impactos com as mudanças econômicas ocorridas no início da década de 1990.

Em estudos realizados sobre família e proteção social Carvalho e Almeida (2003, p.99), estabelecem que

No Norte, as famílias com renda per capita familiar de até metade do salário mínimo chegavam a 25% e no Nordeste a 38,9%, e a frequência daquelas com renda até um salário mínimo a 52,3% e 65,9%, respectivamente [...]. Essas taxas estão igualmente associadas às dificuldades de inserção da maioria dos trabalhadores em um mercado cada vez mais restrito e exigente quanto à instrução, qualificação, condições de saúde e tempo de dedicação

¹⁵ No Governo Fernando Collor de Melo (1990-1992), o plano econômico implantado pela Ministra da Economia Zélia Cardoso de Melo, confiscou a poupança de milhares de brasileiros.

ao trabalho, mesmo nas áreas mais dinâmicas do país, como as regiões metropolitanas.

O cenário exposto pelos autores demonstra a importância da escolarização na obtenção de emprego no mercado de trabalho. A situação desse casal em razão da escolaridade reduzida, interrompida por ocasião do nascimento das filhas e a necessidade de buscarem fonte de renda para prover o sustento do lar, colocou-os no patamar que evidencia a realidade de grande parte das famílias que constituem a população manauara: nas crises cíclicas da Zona Franca de Manaus na década de 1990, sofrem as consequências do modelo por meio da deterioração expressiva das condições de ocupação no mercado de trabalho, com o decréscimo do emprego formal e ampliação do emprego precarizado, engrossando assim o contingente de trabalho informal.

Tal contexto levou-os ao trabalho por conta própria, via atividade do comércio, sem assegurar a estabilidade que tanto sonhavam, uma vez que tiveram a poupança confiscada e, quando perderam tudo na enxurrada, voltaram à situação inicial. O recomeço passa a ser vislumbrado pelo marido à medida que surge a possibilidade de conseguir terra para produzir, fora da capital, na área rural do município.

d) Família Farinha

A mãe é viúva, nasceu no município de Borba, no Amazonas, tem 70 anos e estudou até a 4ª série do antigo primeiro grau. É mãe de dez filhos, dentre os quais cinco nasceram na cidade de origem e cinco nasceram em Manaus, após a chegada dos pais à cidade na década de 1970. Segundo a mãe, todos os filhos concluíram o ensino médio, considerado por ela fundamental para a melhoria de suas vidas. Enquanto era casada morou no bairro do Coroado, zona leste de Manaus até 1997 quando adquiriu com o marido o lote e em 1998 fixaram residência no Assentamento.

“Sou amazonense... Eu nasci no município de Borba e lá na minha terra, quando eu era adolescente, eu estudei até a 4ª série. Desde lá para cá só vim estudar depois que cheguei aqui. Aqui no Assentamento eu estudava no PRONERA. Bom, lá em Borba eu tive cinco filhos... Quatro filhas e um filho. Aí trabalhei lá na agricultura também, mas nós não tínhamos onde plantar, onde fazer a nossa plantação, porque para nós plantarmos, a gente tinha que arrendar um pedaço de terra das pessoas. Então, por esse motivo, nós viemos para cá em 1970, o ano que nós chegamos aqui em Manaus. De lá para cá, eu tive mais cinco filhos [...]. Bom, aí, eu trabalhava junto com meu marido... Ele para um lado, eu para outro. Nós passávamos o dia trabalhando. Sempre pagando uma pessoa para ficar em casa, para fazer as

coisas para os nossos filhos, porque eles estudavam. Todo dia eles iam para aula e nós pagávamos sempre uma pessoa para cuidar da casa e fazer a comida para eles. Mas, depois de certa idade, nós paramos de trabalhar, e ficou ruim porque quando a gente vai ficando com a idade que nós estávamos era difícil arranjar emprego... Quando nós tiramos esse terreno aqui, era o INCRA que estava dando, esses lotes para cá em 1997.”
(Esposa)

O quadro exposto se assemelha aos anteriores quando evidencia a dificuldade das famílias em se manterem em seus lugares de origem, em consequência da crise econômica que expulsa os trabalhadores da terra, seja pela impossibilidade de ter terra própria para plantar, seja pelas precárias condições de oferta de serviços básicos como saúde e educação na sede dos municípios do interior do estado. A respeito dessa questão, Martins (2003, p.17) salienta que

[...] os candidatos a assentamento e a clientela da reforma agrária constituem uma massa residual de um conjunto grande de descartes sociais e de alternativas de vida não realizadas, de destinos não cumpridos, histórias pessoais truncadas por bloqueios de diferentes tipos oriundos de diferentes causas.

Para Martins (2003, p.23) “a cidade não deixa de ser valorizada e desejada, mas não é um lugar de destino, é um lugar do ter certas coisas necessárias – a escola, o mercado (o que comprar)”. Nesse contexto, a preocupação com o acesso à escola, com a intenção de continuidade da formação dos filhos, está relacionada também à expectativa de que a família permaneça unida e que não se rompam os laços devido à necessidade dos filhos em partir para longe de casa em busca da escolarização.

e) Família Hortaliça

O marido, com 62 anos, nasceu em Lábrea no Amazonas e estudou até a 2ª série do antigo 1º grau. A esposa, de 58 anos, nasceu na comunidade Itanaã no município de Lábrea no Amazonas e estudou até a 3ª série do ensino fundamental. Ela saiu da comunidade onde nasceu, aos 16 anos, para a sede do município de Lábrea onde o casal se conheceu e se casou através de união civil. Dessa união nasceram quatro filhos ainda no município de Lábrea. Deslocaram-se para Manaus em busca de melhores condições de vida e tiveram mais seis filhos. Durante algum tempo o casal trabalhou na construção civil, mas o salário não era suficiente para suprir as despesas da família.

“Aí o estudo lá foi muito fraco. Eu estudei lá até o 2º ano. Naquela época era ano, hoje é série, não é? Fiquei estudando, primeiro ano, segundo ano... Aí não tive mais condições, morava em seringal, pertinho da cidade... Morei 25 anos lá. Lá trabalhava que nem a atividade daqui: com agricultura. Cortei seringa lá, aí foi o tempo que eu vim aqui para Manaus. Aí eu entrei na construção civil. E trabalhamos 20 anos em Manaus.” (Marido)

Assim como a Família Laranja, que passou parte da vida sobrevivendo do corte da seringa, a Família Hortaliça expressa em seu depoimento a instabilidade e a descontinuidade no vínculo com a terra, demonstrando que a busca pela terra representa também busca pela moradia. Mesmo advindos de espaços geográficos diferenciados, em momentos diferentes da existência e ocupando posições diversas durante a estada na cidade, observa-se a mesma movimentação: o trajeto rural/urbano/rural, o que Silva (2003, p.117) denomina como “vidas de migrantes, de peregrinos em busca de um lugar onde possam parar, se fixar”.

f) Família Banana

O marido tem 60 anos, nasceu em Lábrea no interior do Amazonas e não teve oportunidade de estudar. A companheira, 33 anos, nasceu em Manaus e cursou até a 5ª série do ensino fundamental. O casal vive em regime de união consensual e constitui uma família recomposta, isto é, em segunda união. O marido é viúvo e tem uma filha da primeira união que reside em Manaus e sua companheira é separada do primeiro marido, com quem teve um filho, agora com 14 anos, que reside com ela e seu atual companheiro.

“Meu marido é viúvo, aí eu me envolvi com ele [a companheira conheceu o marido em Manaus quando o mesmo trabalhava em uma fábrica de esquadrias de alumínio localizada no bairro em que ela morava na zona oeste da cidade]. Quando fui viver com ele eu já tinha um filho, do primeiro marido. Eu não tinha o filho mais novo. Ele tinha três anos o meu filho mais velho. Aí eu tive o segundo filho e, o outro filho que faleceu com oito meses, com doença de criança, desse meu marido que eu estou com ele, esse pequenininho que vem do colégio que é do meu marido, agora o mais velho é do meu primeiro marido...” (Companheira)

Da segunda união de ambos nasceram dois filhos. O filho mais velho está com 12 anos e o filho mais novo faleceu aos oito meses em consequência de meningite. Não há por parte do marido tratamento diferenciado aos adolescentes. O filho mais velho, do primeiro casamento da companheira é tratado como filho consanguíneo e cursa a 7ª série do ensino fundamental, enquanto o filho mais novo está na 4ª série do ensino fundamental.

Em seu relato, o marido afirma que nasceu e sempre trabalhou como agricultor na área rural do município de Lábrea e que sua primeira vinda à Manaus se deu em razão da doença da primeira esposa que teve câncer. Após a cirurgia da ex-esposa ainda permaneceram em Manaus durante um ano para a continuidade do tratamento e, em seguida, retornaram a Lábrea.

Depois que retornaram à cidade, a ex-esposa piorou novamente e ele vendeu a casa que tinham na área rural na sede do município e voltaram a Manaus para novo tratamento. Nessa segunda estada em Manaus a esposa ainda permaneceu por cinco anos em tratamento e o dinheiro trazido de Lábrea foi utilizado nos cuidados com ela.

“Eu sou de Lábrea, nasci em Lábrea. Eu vim com a minha primeira mulher para Manaus com problema de doença. Eu vim com ela e passei um ano dentro do CECON [Centro de Controle Oncológico do Estado do Amazonas] com ela. Nesse ano ela melhorou um pouco, ela foi operada, aí voltamos para a cidade lá. Daí ela piorou e eu vendi o que eu tinha lá, a casa na cidade... Mas, não deu para eu comprar uma casa aqui na cidade, viu? Porque o dinheiro foi mesmo para cuidar dela. Ela passou mais cinco anos doente e eu cuidando dela.” (Marido)

Para se manter, o marido passou a trabalhar com a fabricação e instalação de esquadrias de alumínio numa microempresa dos primos e nas horas vagas permanecia no hospital cuidando da esposa, até que a mesma não resistiu ao câncer e faleceu. Durante o período em que continuou o trabalho nessa pequena fábrica, o marido conheceu a atual companheira que já estava separada do primeiro marido e iniciaram um relacionamento estável que perdura até o momento.

“Trabalhava assim com os meus primos que trabalham com esquadria de alumínio. Dava para me sustentar pouco. Lá eu pagava aluguel, vivia de aluguel. Com aluguel era ruim não é? Aí ficava difícil porque eu tenho uma filha.” (Marido)

Observa-se na narrativa da família, principalmente no depoimento do marido, a insatisfação que a passagem pela cidade lhe causou, oriunda do estranhamento causado por uma rotina diferente daquela vivenciada no cotidiano rural e produzindo, ainda, uma nova experiência com o trabalho assalariado.

Em contrapartida, o marido, na perspectiva de superar os momentos difíceis pelos quais passou, buscou através de um novo arranjo familiar reconstituir a vida. Segundo Wagner (2002, p.24) essa perspectiva de superação das adversidades “possibilitou o aparecimento de novos arranjos familiares, diferentes do modelo nuclear, constituído de pai,

mãe e filhos de um único casamento. O recasamento, fenômeno que tem sido cada vez mais freqüente em nosso contexto, apareceu como uma possibilidade de reconquistar vínculos essenciais de intimidade, afeto e companheirismo”.

As trajetórias das famílias e as perdas vividas, principalmente em relação à terra, são relatadas com tristeza, pois de acordo com Silva (2004, p.24), “o lugar define o pertencimento social, o enraizamento em um determinado território. Portanto, o território não diz respeito apenas ao espaço geográfico, físico, mas também ao espaço simbólico, que o envolve com significados da cultura e da vida social ali existente”.

2. Entre picadas e trilhas: a chegada das famílias ao Assentamento

As narrativas concernentes à chegada ao PA Tarumã-Mirim, ao mesmo tempo em que resultam em caminhos permeados por perdas e sacrifícios, explicitam a esperança das famílias assentadas em reconstruir suas vidas e, principalmente, a conquista pela tão sonhada terra, idealizada como sinônimo de tranqüilidade e de estabilidade. Tal representação projetada no futuro implica a expectativa de produzir alimentos e a comercialização de um pequeno excedente nos mercados locais, com o qual se possa adquirir produtos complementares para a família, dentre eles, alimentos não-perecíveis e bens duráveis não disponíveis no assentamento, como vestuário e rádio fundamental para a comunicação além do Assentamento.

Segundo Martins (2003, p.28), “assentamento não é base nem condição de identidade, não é uma instituição, é uma intervenção externa no curso de um processo social, de um desenrolar da vida que se nutre de outros eixos de referência, próprios da sociedade inclusiva”. Nessa perspectiva, o autor evidencia que há aspectos econômicos e sociais que se referem à maneira como os assentamentos são constituídos no seio da reforma agrária no Brasil.

Quanto ao público que reside nos assentamentos, beneficiários da reforma agrária, são denominados como assentados a partir do momento em que são selecionados através de cadastramento junto ao INCRA após pleitear um lote de terra em área de reforma agrária. Para tanto, segundo Rua e Abramovay (2000) precisam cumprir determinados requisitos.

Pra que uma área seja considerada área de reforma agrária é preciso que a área destinada a esse fim seja comprada ou desapropriada para fins de assentamento. Essa etapa

consiste em três fases, quais sejam: “Ato de imissão¹⁶ de posse pelo qual o juiz homologa a propriedade do INCRA sobre a terra; Portaria do INCRA de criação do projeto, oficializando a destinação da terra ao assentamento de trabalhadores rurais; Cadastramento no SIPRA (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária), onde são registradas todas as informações referente à terra e aos assentados/as”. (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 196)

Para realizar o cadastramento no SIPRA, o candidato apresenta RG, CPF, CTPS, certificado de reservista, atestado de antecedentes criminais, certidão de casamento e, certidão de registro de emancipação para solteiros menores de 21 e maiores de 16 anos. O cadastramento tem caráter nacional e tem como objetivo selecionar e classificar os candidatos que receberão a terra. Essa etapa se dá em nível estadual e compreende duas fases: o cadastramento e a pontuação (classificação).

Os critérios para o cadastramento são eliminatórios e exigem que o candidato seja maior de 21 anos ou que tenha emancipação por ato legal, não deve exercer função pública em autarquia, órgãos paraestatais na administração em seus diversos níveis (federal, estadual e municipal). O cônjuge ou companheiro (a) também não deve ter atribuições. O candidato não deve ter renda familiar superior a três salários mínimos e não deve ser proprietário, quotista ou acionista de empresa comercial ou industrial.

Além desses critérios, exige-se ainda que o candidato não seja agricultor com área superior a um módulo rural, não pode ser ex-beneficiário de projeto de assentamento do INCRA em outros locais, não pode ser deficiente físico ou mental considerado incapacitado para o trabalho agrícola. Deve ser brasileiro nato ou estrangeiro naturalizado e, finalmente, não possuir antecedentes criminais.

Após essa fase, há outros critérios complementares: idade do candidato, tempo de trabalho na agricultura, tamanho e capacidade de trabalho do grupo familiar. Em seguida, ocorre a classificação definitiva que consiste em reclassificar os candidatos conforme as seguintes características por ordem de prioridade e importância:

- a) proprietário do imóvel desapropriado que queira explorar a parcela, aceitando as normas do assentamento;
- b) trabalhador assalariado, posseiro, parceiro, arrendatário ou foreiro que trabalhe no imóvel desapropriado, aceitando as normas do assentamento;
- c) trabalhador assalariado, posseiro, parceiro, arrendatário ou foreiro que trabalhe em outro imóvel;
- d) agricultor cujo imóvel não alcance a dimensão do módulo rural regional, ou seja, comprovadamente insuficiente para o sustento próprio e o de sua família;
- e) trabalhador rural sem terra;
- f) trabalhador não rural (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 197)

¹⁶ Missão significa ato ou efeito de imitir: fazer entrar, pôr para dentro.

Finalmente, os nomes aprovados nessas diversas etapas são submetidos a uma última fase: assembléia local composta pelo conselho municipal de desenvolvimento rural, das entidades municipais e estaduais, bem como os movimentos de trabalhadores envolvidos no processo de eleição sob supervisão e coordenação do INCRA. Essa fase é denominada como legitimação e dela resulta a lista final com o nome dos contemplados com parcelas de terra.

Posteriormente é elaborada a ata que deve ser aprovada pelo chefe da Divisão dos Assentamentos e pela superintendência do INCRA. Depois, os selecionados são chamados para assinatura do termo de adesão ao assentamento. É importante destacar que alguns trabalhadores rurais chegam ao assentamento desconhecendo tais procedimentos, o que implica em demora para o recebimento do título e benefícios para moradia e plantio.

A chegada ao Assentamento, sob o olhar e a experiência das famílias participantes, redonda em depoimentos que demonstram diferentes itinerários em busca da terra, para nela se fixar e conquistar o direito à sobrevivência.

Na tentativa de recomeçar novamente a vida, o marido e a esposa da Família Laranja, chegaram à área em 22 de abril de 1992, antes mesmo de o local ser demarcado como Assentamento de reforma agrária pelo governo federal em agosto de 1992.

“Uma pessoa deu notícia desse terreno e eu vim espiar, mais outro companheiro. Aí um rapaz veio me ensinar o caminho e eu cheguei aqui. Topei uma senhora chamada Fátima, mulher do Seu Natanael, muito distinta, me recebeu muito bem. Para mim era uma mãe. Me levou para a cozinha e me deu café, me deu comida, e me deu o maior apoio e disse: Aqui é um lugar bom. Não tem praga, não é boa terra, mas é um lugar bom. Tem muita terra aqui. [Perguntei] De quem é essa terra? É do Estado. É do Estado, é? É. Eles tinham começado aquela ponte em 1991 e terminaram em 1992. Aí nesse meio tempo eu fui dar uma ajudinha e coloquei uma pedra... Só para ajudar mesmo, carregando num carrinho de mão, andando, empurrando... Eu, os filhos dela, o marido dela e os outros companheiros [...] E eles conseguiram fazer aquela ponte. Vinte e dois de abril de 1992 eu cheguei aqui, meio dia, só com a cara e a fé em Deus, que nem uma arma de fogo eu tinha.” (Marido)

A opção da Família Farinha em mudar para o lote se deu em razão da idade avançada do marido e da esposa e, ainda, pela falta de perspectiva de trabalho na cidade devido à baixa escolaridade do casal. Em 2000, o marido, sofreu um infarto fulminante e não teve como ser socorrido pela falta de comunicação e de estradas e ramais e a saída do corpo do Assentamento se deu em rede transportada a pé com ajuda dos vizinhos até o ramal principal, onde foi solicitado transporte.

“Aí meu marido veio e tirou um lote aqui, em 1997. Em 1970 foi quando nós viemos aqui para Manaus. Aí em 1997 nós não conseguimos vir porque meu irmão adoeceu meu filho também adoeceu, meu irmão morreu... E o meu filho ficou bom graças a Deus... Aí nós, quando foi em 1998, nós viemos para cá. Desde lá nós estamos aqui. Em 2000 meu marido morreu, e eu fiquei. Aliás, quando meu marido morreu a gente tirou ele aqui pela mata mesmo, carregando na rede... Graças a Deus achei muitas pessoas que me ajudaram nessa ocasião... Muito mesmo, meus vizinhos me ajudaram bastante, a levar ele para Manaus. Fiquei aqui tocando esse terreno, levando a vida aqui trabalhando... Aqui não tinha nada nesse pedaço aqui.” (Esposa)

A partir do exposto, foi possível perceber que apesar da situação de vulnerabilidade a qual foi submetida com a perda brusca do marido dentro do Assentamento, a esposa teve amparo através da vizinhança que se dispôs a ajudá-la a retirar o corpo do marido do local. Segundo os estudos de Araújo (2003, p.561)

A vizinhança se constitui por um certo e determinado número de casa, cujas pessoas que nelas moram se conhecem e mantêm certa distância social entre si. Esse tipo de grupo social tem suas características próprias na Amazônia. Entre esses vizinhos há muitas aproximações com os mesmos direitos e interesses. Esses interesses podem ser os seguintes: de ligação com o centro, com os caminhos, com as estradas, com a alimentação, com o transporte, com a água, com a luz, com as idéias, com os direitos comunais. É a vizinhança um certo número de famílias que se conhecem, se visitam, se auxiliam entre si [...]. Devemos atribuir à vizinhança um dos fundamentos mais importantes na organização dos povoados, das vilas, das cidades do interior, pois é em base vicinalidade que esses centros crescem, florescem, prosperam e desaparecem quando perdem esse sentido natural da vida, por força das calamidades, moléstias, escassez de alimentos, falta de comunicação com os centros mais próximos.

A chegada da Família Açaí no lote ocorreu em 1997. Segundo o relato da esposa e do marido, os primeiros anos no assentamento trouxeram muitas dificuldades. Apesar de haver escola no ramal principal, as filhas em idade escolar não puderam frequentá-la por não haver abertura de vicinal que desse acesso ao lote, nem transporte escolar na época e o caminho a percorrer era muito longo. Assim, permaneceram três anos sem ir à escola. A família participa da Congregação Cristã do Brasil e está construindo uma igreja dentro do lote, uma vez que há dificuldade em ir a Manaus aos finais de semana para participar dos cultos.

“Ah, eu me assustei... Porque sem estrada, andava sempre na picada. As meninas ficaram três anos sem estudar, porque tinha aula lá, mas não tinha estrada. Não tinha como eu deixar as meninas lá porque tinha que trabalhar. Aí elas ficaram três anos sem estudar e por isso que elas tão atrasadas. Agora que vão para o primeiro ano porque ficaram três anos sem estudar... Era na picada... Muito difícil.” (Esposa)

“Achei muito difícil. Eu achava que ia ser fácil aqui para nós, mas não tivemos o acompanhamento conforme nós esperávamos. Então, foi um pouco difícil. Demorou muito para chegar assistência...” (Marido)

A primeira vinda do marido da Família Pé-de-Moleque ao Assentamento ocorreu em 1992 com um grupo de pessoas interessadas em conhecer a área e as condições de acesso à mesma. O marido possuía um automóvel, que deixou logo no início do assentamento quando percebeu que não havia condições de passar com o carro por falta de estrada e por conta da cheia do riacho que passava sob a ponte no quilômetro seis do ramal.

“Eu vim em 1992, só para conhecer mesmo. Não cheguei nem a entrar aqui. Eu fiquei lá na frente e já desisti da viagem. O pessoal que veio junto seguiu em frente. Veio um bocado de gente. Aí eles ficaram e eu voltei para Manaus. E também a gente não vinha mais para cá não, porque aqui era muito difícil... Aí eu não vim mais. Aí passei um tempo sem aparecer, até que um desses colegas foi lá a casa: - Vamos embora para lá que seu terreno está marcado, rapaz... Já estão de olho... Aí eu fiquei pensando, porque minha esposa não foi. Ela foi contra todo tempo. Até hoje acho que ela é contra ainda... [Gargalhadas]... Eu nem vinha aqui, não é? Ela perguntava: - Tu queres ir para lá? E vai, e roça, e tudo bem... - Quanto é que dá para fazer a limpeza do terreno? Ele cobrou quarenta reais na época. Foi pago para roçar isso aqui. Eu peguei, mandei fazer, nem tinha vindo aqui, não é? Eu nem sabia onde era esse lote ainda [risos]. Aí mandei o rapaz fazer... Tanto que aí chegou o tempo que nós viemos. Aí eu vim para ver o lote e ver como é que estava o trabalho [...]. Por incrível que pareça, eu tinha um carro... Uma Brasília... Era azul... Aí eu vim e deixei lá no tempo que tava cheia, não é? Em junho ou em julho... Tava tudo cheio ainda... Deixei o carro lá no canavieiro... Lá na ponte e viemos a pé. Chegamos aqui, passei aqui, aí eu olhei o serviço que tinha sido feito e tudo bem. Por aqui não tinha casa ainda para ficar.” (Marido)

A opção da Família Hortaliça em vir para o assentamento em 1997 se deu em razão da falta de oportunidade de emprego e pelo avanço da idade de ambos. A esposa afirmou ainda que não se sentia tranqüila em permanecer na rotina agitada da cidade, preferindo pleitear um lote no Assentamento, na perspectiva de trabalhar por conta própria e viver o sossego da vida no campo.

A chegada causou-lhes impacto pelas longas distâncias a percorrer para ter acesso ao local. O casal caminhava um dia a pé, do comércio situado na entrada do Assentamento, e aproximadamente mais 15 quilômetros até o lote, carregando os poucos pertences e na esperança de iniciar uma nova vida. O casal participa das atividades na Igreja Católica Nossa Senhora Aparecida, situada na vicinal em que reside.

“Essa daqui [esposa] veio aqui e deu uma doídice lá. Eu tava para o Rio Preto da Eva quando ela veio aqui. Aí quando chegou lá, disse que tinha

arranjado esse terreno aqui. Nós viemos com a maior dificuldade do mundo, que eu vinha lá da entrada do assentamento até aqui, andando de pé. Aí quando a gente chegou aqui a atividade foi essa da agricultura. Aí só que a gente vivia sem condições aqui... Condições de trabalhar aqui... Aí foi indo, fomos lutando e quase não passava disso...” (Marido)

Em 1997, o marido da Família Banana disse à companheira que não suportava mais o trabalho cansativo que levava na cidade e que preferia voltar a morar na área rural, quando um primo lhe propôs que fosse trabalhar como caseiro em um terreno no Assentamento.

“Aí eu fui, trabalhava com eles aí surgiu um terreno para cá. Meu primo disse: Primo, tu garante de ir para o mato ainda? Eu disse: Mano, se eu nasci no mato, eu gosto é de mato. Eu vou. Aí eu fui para o mato que lá eu trabalhava de diária. Eu nunca gostei de trabalhar assim de caseiro. Aí eu trabalhei com os primos na diária aí. Aí eu pensei: Rapaz, não vai dar certo não. Eu preciso arranjar um pedaço de terreno, aí eu me dei com um dos técnicos, com um e com outro, com eles lá no INCRA. Aí o técnico disse: Rapaz, nós vamos conseguir um terreno para você. Fui lá e conversei com o técnico que disse: Rapaz, pega lá o número do lote com o teu vizinho e me liga que eu vou conseguir para você... Eu sei que eu gosto de trabalhar, eu mesmo. Lá no interior tinha casa na cidade, mas eu gostava do meu mato.” (Marido)

Pode-se observar no caso específico das Famílias Laranja e Pé-de-Moleque que elas chegaram à área enquanto posseiros antes mesmo de ter sido criado o Projeto de Assentamento. As informações sobre as terras supostamente disponíveis foram disseminadas entre as famílias por amigos que se encontravam na perspectiva de achar um lugar para morar. Leite et al. (2004, p.21) em pesquisa sobre os assentamentos no Brasil discutem que

Diversos estudos têm apontado para o fato de que os assentamentos de reforma agrária, conforme aparecem no discurso governamental englobam situações com origens bastante diferenciadas: regularizações fundiárias em terras ocupadas por vezes há décadas por posseiros; áreas de conflitos gerados pela tentativa de expulsão de trabalhadores que há muito viviam na terra como rendeiros ou agregados; áreas improdutivas ocupadas por muitos movimentos de luta pela terra (como o MST) ou também por sindicatos de trabalhadores rurais; reservas extrativistas, fruto da luta de seringueiros pela permanência em terras que exploravam há gerações; usinas falidas, posteriormente desapropriadas, onde foram alocados os próprios trabalhadores que anteriormente eram assalariados etc.

Considerando os estudos dos autores, percebe-se a diversidade de segmentos que compõem a demanda pela reforma agrária no país, bem como a multiplicidade de situações que geram desapropriações de terra por parte do Estado para suprir essas populações cujo

objetivo comum é ter um pedaço de terra para morar. A respeito dessa questão, Martins (2003, p.22) retrata

“Morar” e “ter terra” significam, antes de tudo, a não dissociação entre lugar de viver e lugar de trabalhar. Essa separação, tão urbana, torna obrigatório o dinheiro como mediação do viver [cotidiano] na cidade, e o conforto como uma função do dinheiro e não do trabalho. A roça e o morar na roça, morar no lugar do trabalho, dispensa a mediação do dinheiro no dia-a-dia e o desconforto que essa mediação acarreta. O dinheiro é aí excepcional e não-cotidiano.

Essa premissa remete a uma concepção que extrapola o simples habitar em algum local. Refere-se antes de tudo a um modo de vida, de convivência que estabelece a relação espaço/natureza e, o que Silva (2003) denomina como enraizamento, ou seja, a maneira como o ser humano participa ativa e naturalmente na existência de uma coletividade, preservando em seu cotidiano princípios, costumes e tradições do passado, sem deixar, contudo, de vislumbrar o futuro.

3. As dificuldades de locomoção entre o Assentamento e Manaus

A grande distância entre o Assentamento e Manaus, para onde as famílias precisam se deslocar, para comercialização de sua produção, compra de bens necessários para sobrevivência e atividades produtivas, constitui um obstáculo constante e difícil de ser superado.

Os percalços para chegar ao Assentamento foram vividos pela Família Laranja que, de 1992 a 1994, caminhava a pé do bairro onde se situava a antiga residência em Manaus até o lote em que morava, cada vez que precisava comprar mantimentos como feijão, arroz, café, açúcar, sal e outros produtos, não-perecíveis. Esta caminhada durava aproximadamente um dia e meio a pé com pernoite no meio do caminho, pois não havia sequer transporte que chegasse até o ramal. Para limpar o terreno e tentar fazer o primeiro plantio, a família fez um grande esforço para não desistir. A necessidade de uma arma de fogo se deve ao fato dos lotes no Amazonas se localizarem em área de mata fechada, em meio à floresta.

“Saía do Novo Israel não tinha transporte. Saía do Novo Israel, dormia em meio da viagem e noutro dia chegava aqui meio-dia. Peso nas costas, trazendo um ranchozinho e uma mercadoria: um feijão, um arroz, uma conserva, uma coisa, chegava aqui ia trabalhar. Nós viemos aqui para dentro, batemos um roçado acolá, só que não pegou fogo. Era tanta da chuva que não pegou fogo, abandonamos. Não tinha como plantar. Esturricou e não pegou fogo. Era muita chuva. Chovia muito. E aí

continuamos, não esmorecemos. Continuamos. E fui até 1994. Em 1994 via que o negócio não tinha futuro. Foram embora os que tinham chegado comigo. Foram embora todinhos, fiquei só. Só Jesus e eu. Uma arma de fogo eu não tinha para dar um tiro numa cobra.” (Marido)

Após conhecer o lote em sua primeira vinda ao Assentamento, o marido da Família Pé-de-Moleque, que ainda morava em Manaus, fez o pernoite na casa de um conhecido do grupo que já havia se fixado na área. Ao voltar no dia seguinte para pegar o carro e voltar a Manaus, se deparou com um prejuízo: só havia o motor do carro inteiro. Roubaram-lhe o tanque de gasolina, a bateria, os pneus e as ferramentas que estavam no carro e ele mesmo teve que conseguir um rebocador para retornar com o carro a Manaus.

“E para voltar, um dos amigos disse: Não, vamos embora lá para casa. Esse amigo morava lá no final, onde o ônibus faz a curva, lá. Fomos para casa dele... Quando eu cheguei, de longe eu avistei o carro... Só vi o carro de capô aberto... Quando eu cheguei ao carro, só estava com o motor mesmo lá... Não tinha tanque. Levaram o tanque de gasolina, levaram toda a gasolina, bateria, tudo que foi fácil de carregar e ainda levaram as ferramentas todinhas... Aí fui a pé até o quilômetro 19 atrás do rebocador, para ele me puxar daqui... Nesse dia nem prossegui viagem. Dormi lá.” (Marido)

“Isso foi na primeira entrada, e eu já disse: Olha, não dá certo. Já vi que não vai dar certo esse negócio.” (Esposa)

Considerando esse incidente inicial, a esposa da Família Pé-de-Moleque era contrária à posição do marido insistindo em vir para o Assentamento. Cada vez que o marido retornava de lá havia um prejuízo com o carro, sem contar os sucessivos roubos de suprimentos que ocorriam na pequena choupana construída com cobertura de madeira e laterais de lona, feita improvisadamente para se abrigarem durante o período inicial de limpeza, enquanto construíam a casa.

“Eu peguei no pé dele mesmo porque era muito difícil. Olha a gente já estava com problema com a filha mais nova, não é? Foi no mesmo período. Aí ele foi e se envolveu com esse terreno aqui. E toda vez que ele vinha, só dava prejuízo... O carro ia quebrado... Aí providenciamos tudo, ele voltou e eu disse: - Agora tem mais cuidado com teu carro. Porque naquele tempo não tinha estrada. Era só mesmo a trilha, não era, bem? Só o ramalzinho e assim mesmo ele jogava a Brasília dele. Essa Brasília era muito boa... Chegava aqui roubavam as coisas, não é? Porque ele colocou uma choupanazinha, uma cobertura colocou uma lona assim do lado. Mandou fazer um armariozinho na parede. Não tinha segurança nenhuma, aí o cara vinha e levava... Era bem aqui na frente. E aí ele só chegava lá em casa com choro, com prejuízo. Eu dizia: - Meu filho, eu vou morrer de trabalhar e tu só passeando. Eu falava assim [risos]. E gastando... Era uma despesa grande porque ele tinha que trazer alimentos. Trazer dinheiro para pagar o

peçoal para trabalhar aqui... E na época, nossa fonte de renda era o comércio no Alvorada [bairro situado na zona centro-oeste de Manaus].”
(Esposa)

A resistência da esposa em aceitar vir para o assentamento se devia a sua infância sofrida na área rural do Ceará, onde trabalhou desde criança como agricultora plantando e colhendo algodão, feijão, milho e arroz e o que a família ganhava mal dava para o sustento.

“Eu dizia mesmo para ele: Eu não vou não! Vou logo ser sincera, eu não vou não. Porque meu filho, eu nunca vesti uma roupa trabalhando na agricultura... Nasci dentro da agricultura. De janeiro a junho era feijão, arroz, e milho. De julho em diante era algodão. A gente trabalhava com algodão. Em janeiro tinha olho de figo, não sei se a senhora já ouviu falar... Papai, ele era esperto que só... Nós só éramos mulheres. Os homens foram logo embora, os outros se casaram e ficaram somente as mulheres. Então, a gente era que bancava a casa. O papai não trabalhava mais. A gente atravessava o rio, lá era rio mesmo. Nós uma vez ainda fomos pelo rio, passamos no rio, quando voltamos para casa tivemos que ir de canoa, porque o rio encheu rápido e era rio largo mesmo... Não era igarapé... E aí me irmão foi lá buscar nós, nós não tínhamos canoa, ele arranhou um pau grosso, assim, para [risos]... Era aquele tronco grandão. A gente tava quase morrendo afogada... A outra minha irmã mais velha era muito mole e dizia:- A gente vai morrer mesmo... E o papai nem dava atenção para gente... Trabalhava muito... Aí eu dizia: Meu filho, eu nunca botei uma sandália no meu pé, e nunca vesti uma roupa com negócio de agricultura. Então, trabalhei muito, e não vi condições. Para mim, não deu...” (Esposa)

Diante das perdas e da falta de perspectiva de emprego na cidade para a esposa e o marido da Família Pé-de-Moleque, havia esperança de construírem algo para o futuro no Assentamento. Após convencer a esposa a vir para o Assentamento para começar uma nova vida, o casal construiu uma casa de madeira onde moravam e também tinham um pequeno comércio que atendia aos demais agricultores que moravam na área. Em 18 de junho de 2000, depois de passar um final de semana em Manaus para comprar gêneros alimentícios para a casa e para o comércio, ao retornarem para o Assentamento se depararam com mais uma perda: um incêndio havia destruído a casa.

“Perdemos tudo... Tudo o que tem aqui tinha naquela casa. E aquela casa era maior de que essa. Tinha cadeira, tinha mesa... Ele ganhou uma televisão no aniversário dele e deu a televisão preta e branca. Quando o baixinho achou de trazer em junho mesmo a televisão para cá, nem usou... Do jeito que estava na caixa pegou fogo... [Risos]... O incêndio foi dia 18 de junho de 2000. Eu vim para cá em 2004, definitivamente para morar...”
(Esposa)

Assim, o cenário exposto aponta a ambiguidade vivida pela Família Pé-de-Moleque e expressa ao longo de seus depoimentos as expectativas diferenciadas em relação à vida e ao trabalho no campo.

O marido da Família Hortaliça relatou que chegando ao lote ficou de “orelha em pé” ao ver a quantidade de serviço a fazer para limpar o terreno e construir a casa. A pouca reserva de dinheiro que havia feito em Manaus foi aplicada na construção da casa e na compra de mantimentos para subsistência até que o INCRA concedesse os fomentos iniciais.

“Quando a gente chegou aqui era que nem tá aí essa área, era só mato mesmo aí. A gente ficou meio de orelha em pé... Onde a senhora tá vendo isso aqui, a gente não via nem a capoeirona onde tá esse mato derrubado. Quando a gente chegou aqui era assim... Mas, como a gente tinha que vir para cá, porque lá em Manaus a vida tava ficando muito difícil, eu vim para cá e tive vontade de ficar...” (Marido)

“A imaginação era do trabalho duro, porque quem nasce e se cria no interior, a senhora sabe que a coisa é difícil, mas é uma coisa que a gente sabe que a gente sempre vence.” (Esposa)

Em seu relato, o marido da Família Hortaliça enfatizou a discordância quanto ao que as pessoas pensam acerca da vida de quem está no Assentamento. As pessoas que o conheciam na cidade comentavam que ao receber o lote ele trabalharia por conta própria e seria o próprio patrão, trabalhando, portanto, na hora que bem quisesse. Ele retrucava que realmente se trabalha e pára na hora que se quer, mas se deixar de fazer o serviço ele aumenta a cada dia e ninguém o fará no lugar dele.

“É bom porque aqui nós estamos trabalhando por conta própria. Às vezes as pessoas falam: Agora que o senhor trabalha por conta própria, faz o que quer... É besteira. Trabalhar empregado a senhora vai ter que ir, se trabalha por conta própria, se a senhora não for, não vai ser feito aquele serviço. Dizem: Ah, aqui ele vai trabalhar se ele quiser... Não! Tudo bem vai trabalhar se quiser, mas se a senhora não for lá não vai sair aquele serviço de lá, de jeito nenhum.” (Marido)

Os relatos expostos apresentam similaridades ao expressarem a insatisfação com o órgão tutor do Assentamento, o INCRA-AM, responsável pelo cadastramento e acompanhamento dos assentados na área e com outras instituições que passam a fazer parte da rotina no Assentamento.

No que diz respeito ao Projeto de Assentamento Tarumã-Mirim, consta da apresentação do Processo 687/1986, p.1:

A implantação do Projeto Tarumã-Mirim, com capacidade de assentamento para 1.469 famílias, traduz representatividade do esforço a ser empreendido pela Diretoria Regional do Extremo Norte- DR 15, no sentido de promover imediata destinação de 84.360 hectares de terras ociosas, situadas próximo a cidade de Manaus, evitando dessa forma, invasões ou especulações imobiliárias e beneficiando ao mesmo tempo um grande contingente de agricultores, incorporando-os ao processo produtivo regional. A atuação do INCRA está voltada para a construção da infra-estrutura básica, tais como: obras administrativas, sociais, rede viária, demarcação e ainda promover o assentamento e a titulação. Quanto às demais atividades, relativas à educação, saúde, assistência técnica, crédito comercialização e outras, a Autarquia diligenciará junto aos órgãos públicos federais e estaduais, para que, atuem no projeto, em suas áreas de competência.

Algumas instituições se fazem presentes na área com o intuito de dar contrapartida às ações do INCRA-AM, com tarefas distintas entre fiscalização, regularização fundiária e pesquisas no âmbito da produção, da educação e da saúde das famílias assentadas. Esses órgãos são Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto de Terras do Amazonas (ITERAM), Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária (EMPRAPA), Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Instituto de Medicina Tropical do Amazonas, dentre outros. Mas a grande queixa das famílias assentadas se refere ao acesso viário aos lotes, que compete majoritariamente ao INCRA-AM, a abertura e nivelamento dos ramais.

No intervalo de aproximadamente 18 meses trabalhando no lote do primo, o marido da Família Banana tentou pleitear um lote junto ao INCRA-AM, mas não conseguiu, sob a justificativa de que ele não tinha uma família para viver com ele no lote, um dos critérios exigidos no cadastramento.

“Aí deixei de trabalhar lá com eles e vim para cá. Aí tomei de conta de dois terrenos que eles tiraram. E eu não. Aí eu queria tirar um terreno, aí eles disseram: - Nada rapaz, tu não tens família... Eu ainda não tinha família. Já conhecia a minha companheira, mas fazia pouco tempo.” (Marido)

Depois de idas e vindas a cada 15 dias a Manaus para ver a companheira e renovar o estoque de mantimentos para sua subsistência no lote do primo, onde trabalhava, o marido propôs à companheira que já se encontrava grávida, que viesse com ele para o Assentamento com a finalidade de diminuir as despesas e aguardar a possibilidade de pleitear novamente um lote de terra na área.

“Ele passava 15 dias aqui e 15 dias lá em Manaus, na Compensa [bairro situado na zona oeste de Manaus]. Depois passava 15 dias no terreno dele. Ele disse: Minha velha, tá dando certo não, porque a despesa tá maior. Tu aqui comigo, qualquer coisa a gente compra e aí a gente vai passar. Eu disse: Tá bom meu velho. Eu peguei, vim morar como caseira aqui com ele, com meu marido. Demorou um tempo, aí depois de uns dois anos e um pouquinho, surgiu esse terreno abandonado aqui, que não tinha mais dono... Era mato, mato, mato. Ele disse: Eu falei com o funcionário do INCRA e consegui esse terreno através do meu primo, que conseguiu esse terreno para nós. Aí vamos trabalhar aqui. Nós começamos a trabalhar daquele outro lado, que é o mesmo terreno, numa casinha assim de madeira, bem pequenininha, ele botou umas palhas e umas ripas em cima... Aí tá bom, aí nós morava ali, naquele canto lá.” (Esposa)

As narrativas apresentadas remetem às situações de vulnerabilidade às quais as famílias foram expostas e mostram a imensa dificuldade em se estabelecerem na terra.

4. As condições do Assentamento e a construção da moradia

Após a chegada ao Assentamento as famílias ainda passaram por muitas dificuldades por conta da falta de infraestrutura e pela pouca fertilidade da terra que exigia preparo e adubo. O Programa Luz para Todos do Governo Federal propiciou energia elétrica em grande parte do assentamento e, até o momento da pesquisa se encontrava em processo de expansão. Quanto ao abastecimento de água, nem todas as casas no Assentamento dispõem de água encanada.

Outro fator que colaborou para a demora na construção das casas foram os valores irrisórios concedidos através dos benefícios de crédito habitação e a demora para liberação dos mesmos pelo INCRA, que denomina esses recursos como fomento. De acordo com Magalhães (2003, p.290), *o fomento* “é utilizado de acordo com a situação - econômica financeira e organizacional – em que se encontra cada unidade de produção familiar no momento de seu recebimento”.

A casa da Família Laranja foi construída com madeira derrubada no primeiro roçado feito no lote e é elevada do solo em aproximadamente um metro, para evitar a entrada de animais selvagens.

“Eu nunca tirei aqui uma vara para fazer um cabo de vassoura. Eu nunca tirei um cipó para tecer uma peneira. Eu nunca tirei madeira. A madeira que eu tirei daqui foi para fazer esse barraco que tá ficando podre aí, ó. O cupim tá comendo, da primeira derrubada. O resto, tá aí na mata porque eu não tenho moto serra e nem sei trabalhar com aquilo. Eu não sei trabalhar com moto serra. Eu comprei três motos serras para os filhos aprenderem a

fazer alguma coisa. Mas eu mesmo não cortei nem um sabugo. Para fazer essa casa, primeiramente saiu um tal de fomento, de RS 1.080,00 para comprar o rancho para abrir o local. Esse nós pegamos, compramos o rancho, compramos alguma coisa que faltava aí, a ferramenta e fizemos um negócio direitinho. Essa madeira dessa casa aqui era de dentro do roçado mesmo. Era bem aqui na frente, aqui. Aí tem um angelim, tem umas cupiuba e umas tintarana. Entramos aqui dentro para derrubar, para fazer essa casa.” (Marido)

A moradia possui seis cômodos dentre os quais estão sala, dois quartos, banheiro, cozinha e um depósito nos fundos da casa onde são armazenadas sacas de farinha, laranja, pimenta-do-reino e insumos agrícolas.

A água é encanada apenas na cozinha. No banheiro há um recipiente em formato de tonel de combustível que comporta cerca de 500 litros de água para tomar banho e para utilizar na higiene do vaso sanitário. Na casa há ainda eletrodoméstico como fogão, freezer, televisão e aparelho de som. Diversas árvores frutíferas como açaí, bacaba, banana, manga, abacate, caju, mamão e limão encontram-se ao redor da casa.

“O terreno não dá mais para eu bosquear [ampliar cultivo de árvores frutíferas] nem fazer nada, porque eu plantei a mangueira, eu plantei abacate, eu plantei o caju, eu plantei minha castanheira. Só não plantei mais porque não tinha de onde tirar semente. Da onde eu vou buscar semente? Essa aqui foi que me arrumaram e, o que eu tinha eu plantei, essas que tão bonitas que a senhora tá vendo aí. São uns setenta a oitenta pés de castanheira. Plantei meu açaí, plantei a bacaba, essa que a senhora tá vendo aí, ó...” (Marido)

A casa da Família Farinha possui dois pisos e foi construída em madeira retirada do próprio lote. No piso inferior há três cômodos: uma cozinha interna e um saguão de entrada da casa que corresponde a uma pequena varanda coberta onde ficam a mesa e os bancos de madeira e uma TV de 10’ e a família realiza suas refeições. Na cozinha há uma TV de 20’ polegadas, está guardada em razão da baixa corrente elétrica. Há também um fogão que raramente é utilizado pela proprietária sob a justificativa de que não há venda de gás na proximidade e, ainda, uma máquina de lavar roupa. Um refrigerador está funcionando na casa da filha mais velha, em um lote próximo, de onde trazem a água gelada e os alimentos perecíveis para o preparo, pois a corrente de energia que chega até a casa não é suficiente para manter o eletrodoméstico.

“A gente morava numa casinha lá embaixo. Depois que foi feita essa casa aqui, que quando eu recebi o crédito habitação eu já tinha essa casa.” (Esposa)

Na parte externa da casa foi construída outra cozinha, coberta, mas sem paredes onde está um fogão à lenha utilizado diariamente e não existe pia em nenhuma das cozinhas. A louça é lavada ao lado do fogão à lenha e os restos das refeições são lançados livremente aos animais criados pela proprietária que se encontram no entorno da casa como patos e galinhas.

“Pato, galinha, porco que tem aí... Tem quatro porcos, mas, aliás, todos eles eu não vendo, sabe? É só para comer... Quando falta a comida a gente diz: - Amanhã vamos comer um pato, porque a comida que nós temos só é peixe que tá lá no freezer... Eu não estou a fim de comer aqueles peixes, e aí a gente vai comer um pato. De vez em quando a gente come um pato, uma galinha, um porco... Mata aí para a despesa.” (Esposa)

No piso superior da casa há dois quartos, um para a proprietária e sua neta e o outro para o irmão e o filho. A mãe dorme em uma cama de casal e os demais em redes. O banheiro interno da casa serve de lugar para criação de 36 filhotes de patos. Em razão da não utilização do banheiro interno, há outro externo, localizado no entorno da casa, com 1,20m por 1 metro e no lugar do vaso sanitário há um tronco de árvore oco de aproximadamente 40 centímetros de diâmetro, o que é comum em áreas rurais no interior do estado, onde não existe fossa séptica.

Para o banho os familiares e visitantes, utilizam a parte externa da casa. Os homens tomam banho no riacho do lote situado a 200 metros de distância da casa, cujo acesso se dá por um declive do terreno. As mulheres tomam banho na área externa da casa, próxima a uma das entradas de acesso onde se localiza uma pequena plataforma de madeira que suporta dois recipientes de água de aproximadamente 500 litros também utilizados para armazenagem de água para ser utilizada no preparo das refeições.

Em redor da casa da Família Farinha há grande diversidade de árvores frutíferas. As poucas verduras são plantadas em uma bacia, longe do alcance dos animais e são colhidas apenas para consumo próprio, enquanto tempero.

“Verdura eu não planto. Eu não planto porque, sempre que eu planto se colocar assim, embaixo, os patos e as galinhas comem tudo. Até bananeira eles comem. Aqui atrás tem uns canteiros que são cheios de cebola. Aí depois eu deixei acabar a cebolinha. Agora eu trouxe umas cebolinhas, botei numa bacia dali. Eu tinha muita cebola, mas depois eu deixei acabar mesmo porque eu quis mesmo que acabasse. Mas, tinha um bocado. Aí eu descansei de cebola. Agora eu trouxe de novo. Agora eu vou mudar... Tá bonito esses pezinhos de cebola. Dá para encher quase um canteiro. Fruteira eu tenho muita qualidade de fruta. Tem cupuaçu, tem castanha, tenho pupunha, tem manga, tem açaí, tem bacaba, tem cacau, tem limão, tem jaca da Bahia, tem azeitona, tem abacate... Agora que tá começando a dar abacate. Tem café... Eu já tomo café da minha planta... Tem, deixa-me ver... Abil! Abil também

quando dá, dá muito... Ingá... Ingá não falha... Acaba uma remessa e a outra já tá chegando. Jambo também já dá muito... Graviola também... Tem muita graviola aqui. Graviola e rabutã. Tem várias plantas... Tudo misturado, mas nós temos.” (Esposa)

Segundo o marido da Família Açai, o INCRA-AM exige que num prazo de 30 dias o agricultor esteja com a casa construída sob pena de não poder permanecer no lote e, por isso, muitos erguem suas casas improvisadamente receosos de perder o trabalhado de limpeza no lote, bem como as benfeitorias referentes ao cultivo inicial.

Para essa família, a construção da casa se deu com muito sacrifício. Cada telha e cada saca de cimento foi carregada na cabeça por dois quilômetros sem estrada, no meio do mato. A casa da família é em alvenaria e demorou aproximadamente 18 meses para ser construída dada a dificuldade em obter o material e transportá-lo para o lote. Possui cinco cômodos: a sala, dois quartos, parte interna e externa da cozinha e um pequeno banheiro. Na sala há dois bancos de madeira, uma máquina de costura e um piano eletrônico de uso de toda família. Em um dos quartos dormem as filhas em rede e cama. O quarto ao lado é dos pais que dormem em cama de casal, enquanto os filhos, em redes na sala.

“Recebemos RS 1.080,00 de fomento alimentação. Aí depois veio o benefício de moradia, foi RS 2.500,00 e nós viemos para cá mesmo só com a coragem. No começo, foi só com a coragem mesmo. Depois disso aí foi que nós conseguimos esse benefício. Para fazer a casa foi um ano e meio mais ou menos, depois, para nós conseguirmos mesmo algum plantio aqui foi na base de uns dois, três anos, mais ou menos, para conseguir isso aí. Para eu entrar aqui, essa moradia que eu fiz aqui, as telhas vieram na cabeça. O cimento veio na cabeça. Nós andávamos dois quilômetros de picada aqui para dentro, então foi um pouco difícil, foi muito sacrifício.” (Marido)

Há uma parte interna na cozinha onde se encontram uma geladeira e algumas prateleiras onde são guardados utensílios domésticos da família. Na parte externa da cozinha sob uma cobertura se encontra a mesa de refeições, feita em madeira, bem como os bancos em torno da mesma e dois fogareiros improvisados em uma base feita de concreto, utilizados como fogão, confeccionados a partir de uma lata grande de tinta, com carvão em brasa onde são preparadas as refeições em uma panela de cada vez.

Ao lado direito dos fogareiros se encontra uma mesa pequena de madeira onde estão acondicionados as panelas, os pratos e os talheres. Ao lado esquerdo há uma pia de madeira com água encanada onde se preparam os alimentos e se lava a louça. O banheiro interno não tem vaso sanitário e é apropriado apenas para o banho e dispõe de chuveiro.

As necessidades fisiológicas são feitas em um banheiro externo a 50 metros de distância à frente da casa. Esse banheiro possui a estrutura de madeira coberta por restos de telhas, mas não possui paredes e é cercado por uma lona branca. No lugar de um vaso sanitário há um tronco de árvore de tamanho e circunferência compatíveis com o mesmo. Como não há fossa séptica, os detritos se acumulam no local.

No entorno da casa, além do banheiro externo e de árvores frutíferas, há um barracão onde são guardadas as ferramentas de trabalho do pai e as bicicletas dos filhos. Há ainda um pequeno galinheiro e na parte da frente do barracão existem espaço e estrutura em madeira para atar redes e bancos para sentar. Nesse local a família costuma conversar e descansar após o almoço e nele costuma receber as visitas.

“Até hoje nós temos bastante fruta plantada, tem um hectare e meio de açaí, tem cinquenta pé de castanheira, castanha-do-pará, cupuaçu deve ter uma base de uns quinhentos pés, agora nosso objetivo mesmo é trabalhar com hortaliça. É o retorno que dá bem mais rápido. Traz um retorno rápido para gente.” (Marido)

A primeira casa da Família Pé-de-Moleque foi construída aos poucos em 1992 em madeira também retirada do lote. A segunda casa construída no ano de 2000 após o incêndio que destruiu a casa anterior é de madeira e elevada cerca de 1,20 m do solo, para evitar a invasão de animais selvagens e alagamento no período de chuvas. A esposa recebeu ajuda de um dos irmãos para a construção dessa nova casa.

A casa tem quatro cômodos dentre os quais estão a sala que contém um jogo de sofás, uma estante e uma TV de 20'. Os quartos possuem camas, mas somente um deles é ocupado pela esposa com os netos. O marido dorme na sala em uma rede, pois assiste TV até tarde. A cozinha possui uma parte interna e outra externa, interligada com uma ampla varanda que circunda a frente e as laterais da casa. Na cozinha interna ficam o fogão, a pia com água encanada, uma pequena mesa para preparo das refeições e prateleiras onde são armazenados os temperos e alguns utensílios de uso contínuo da família.

Na parte externa da cozinha está a mesa de refeições em madeira, assim como os bancos de madeira e um armário de cozinha com copos, canecas, xícaras, pratos, panelas, talheres, guardanapos e panos de copa. Há uma pia ao lado do banheiro para higiene das mãos. O banheiro possui chuveiro, vaso sanitário com fossa séptica, o que proporciona condições satisfatórias de higiene à família.

No entorno da casa, há o galinheiro e um barracão onde se situa o forno de farinha e onde é realizada a produção de pé-de-moleque, além de árvores frutíferas. Próxima a casa há ainda uma caixa d'água para suprir falta de água caso o poço da família sofra alguma pane.

“Verdura por enquanto não tem. Eu só estou fazendo umas leiras [rego que o arado abre na terra e no qual se lança a semente] ali, mas eu não trabalho com verdura nenhuma ainda... Só que até agora não concluí. Mas já tem uma leira feita ali, vou até fazer mais, só que o tempo é muito curto pra gente fazer e não dá. Tem um bocado de pé de fruta: cupuaçu tem rabotam, tem manga, jaca, côco, tangerina, castanha, banana.” (Marido)

A casa da Família Hortaliça foi construída em madeira retirada do próprio lote por ocasião da limpeza do mesmo no período da chegada do marido ao Assentamento e foi erguida a aproximadamente um metro acima do solo, para evitar a invasão de animais selvagens.

“Eu trabalhava e tudo o que eu recebi do trabalho, de indenização, de tudo, que eu trabalhava na ENCOL, foi para cá. A gente começou da estaca zero e já viu como é... Tivemos ajuda do INCRA só na habitação, inventaram um negócio... Aí nós que fizemos ainda essa casinha, não ficou bem feito porque quando a gente chega à estaca zero, tudo que a gente arranja nunca dá.” (Esposa)

A casa tem quatro cômodos, dentre os quais estão cozinha, dois quartos e uma pequena despensa. No primeiro quarto o casal, a filha e a neta mais nova dormem em redes. O outro quarto é ocupado pelos demais netos do casal que dormem em redes e colchonetes.

Na cozinha encontram-se a mesa e bancos de madeira, destinados às refeições da família, um pequeno armário de cozinha onde são guardados utensílios como pratos, talheres, copos e xícaras e há ainda prateleiras suspensas em madeira para acondicionar temperos e demais utensílios domésticos que não cabem no armário.

A pia, onde são lavadas as louças, e o fogão à lenha estão localizados em um pequeno puxado, aos fundos da cozinha, mas separados por uma porta de acesso ao restante da casa. Não há água encanada na pia. A lavagem de pratos e demais utensílios é feita com água retirada de baldes que são trazidos pelo neto mais velho do casal, de grandes tonéis que reservam a água que é bombeada do riacho através de uma mangueira de quase duzentos metros de extensão. Como não há encanamento, os resíduos das refeições se espalham aos fundos da casa e se tornam acessíveis aos patos e galinhas que ficam livres no terreno.

Não há banheiro na casa e nem fora dela. As necessidades fisiológicas da família são feitas livremente no espaço do lote. Com as chuvas os detritos são levados inclusive para o

riacho, localizado ao final de um declive do terreno e é utilizado para tomar banho, lavar roupas e retirar através de bombeamento a água destinada ao preparo das refeições e lavagem da louça.

A despensa se localiza no corredor aberto que dá acesso aos quartos. Nela são armazenados alimentos não perecíveis em prateleiras suspensas e há um pequeno refrigerador onde são armazenados frango e carne. Pela sua disposição na casa, a despensa foi um pequeno comércio montado por eles logo após a construção da casa, para vender arroz, feijão, açúcar, sal, sabão em pó e em pedra e aviamentos aos vizinhos que não podiam se deslocar até Manaus para realizar compras.

Na despensa também são guardados a TV e o DVD do casal e cada vez que realizam as refeições, dirigem-se a essa varanda coberta que serve como uma sala de visitas para assistir à programação da TV. O aparelho de DVD é utilizado para assistir aos DVD'S de orientação que acompanham os insumos agrícolas adquiridos. Os netos e a filha assistem no aparelho filmes que denominam como genéricos adquiridos no mercado informal de Manaus. Como não há sofá se deitam pelo chão ou em bancos de madeira situados na lateral da varanda para assistir à TV.

A porta que dá acesso à escada de saída da casa permanece sempre aberta, o que proporciona a entrada dos animais domésticos como cães e gatos. O restante da varanda situada à frente da casa é descoberto e é utilizado para secagem das roupas.

Em redor da casa há uma vasta plantação de cupuaçu, que estava afetada por vassoura-de-bruxa, e outras árvores frutíferas como abacate.

“A gente tem aqui uma salada de fruta mais feia do mundo... Eu plantei, nós plantamos, eu plantei muito cupuaçu. O que mais nós temos aqui é cupuaçu. Só que com esse problema dessa vassoura de bruxa desgraçou a fruta. Mas a gente tem bastante planta aqui. Eu tinha essa área todinha aqui, que são cinco hectares derrubados com esse roçado. Deve ter uns três hectares de planta, só que não tá aparecendo agora porque a situação não dava para fazer uma limpeza geral. Se fosse tudo limpo aqui a senhora ia ver coisa bonita, mas só que tá no mato. É muito serviço para a gente sozinho dar conta.” (Marido)

A casa da Família Banana foi construída em madeira com auxílio do crédito-habitação concedido pelo INCRA. É uma casa ampla, de dois pisos. No piso inferior se localiza um saguão de entrada que pode ser considerado uma varanda coberta dando acesso à escada que conduz ao piso superior, à parte interna e externa da cozinha e ao banheiro.

“Aí o tempo foi passando, a gente foi roçando, foi trabalhando de diária, dia-a-dia, aí limpamos todinho. Conforme o tempo foi passando, surgiu aquele dinheiro da habitação, fomento. Aí ele pegou e construiu aqui. Essa casa que nós estamos aqui até hoje, durante esses nove anos.” (Esposa)

A cozinha interna abriga um refrigerador grande e o fogão. Na cozinha externa situada ao final do saguão se encontram a mesa e bancos de madeira onde são realizadas as refeições da família, uma pia com água encanada onde se lava a louça e preparam-se os alimentos e uma janela que dá acesso aos fundos do lotes. O banheiro possui vaso sanitário com descarga e fossa séptica e, chuveiro com água encanada, o que proporciona condições satisfatórias de higiene à família.

No piso superior há um corredor coberto com acesso aos quartos, que contém bancos e cadeiras de madeira, posicionados frente à TV de 14’, um aparelho celular ligado a uma antena com o qual a família mantém contato com vizinhos e com familiares em Manaus. Um quarto é do casal e o outro é destinado aos filhos que dormem em redes.

A casa é cercada por diversas espécies de árvores frutíferas e ou a plantação de mandioca.

“Nós temos cupuaçu, nós temos goiaba, só manga que não dá, mas a gente tem plantado aí... Tem a mandioca. Nós temos um monte de coisa aí, só que não tá dando no momento... Só cupuaçu. Esse ano deu até vassoura de bruxa. Temos laranja aqui, que a mulher chupa a laranja dela.” (Marido)

O marido relatou que receberia recursos do poder público, através de um projeto em conjunto com o IDAM, para a reforma da casa.

“É para reformar a casa, que é uma casa grande, porque sempre gostei toda vida de casa bem confortável. Mas eu estou achando que não vai dar. Eu acharia melhor fazer uma casa menor, mas casa de alvenaria. O pessoal do INCRA disse que vai sair RS 7.000,00, dá para eu fazer pelo menos um cômodo da casa de alvenaria, cobrir, aí a gente vai devagarzinho... Porque aqui a madeira dá cupim, dá demais aqui no mato... Muito cupim. Aí de alvenaria não, que o bicho não ataca.” (Marido)

Por meio das observações colocadas, percebe-se que embora as casas não tenham muitos quartos possuem espaço suficiente para acomodar todos os membros das famílias.

As casas foram construídas pelas famílias a partir dos conhecimentos trazidos das suas áreas de origem por intermédio da experiência acumulada por diversas gerações. Trata-se de uma conduta comum nas populações amazônicas que tradicionalmente no interior do estado costumam construir suas moradias com grande parte do material retirado da própria floresta,

com arquitetura que mais se adequa às condições financeiras e de acordo com a área onde será construída. Além dessa experiência necessária para construção das casas há também o conhecimento acumulado ao longo do tempo acerca do local onde poderão ser construídas. As características do solo, o relevo do terreno, a proteção necessária contra a invasão de animais selvagens, o clima, a proteção quanto a efeitos da enchente e da vazante dos rios demandam conhecimento que faz parte do acervo cultural dessa população.

A utilização dos recursos naturais para a construção da casa e para a alimentação revela, segundo estudos de Scherer (2004), modos de vida das famílias que se caracterizam pela maneira como vivem e se relacionam com a diversidade de ecossistemas regionais. Há, portanto, um caráter de sustentabilidade, fundado no repertório cultural dessas famílias e que está presente nas ações que convergem para a própria sobrevivência das famílias que ocupam a região.

Os conhecimentos adquiridos, através de gerações pelos povos tradicionais da Amazônia que vivem dentro das florestas ou às margens dos rios, são extensivos não apenas à arquitetura das moradias, mas também em relação às plantas e ervas medicinais, ao plantio, ao trabalho não-cumulativo, aos sinais da natureza que anunciam as mudanças climáticas, bem como à produção dos próprios utensílios domésticos e instrumentos de trabalho para caça, pesca e locomoção como a construção de canoas, remos, dentre outros.

Tais conhecimentos e tradições, em grande parte se constituem em herança dos ancestrais indígenas que, através do contato direto e contínuo com a natureza, sempre viveram uma relação simbiótica com a natureza.

Lévi-Strauss (1970) analisa a relação de diversas sociedades tribais com características culturais diferentes das que vigoram nas sociedades ocidentais, em suas experiências na manipulação das chamadas plantas comestíveis e medicinais e na construção de suas moradias. Desse modo, Lévi-Strauss mostra o imenso acervo cultural, de conhecimento adquirido por essas populações, e que é transmitido e também alterado na relação que elas mantêm com a natureza.

No caso da edificação da moradia, que se traduz em espaço de convivência da família, (VASCONCELOS, 2007), bem como no saber necessário para assegurar a sobrevivência, nota-se a preservação de hábitos que implicam em um repertório cultural próprio e que permite, nas condições em que vive essa população, uma relação de controle do ambiente natural. Todavia, é fundamental considerar que o processo que redundou na elaboração de um repertório cultural em práticas sociais de convivência doméstica e da agricultura familiar era compatível quando essa população mantinha poucos contatos com a sociedade de mercado.

Quando se deslocam para o entorno de Manaus e passam a participar de um sistema de troca de sua produção mais intenso e também passam a contar, ou esperam contar, com o apoio do poder público, as relações sofrem alterações.

De um lado, está o novo tipo de vínculo criado entre a produção familiar e o sistema de trocas mercantis, o que coloca as famílias em uma relação de dependência desse sistema e gera novas necessidades, como escolas, transporte, serviços de saúde e infraestrutura básica para garantir a produção. De outro lado, as novas características da produção, tornam as famílias igualmente dependentes da ação do poder público, a fim se conseguirem e de manterem a propriedade da terra, essencial para assegurar sua sobrevivência.

5. A agricultura familiar: do plantio à colheita, do escoamento à comercialização

Conforme estudos de Leite et al. (2004), ao criar o assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo. Segundo esses autores, a propriedade da terra, bem como a mão-de-obra familiar para o trabalho no lote são fundamentais; no entanto isso é insuficiente considerando a necessidade de crédito, o acesso a informações necessárias para obtê-lo e os trâmites burocráticos que isso envolve para conseguirem assistência técnica necessária para viabilizar uma produção comercializável. Somente assim é possível ter condições mínimas para produzir, conhecendo o solo, o tipo de cultivo mais adequado ao mesmo e como tratar das pragas e doenças que porventura cheguem à sua plantação.

Nesse sentido, o INCRA-AM descreveu no processo nº 687/1986 de criação do Projeto de Assentamento Tarumã-Mirim, p.02

Sem dúvida nenhuma, o objeto primordial que justifica a criação do PA Tarumã-Mirim, é o cunho social. É lógico que estabelecendo bases sociais mais dignas em qualquer meio, haverá um reflexo altamente positivo no campo econômico. Sabemos que cumpre ao poder público propiciar o bem-estar do povo. É sua obrigação, portanto, procurar estabelecer constante melhoria nos meios sociais [...]. O acesso do homem à terra, na qualidade de proprietário, apresenta inúmeros fatores positivos, desde a tranquilidade gerada pelo patrimônio próprio, até o acesso aos meios creditícios legais.

Entre a justificativa para criação do PA Tarumã-Mirim e as condições propiciadas pelo INCRA-AM ao longo do tempo, para que as famílias assentadas permanecessem em seus lotes, percebe-se um hiato, considerando os depoimentos das respectivas famílias.

Mesmo no Assentamento o marido da Família Laranja teve que trabalhar como caseiro em lotes próximos para que a família não passasse fome dada a dificuldade em produzir e

deixou o lote abandonado durante um período até que, em 1996, os filhos que trabalhavam na área urbana de Manaus garantiram a compra de mantimentos básicos para suprir a alimentação dos pais. O INCRA-AM demarcou o lote e entregou o título em 2000. O casal já teve plantação de hortaliças e deseja retornar com essa atividade que trouxe maior vantagem financeira na produção e na comercialização.

“Nós pensávamos: A nossa valência é vir para o mato, que quando nada, a gente ia plantar um milho, plantar um arroz, plantar uma mandioca e tinha alguma coisa da mata, como a caça. A gente calculava isso. Nós viemos para cá pensando que a terra era boa, só que a terra não queimou. Naquele ano não queimou com tanto inverno. Era muito grande aqui, chovia muito. Não queimou (...). Depois eu fui ser caseiro do homem dacolá, ganhando uma mixaria, uma miséria, quando ele queria pagar. E os meninos voltaram também a arrumar outro emprego e, a coisa foi melhorando, e eu fui ficando naquilo também. Só que depois que a coisa melhorou que já foi de 1996 para cá eu voltei para o mesmo lugar por cabeça dos outros: - Não, vamos para ali que é perto, e o INCRA tá cortando... Eu tinha deixado tudo aí, tudo bem... Vamos lá... Chegamos aqui tava só um montueiro de serviço para fazer... Caminho não tinha... Tudo entupido de ramo, de pau, tempestade tinha dado e eu também não tinha essas condições... Não tinha quase nada... Mas, aí os meninos disseram assim: Papai tome de conta lá que nós lhe agüentamos com o rancho. Então tá feito! Aí vim para cá e os dois me agüentaram com o rancho e eu meti o pau brocando o roçado. O INCRA cortou, demarcou e me entregou o lote.” (Marido)

Enquanto a cultura de frutas e hortaliças ainda estava em processo de crescimento a Família Açaí sobreviveu da produção de carvão vegetal a partir das árvores derrubadas na limpeza do lote. A produção de carvão era destinada para cozinhar e para comercializar o excedente e comprar em Manaus gêneros alimentícios não perecíveis.

“Assim na época que nós entramos aqui, nós andamos vendendo macaxeira. Só que nós paramos porque era muito difícil para tirar daqui empurrando num carro de mão até lá fora. Era difícil. O que a gente se pega mesmo aqui é fazer carvão. Sempre fazendo um forno de carvão. É da madeira que já tá derrubada. Só que a gente não tem plano de continuar porque estamos mexendo com a horta, que é um jeito de parar com isso. Até que não é um trabalho tão suficiente para gente trabalhar. Não, não fazemos direto... De vez em quando, uma fornada por mês, às vezes... Mas é difícil.” (Esposa)

Segundo a Família Açaí, a produção de carvão é recorrente no Assentamento apesar de ilegal e, sendo assim, INCRA-AM não dá assistência às famílias para essa atividade. Diante disso, a produção do carvão foi temporária, enquanto não iniciaram a produção vegetal e a criação de animais. Até 2006, a família plantava arroz, feijão de vagem, castanha-do-pará e o açaí. A produção de açaí foi financiada pelo PRONAF e o cultivo de aproximadamente 600 pés levaria cerca de cinco anos para chegar ao ponto de colheita.

“É arroz, feijão, esse feijão que chama de vagem... Tem bastante coisa aqui plantada. Planta definitiva tem castanha-do-pará que deu cinquenta a sessenta pés. Tem esse açaí agora do projeto, que esse açaí que tem aí... Seiscentos pés e várias coisas... Tem coqueiro... Tem muita coisa... A única coisa que ele plantou e não funcionou foi café. Agora pimenta do reino também não funcionou bem. Feijão catador funcionou bem e agora, aí tem côco também. Um bocado de coisa assim que plantou aqui, que deu.”
(Esposa)

Em 1999, o marido da Família Banana fez um cadastro no INCRA-AM e finalmente conseguiu um lote na vicinal onde residem há nove anos. Quando chegaram ao lote, o marido ainda trabalhou como diarista na limpeza de terreno dos vizinhos, ganhando uma diária de RS 20,00 a cada contratação, para obter uma renda mínima que desse suporte à subsistência da família, enquanto construía a primeira casa com cobertura de palha, até que os fomentos do INCRA-AM para habitação e alimentação fossem liberados. Quando os recursos foram liberados construíram a casa em que vivem atualmente.

“Aí o tempo foi passando, a gente foi roçando, foi trabalhando de diária, dia-a-dia, aí limpamos todinho o terreno, conforme o tempo foi passando, surgiu aquele dinheiro da habitação, habitação/fomento, não é? Aí ele pegou e construiu aqui. Essa casa e nós estamos aqui até hoje, durante esses nove anos que nós estamos aqui.” (Companheira)

A companheira da Família Banana afirmou ainda que demorou a se adaptar à nova realidade no Assentamento porque sempre morou na capital e apenas o marido tinha nascido na área rural e gostava de viver no meio do mato. De acordo com a companheira, os primeiros anos foram difíceis porque tiveram que trabalhar com produção de carvão para manter a subsistência da família, enquanto a mandioca não chegava ao ponto de colheita.

“Eu me desesperava. Era muito difícil e ele dizia: Não minha velha, não te desespera não... Nós trabalhamos até com carvão para sobreviver. Custou muito... Era um sofrimento... Eu queria ir embora, eu queria desistir. Eu dizia: Meu velho vamos embora para Manaus, morar em Manaus... Ele dizia: Não vamos não! Vamos agüentar aqui. Eu fiquei pensando: Não, eu não vou não! Ficamos aqui agora. Os meninos já estão estudando aqui no Colégio, todos os dois.” (Companheira)

A produção de carvão, mesmo que para consumo próprio, sem finalidade comercial, traz prejuízo à saúde das famílias assentadas dado o esforço físico despendido para cortar a madeira, deslocá-la ao forno, pelo calor provocado e, principalmente, pela inspiração da fumaça consequente da queima da madeira.

De acordo com os estudos realizados junto a trabalhadores em carvoarias de Minas Gerais (ASSUNÇÃO et al, 2002), o esforço físico para executar as tarefas de corte das árvores, transporte das toras de madeira, bem como o processo de queima e de limpeza dos fornos, provocam acidentes com lesões graves pelo uso de instrumentos como motosserra, facões, machados e, o risco de ataques de animais peçonhentos como cobras, escorpiões e aranhas.

Esses autores enfatizam ainda que a queima contínua de carvão provoca o desenvolvimento de vários tipos de doenças tais como: constipação, problemas cardiovasculares, gastroenterites, parasitoses intestinais, hipertensão arterial, doenças do sistema músculo-esquelético e conjuntivo, além de ardor nos olhos. Há também a possibilidade do aparecimento de efeitos neurológicos, hematológicos e carcinogênicos.

De acordo com o estudo citado, esses problemas também são extensivos às crianças e adolescentes. As crianças, desde muito cedo, a partir dos sete anos, já conhecem todo o processo e costumam acompanhar os pais nas atividades. Entre doze e treze anos passam também a executar a atividade junto ao forno com desenvoltura, sem distinção de sexo.

No âmbito das famílias a produção de carvão se deve também à falta de apoio para a produção e à demora no recebimento dos benefícios para a construção das casas e para a implantação das roças. Por isso, a queixa das famílias quanto à falta de orientação do INCRA-AM que, ao liberar o lote para as mesmas, abandonou-as sem a orientação e a assistência adequada, uma vez que o fomento de crédito-alimentação e crédito-habitação era liberado em momentos diferenciados.

“O INCRA sempre botava pressão na gente: Vocês têm que morar no terreno. Embora hoje eles não tão estejam cumprindo com a tabela deles. Botou a gente no castigo e saíram fora. Deixou a desejar, não foi possível ajudar a gente no necessário. Assistência técnica que é bom não existe para nós aqui. Cada um que se vire, dê seu jeito... Nós sempre esperamos que eles melhorassem para o nosso lado, porque a vontade da gente é morar aqui dentro, porque faz dez anos que eu vivo aqui e não tenho documento da terra ainda.” (Marido/ Família Açai)

“Chegou o documento do imposto da terra era para eles dizerem: Olha, tem que fazer isso assim, assado, cozido... Agora que a gente foi se informando porque um vai passando para o outro, o outro vai passando para o outro e vai se informando.” (Marido/ Família Pé-de-Moleque)

Uma dificuldade de grande monta refere-se ao escoamento da produção, devido às condições precárias dos ramais e vicinais, que dificultam a comercialização da produção familiar.

Após sucessivas tentativas de produzir diversos cultivos, em 1998 a Família Laranja vendeu a casa que possuía na periferia de Manaus, bairro de Novo Israel para investir na construção de uma casa de farinha no lote e para aquisição de equipamentos como motor e forno. A produção de farinha sustentou a família de 1998 a 2002. Para escoar o que produziam carregavam em carrinho de mão, em várias viagens, a saca de farinha, a caixa de goma e a saca de macaxeira aproximadamente dois quilômetros até onde o ônibus chegava devido às péssimas condições de acesso ao ramal.

“Em 1997, deu um verão medonho, queimou que foi uma beleza e eu me danei no mundo atrás de maniva, de roça, de uma coisa e de outra e fiz todinho de lavoura. Aí começou 1998 e, eu vendi a minha casa e comprei um material para casa de farinha. Comprei a cobertura, que aqui palha não tem... Tem mas não presta e comprei um motor, comprei forno e a coisa começou a melhorar de 1998 para cá. Só que nós também não tínhamos por donde sair, que estrada também não tinha (...). O INCRA demarcou, mas deixou a gente dentro de um chiqueiro, sem beco e sem saída. Não tinha estrada, mas, Deus abençoou e também ele voltou a abrir um pouco de estrada. E eu carregava daqui saco de macaxeira para levar pra cidade, saco de farinha, caixa de goma, pegava num carrinho de mão, esse quilômetro e tal, lá ali na entrada. Era ali que o ônibus voltava dali do comércio. Levava num carrinho de mão, empurrando, puxando a corda na frente e o outro empurra atrás. Levava o saco de farinha deixava lá e vinha buscar a caixa de goma. Deixava a caixa de goma lá e vinha buscar o saco de macaxeira. E assim eu lutei mais de ano.” (Marido)

Até 2007 a Família Laranja produziu hortaliça, mas abandonou-a em março de 2008, pois a produção permanecia no lote por falta de transporte para escoá-la até Manaus. Há ainda produção de pimenta-do-reino, cuja comercialização é esporádica e cujo ganho é considerado uma reserva para as despesas do casal:

“Porque quando eu me achei atolado aqui dentro desse varadouro aí, vendo a minha plantação que era aquela horta, passei a trabalhar com a horta, abandonei a roça... Não duma vez. E passei a trabalhar com horta, que achei mais futuro. Aí veio o cheiro verde, e a cebolinha lá jogada no mato, porque ninguém vinha buscar e nem eu podia levar. Como eu que eu podia levar? Aí abandonei as hortas... Abandonei em março agora desse ano (...). A pimenta é uma coisa extraordinária, de ano em ano. Tem ano que dá, tem ano que não dá nada... O preço não ajuda nada, porque isso dá muito trabalho. E aí um dos meus filhos tinha a dele aí, eu tinha a minha plantação aqui, ele abandonou a dele, ele fica dando, para não perder, para não cair e, lá eu fico catando um pezinho aqui, uma hortaliça acolá, e ele tinha uns quinhentos pés... Se um chegar eu vendo um quilo, outro chegar eu vendo outro... Aí às vezes eu vou para cidade vender uma mixaria lá... E a gente fica aguardando... Faz de conta que é uma extraordinária que a gente tem e esquece...” (Marido)

Após a morte do marido, a esposa da Família Farinha passou a trabalhar sozinha no roçado e na produção de farinha para consumo próprio e comercialização em Manaus, que constitui a base de sustento da família.

“Aí fiquei trabalhando... Trabalhando como nunca trabalhei no dia da minha vida, fazendo roça, fazendo farinha... Teve um tempo que eu fiquei aqui sozinha, sozinha e Deus. Aí os meus vizinhos que mandavam as crianças, as meninas assim desse tamanho vir para cá de noite, passar a noite aqui comigo... Teve um tempo que o meu vizinho daí do Diamante do Norte, ele já tá é morto... Mandou uma netinha dele com 5 anos, que passava o dia comigo. Passava do dia à noite. Nós conduzíamos água do igarapé para nós bebermos, para nós fazermos comida, para nós tomarmos banho no igarapé, nós duas... E eu fiquei muito tempo sozinha... Agora não... Agora já tá bom. Já teve muita dificuldade... Logo que nós viemos para cá, a gente andava muito, muito mesmo. Não tinha estrada, não tinha esse ramal, que estava fechado ainda. Era tudo na picada... Aí nós vínhamos do primeiro ramal para cá, pelo meio da mata a pé...” (Esposa)

Após fixar residência no lote, a Família Pé-de-Moleque passou a criar galinhas para comercializar e a plantar mandioca, castanha-do-pará e a produzir pé-de-moleque para a sua subsistência dos mesmos e dos netos que residem com eles. A criação de galinhas para comercializar com o passar do tempo foi deixada de lado em razão dos prejuízos sofridos com a perda dos animais, devorados por mucuras, espécie de capivara, gatos maracajás e cobras. Com exceção do cravo-da-índia, da erva-doce e do leite condensado, os demais ingredientes do pé-de-moleque são produzidos no próprio lote.

“Verdura por enquanto não tem. Eu só to fazendo umas leiras ali, mas eu não trabalho com verdura nenhuma ainda... Só que até agora não concluí. Mas já tem uma as leiras feita ali, vou até fazer mais, só que o tempo é muito curto pra gente fazer e não dá. Galinha tinha época que tinha muito... Só tem galinha por causa dela [esposa]. Porque eu ia acabar com as galinhas... Não é por causa de nada... É porque a gente criava numa época em que vendia, mas só vendia pouco. Era para desovar, mas só que os bichos comem... É gavião, gato maracajá... Ele entrou ali no galinheiro e pegou logo duma vez umas três galinhas... Agora não que eu deixei mais de ligar... Eu entrei no galinheiro e tinha uns três pintinhos pegando peso... Eu cheguei ao galinheiro, olhei e, tinha nove mortos e era cobra. Quase que eu pego a cobra que tava bem na porta. Só que ela tava dormindo, não senti... Quando eu olhei, olha o monte de pinto morto. Ela não se mexia porque ela tava de barriga cheia. Já tinha comido todinhos... Comido o que queria. Engraçado que ela come o que ela quer e deixa os outros mortos lá... Matar só para comer mesmo...” (Marido)

O pé-de-moleque é produzido artesanalmente e ocupa parte da rotina de trabalho do casal.

“Porque é o seguinte: Por exemplo, a gente arranca a mandioca na sexta-feira e aí descasca. Depois põe a mandioca de molho, aí na quarta-feira a gente tira e lava. Por isso que ela não fica com aquele cheiro forte. Totalmente fraco, tira todinho o tucupi dela, para poder fazer o processo. Depois a gente leva para a prensa lá para enxugar aí que sai o resto da água, fica bem limpinha. Depois peneira para levar ao forno para escaldar, juntamente com a manteiga. Depois de escaldado bota para cá de novo, volta a molhar de novo a massa. A massa já sai molhada e bota para enxugar, depois bota para molhar de novo e aí que vai entrar no processo, colocar os temperos, os ingredientes, a castanha, o leite, açúcar, erva-doce...” (Marido)

Dessa maneira, as famílias assentadas expõem um dos principais problemas que enfrentam: é o acesso das vicinais ao ramal principal. A sequência dos relatos aprofunda as dificuldades enfrentadas para o escoamento da produção e as condições precárias às quais são submetidos no cotidiano do Assentamento que as levam à exaustão e ao desânimo.

“Eu carregava daqui saco de macaxeira pra levar pra cidade, saco de farinha, caixa de goma, pegava num carrinho de mão , empurrando, puxando a corda na frente e o outro empurrando atrás. Levava o saco de farinha deixava lá e vinha buscar a caixa de goma. Deixava a caixa de goma lá e vinha buscar o saco de macaxeira. E assim eu lutei mais de ano para poder vir o resto... A outra etapa do ramal... Aí deixamos de fazer aquela luta de empurrar carrinho de mão, porque o ônibus já passava aqui. Levava no ônibus, pagava, foi no tempo que o real saiu. Pagava um real por cada saco, por volume. Pagava minha passagem e pagava um real de cada volume, uma caixa de goma ou um saco de farinha e um saco de qualquer legume que fosse, tinha que pagar.” (Marido/ Família Laranja)

“Logo que nós viemos para cá, a gente andava muito, muito mesmo. Não tinha estrada, não tinha esse ramal que tava fechado ainda, era tudo picada... Aí nós vínhamos do primeiro ramal para cá, pelo meio da mata... Não tinha apoio de nenhum lugar... Eu vendia a farinha para o meu vizinho ali, que ele levava para vender na feira do produtor, mas ele levava por conta dele...” (Esposa/ Família Farinha)

“Rapaz... A gente tinha muita galinha e pato, e fizemos muita farinha aqui, foi um sacrifício que dava dois quilômetros daqui lá para fora. Dava três viagens até nove horas do dia, dava três, quatro viagem por dia, quando era de tarde eu vinha já para cair... Dava vontade de desistir porque a gente tinha que carregar para lá, para poder levar para Manaus. Era o maior sufoco do mundo o negócio de levar de ônibus. E não tem negócio de não ir...” (Marido/ Família Hortaliça)

“Quando dava o período de levar a produção o que fica mais no caminho é raiz de pau. Nossa produção aqui para sair é cheio de pau. Para sair daqui é pelo ramal do Nordeste, Vicente de Paula e no ramal do Dantas. Nessa aí que leva a produção... No Diamante, teve uma vez que passamos quase meio dia lá...” (Marido/ Família Banana)

“[...] A senhora já viu como é que estão as estradas... E se chover, como é que não tão as estradas? Se a senhora vê como fica ali na ladeira... A

senhora precisa ver esse ramal do Maranata para o rumo de dentro, a ladeira dali do Seu Filó é uma ladeira que, dia de chuva, se a senhora for não sai no mesmo dia não.” (Companheira/ Família Banana).

Os relatos revelam as expectativas dos assentados quanto à melhoria dos serviços prestados para assegurar sua permanência no Assentamento. O principal aspecto mencionado foi a necessidade de pavimentar as vicinais paralelas e transversais ao ramal para que os ônibus possam chegar até ao Assentamento.

“Agora é o transporte coletivo que queremos porque nós passamos muita dificuldade até hoje... Porque o rapaz que tá aí, tem um ônibus velho que uma hora tá consertado, outra hora não tá e, por semana ele tira um dia que não vem aqui dentro... Ele só vem de manhã e volta e não vem mais. Só vem no outro dia... Todo dia só vem de manhã... Chega aqui para fazer a rota e às vezes não entra nem no ramal. Vai lá ao final, volta e pronto. Esse transporte aí tá muito pesado. É preciso que tenha um transporte acessível, ao menos uma parte de manhã e outra parte à tarde” (Marido/ Família Laranja)

“O ônibus aqui dentro, a obrigação dele é pegar e deixar o pessoal... Ele só vai até o Coroado e volta. O resto que se vire. Porque quando você chega ao Vivaldão [estádio situado na zona centro-oeste de Manaus], você ainda vai pagar outro ônibus, acaba pagando mais dois ônibus, fica muito difícil hoje em dia... E eu converso com ele: - Olha, e outra coisa, a passagem aqui era seis reais e ele aumentou pra oito reais. Ali pra dentro é dez reais.” (Marido/ Família Pé-de-Moleque)

“Eu me preocupo é com o ramal... Nós estamos avexados para que reparem mais para o lado da estrutura do ramal, do acesso, porque como é que a gente vai viver carregando produto na cabeça? Ninguém tem condições de carregar, porque o cansaço é demais.” (Esposa/ Família Hortaliça)

O transporte é um dos aspectos mais importantes para a viabilização do Assentamento, bem como para a permanência das famílias em seus lotes, uma vez que se faz necessário tanto para a locomoção até Manaus para compra de produtos como, para o escoamento da produção para a Feira do Produtor na Zona Leste de Manaus.

O ramal principal de acesso ao Assentamento, após dezoito anos de existência, teve sua pavimentação iniciada em setembro de 2008 e concluída em 2009. Entretanto, algumas vicinais, denominadas como vias secundárias que dão acesso aos lotes, são apenas niveladas por tratores, mas voltam a ficar em estado quase intransitável durante o período de inverno, no interstício de dezembro a julho, quando as chuvas no Amazonas são abundantes.

Se as condições de acesso ao Assentamento são precárias, elas têm similaridade com os demais assentamentos do país, conforme documentam os estudos de Leite et al. (2004, p.95)

Em resumo, de uma forma geral as condições das estradas nos assentamentos estudados (internas e externas) são precárias, existindo dificuldades de comunicação, em especial na época de chuvas, agravando tanto as condições de acesso a serviços de saúde e educação, e possivelmente, gerando dificuldades para a comercialização da produção. Tanto quanto as condições das estradas, a existência de transporte coletivo é bastante importante para os assentamentos, já que a maioria dos assentados não dispõe de veículos próprios. Grande parte dos assentamentos pesquisados é servida internamente por transporte coletivo, seja somente na estrada principal, seja em vias secundárias [...]. A precariedade do transporte coletivo em vários assentamentos faz com que seja comum o uso de transporte animal (e também de bicicleta).

6. As dificuldades para o financiamento da produção familiar

Outro grande problema presente nas falas revela que não é suficiente conseguir um lote no Assentamento, pela mediação do INCRA-AM, e ser cadastrado em seus programas de crédito para a produção para que as famílias consigam que suas atividades sejam financiadas.

Por isso, é fundamental que todas as famílias recebam orientação sobre os direitos dos assentados, sobre a documentação referente à legalização dos respectivos lotes e para que consigam financiar a produção.

Essas dificuldades foram vividas por várias famílias quanto ao financiamento para a produção agrícola, já que não dispõem de informações suficientes quanto às instituições e órgãos públicos e privados que concedem crédito, e tampouco conhecem a tramitação burocrática necessária para conseguir empréstimos.

Mesmo após receber o título definitivo de posse do lote a Família Laranja não sabia como proceder para ter concessão ao crédito junto às diversas instituições bancárias.

“Recebemos o título definitivo... E aí a gente ficou com o papel na mão sem saber o que que fizesse... Porque para fazer o financiamento, para não poder pagar é muito triste. Lá no Acre não. Eu fazia e pagava. Porque eu fazia para milho e pagava com arroz. Eu fazia com arroz e pagava com feijão. Eu fazia para feijão, eu pagava com farinha, eu fazia para roça eu pagava com milho. Então não faltava nada. Terminava de pagar um empréstimo eu descia com outro. Aqui eu fiquei acanhado porque eu plantei uma saca de milho e não deu nada. Plantei uma saca de milho que veio de Santarém, que um velho me deu e veio deixar na minha porta, no carro de um vizinho, uma saca de milho... Plantei tudo isso aqui, ó... Eu plantei aqui 500 metros de milho nessa capoeira aqui e não deu para fazer uma canjica... Aí eu deixei de plantar o milho... Porque não dava, foi só a roça. Agora a roça não. A roça eu fiz mais ou menos oitenta toneladas de farinha. Vendemos farinha aqui de cinquenta centavos o quilo/litro. Nós vendíamos para não estragar na roça. Fizemos a casa de farinha em 1998, em 1999 para 2000. Em 2002 eu fui para o Acre com um dinheiro de farinha igual minha filha. Minha casa de farinha tá bem ali, de bacia, perto do meu pé de

andiroba, tá ó... Tá ali debaixo, ainda tá lá o cascalho que fui eu que cascalhei, para descascar macaxeira e a mulher tirar goma de lá de baixo. O forno tá ali na casa da minha filha, tá lá meu forno. Coloquei lá minha casa de farinha que o movimento agora é para lá.” (Marido)

Para iniciar o plantio em seus lotes, as famílias contaram em grande parte com o próprio esforço e experiência e, em alguns casos, com investimentos próprios, através dos poucos recursos de que dispunham antes de chegar ao Assentamento.

“Eu vendi uma casa que tinha, em Manaus, chorando... Mas vendi para comprar um motor, para comprar cobertura, para organizar uma casa de farinha que eu tava vendo a roça amadurecer, mas não tinha em que fazer... Não tinha incentivo de nada. Não tinha notícia de financiamento... A notícia que tinha quando aparecia alguém é que não tinha verba. Não tem verba, ninguém faz nada.” (Marido/ Família Laranja)

“Se eu fosse uma pessoa que não tivesse conhecimento, não tinha plantado... Tinha morrido tudo o que plantei. Mas, como nós já temos um conhecimentozinho, que não é da agora que a gente trabalha com agricultura, é por isso que nós estamos levando ainda.” (Marido/ Família Açaí)

As famílias precisam de ter opções paralelas de plantio, com crédito de outras fontes, para pagar as parcelas anuais de empréstimos obtidos anteriormente, destinados ao financiamento de determinado cultivo.

“Eu financiei pelo BASA uma quadra de laranja. E essa quadra de laranja graças a Deus tem me ajudado bem. Nós já estamos com duas parcelas pagas, com as frutas dela. Dá um trabalho danado de juntar centavo por centavo, real por real, para chegar a um mil e setenta reais como eu tirei agora esse mês. Eu tirei um mil e setenta reais do bolso para ela botar lá onde ela [esposa] tirou o dinheiro, com os juros. Eu sei que eu juntei um dinheirozinho com todo cuidado, nota de dez reais, nota de vinte reais, nota de dez reais e nota de vinte reais, brigando com o neto: Não chupa essa laranja, que essa laranja é bonita e tem que vender!” (Marido/ Família Laranja)

“Eu alcancei um financiamento, mas devido a uma carta que eles me deram e aí eu consegui fazer o financiamento pelo PRONAF. O projeto que é esse do açaí. O açaí é financiado. Eu entrei no Banco, negocieei na semana passada. Aí fiquei de voltar lá e pagar quarenta reais e depois marcar a data da parcela anual... A gente sempre faz um projeto para pagar com a produção. O açaí dá com cinco anos. Agora que ele fez quatro anos. Vai agora soltar uns cachos por aí. Mas a produção do açaí é cinco anos... Vou pagar o empréstimo com a hortaliça ou senão, carvão. Tem que fazer dessa maneira... A hortaliça com muito tempo que ela tá, com quatro meses já tá dando. A gente tem umas apostilas aí, nós fizemos uns cursos de hortaliça. A gente sabe mais ou menos o tempo delas produzirem: pepino, maxixe, quiabo. Só que é aquele negócio: a gente só trabalha só ganha dinheiro se tiver dinheiro para investir.” (Marido/ Família Açaí)

Existe ainda a situação de uma das famílias que sequer conseguiu obter financiamento junto aos bancos. A situação dessa família é reveladora do fato de que nem todos que passam pelo cadastramento dos programas de crédito para produção, com intermediação do INCRA-AM, de fato são beneficiados.

“O INCRA veio fazer a ficha, mas sair que é bom... Quando tá no ponto o cara vem aqui e diz: Agora tá saindo e some... Não aparece mais ninguém. Começa tudo de novo para o outro ano. Todos os anos bem dizer a gente pega uma ficha, negócio de financiamento, para aquele tal de PRONAF e para um bocado de coisa. Mas, só que ninguém consegue... Nunca a gente tirou um financiamento, nunca chegou.” (Marido/ Família Hortaliça)

A Família Banana destacou que após produzir carvão para sobreviver, deixou a atividade. Paralelamente o marido trabalhava em regime de diária em outros lotes para complementar a renda. Chegaram a fazer uma pequena horta para prover a subsistência e depois obtiveram um financiamento através da COOTEDAM para cultivo de banana que não prosperou, uma vez que as mudas fornecidas não eram apropriadas para o tipo de solo e pela total falta de assistência técnica dos órgãos envolvidos.

“Depois de trabalhar com o carvão eu sempre trabalhei com diária [RS 20,00 por dia para roçar e limpar terreno dos outros]. Aí eu já fui trabalhar na horta. Depois eu fiz um projeto pela COOTEDAM. Só que a COOTEDAM naquela época não tinha acesso em nada e aí nós ficamos esperando... Eu fiquei com a banana apodrecendo aí porque eu não conhecia... Além disso, eles me deram uma banana do Rio Preto da Eva, que não era uma banana boa. Não era muda boa. Não vieram olhar a terra, não fizeram nada disso...” (Marido)

Considerando a situação, o casal foi ao banco para verificar o que poderia ser feito, pois com o fracasso da produção não havia como pagar as parcelas do empréstimo concedido. Depois de orientações fornecidas pela gerente agendaram visitas de fiscalização dos técnicos do banco para avaliarem a plantação de banana. Ao verificarem a plantação, os técnicos expediram um laudo e fotografaram o local comprovando que de fato nada mais havia a ser feito, isentando-os da dívida com o banco.

“Aí tanto que não deu para eu pagar nada lá no Banco. Eu tive até que emitir uma carta para o Banco, mandar lá para Brasília e tudo... Graças a Deus meu nome não está anunciado como devedor, não sei o que vão fazer comigo. Aí eu fui ao banco com a Dona Conceição, falei com ela no PRONAF. Aí ela disse: O que eu posso fazer é orientar o senhor a fazer uma carta e aí eu vou mandar para eles lá em Brasília e o cara do banco e da COOTEDAM vão lá. Aí tiraram as fotos, aí mandaram. Ele mandou a

fotografia para cá, fizeram a carta, a minha esposa foi lá fazer a xerox e deixou no banco.” (Marido)

As condições para o financiamento da produção através do crédito rural constituem-se em um aspecto fundamental para o sucesso dos assentamentos. Segundo os estudos de Leite et al. (2004) observa-se que nos programas de créditos destinados ao agricultor familiar como PROCERA (criado em 1985 e extinto em 1999) ao PRONAF (criado em 1995), a liberação dos recursos sofria atrasos em razão de diversas situações como falta de documentação comprobatória dos títulos dos lotes, exigência de reciprocidade ou garantias, falta de regularização dos projetos de assentamento por parte do INCRA, falhas nos projetos técnicos financeiros apresentados aos bancos, problemas envolvendo as associações de créditos coletivos.

Somam-se a esses fatores a vigência de juros elevados, o curto prazo para pagamento do empréstimo, o baixo valor permitido para repasse de recursos e as limitações de crédito à compra de determinados insumos agrícolas, que desestimulam as famílias assentadas em buscar tais créditos junto aos bancos, causando inúmeras queixas e insatisfações por parte dos assentados. Considerando o contexto exposto, apenas as famílias Açaí e Banana ainda não possuem título definitivo dos lotes e somente conseguiram obter financiamento mediante a emissão de carta de anuência do INCRA que permite a realização de empréstimo rural junto às instituições bancárias.

Quanto à assistência técnica à produção, é perceptível a frustração na fala dos sujeitos no que diz respeito à insatisfação com o tratamento dispensado pelo INCRA-AM e por algumas agências de financiamento, quanto a orientações para plantio, pesquisa sobre as possibilidades de cultivo de acordo com a qualidade do solo e acompanhamento das fases de produção.

“É preciso dar assistência... Chega e diz:- A semente táí.. Mas, se não der a assistência é o mesmo que nada. Se a gente não tem assistência, não sabe o quê que vai comprar de adubo, como matar uma praga, nem coisa nenhuma... Aí não vai adiantar em nada...” (Esposa /Família Laranja).

“Porque aqui, para gente produzir tem que ter incentivo. Tem que ter assistência técnica senão isso aí não vai... Só com as condições da gente não dá... Não tem como...” (Filho/ Família Laranja)

“Nunca tive nenhuma ajuda... Nunca fiz projeto nenhum... Ainda apareceu aqui várias vezes o IDAM, mas prometeram e não vieram. Ainda fizeram curso aí, nós ainda participamos de uns cursos que eles deram aí... Mas, acompanhamentos dos lotes nunca fizeram... Nunca vieram...” (Esposa/ Família Farinha)

“Teve mas bem pouco. Quatro vezes. Eles vinham até a porta e voltavam. Nunca foram no campo, para dizer: Essa planta tá desse jeito, tá faltando isso, tá faltando aquilo, nunca vieram. Só vinham aqui, assinavam a papelada e iam embora.” (Marido/ Família Açai)

“Vieram para fazer pesquisa, mas ajuda assistência técnica, não. Às vezes quando vem aqui, eu perguntei por quê não vem pelo menos uma vez por ano, para passar nos lotes para orientar e ele falou também que não podia. Só pode fazer se for um grupo. Só pra um ele não pode fazer. E aí o quê que faz? Então vai à Associação mesmo, e faz aquela reunião. E é só isso mesmo, na reunião.” (Esposa/ Família Pé-de-Moleque)

“Nunca deu. O INCRA-AM nunca deu porque só no começo que eles trouxeram uns técnicos aqui, mas foi só no começo e acabou em nada. Agora, as doutoras da EMBRAPA, fizeram acompanhamento de pesquisa, de trabalho, assim de desenvolvimento e ajudaram bastante...” (Esposa/ Família Hortaliça).

“O IDAM não vinha aqui fazer assistência técnica porque não tinha carro. Quando foi aquela vez que o ministro veio aqui? A senhora acredita que eu fui lá ao IDAM? Olhe mulher, ali na frente do IDAM, a senhora sabe onde fica o IDAM, na Torquato Tapajós? Aquele campo, grande assim? Nós fomos lá de tarde, não tinha carro. Quando nós chegamos lá, na outro dia tava lotada de carro de uma ponta a outra, assim... Só de carro e moto. Disseram: - Isso aqui para assistência técnica e até hoje nunca apareceu nenhum aqui. Depois que eles vieram aí nunca apareceu um carro do IDAM aqui.” (Marido/ Família Hortaliça)

“A COOTEDAM não deu o acompanhamento... Eles trouxeram a banana de má qualidade, não era assim da EMBRAPA e dá para ser da EMBRAPA... Aquelas mudas feitas na estufa e tudo, que é assim que se faz o financiamento de boa qualidade. As mudas do Rio Preto da Eva, das bananeiras... Trouxeram e disseram que era para gente cavar, a gente cavou, plantou, e aí eles não vieram mais aqui dizer como é que a gente adubava, como é que a gente devia fazer... Não passaram mais. Não vieram mais. E agora, quando veio já tava plantada.” (Marido/ Família Banana)

As famílias demandam assistência técnica com diminuição da burocracia para o financiamento e para acompanhamento sistemático do plantio, bem como oferta de cursos de formação que propiciem melhores condições para o cultivo e maior aproveitamento de insumos agrícolas.

“A gente precisa mesmo. Ainda mais nós, que a gente não conhece bem aqui. Como deve realmente iniciar... Para ensinar para gente, a plantar mesmo, para gente poder produzir melhor. Tem gente que me diz assim: Tu tens que fazer um curso de aprendizagem, de planta. Eu digo: Aonde meu irmão? Procure para mim e me dê. Eu cobro mesmo... Procure para mim...” (Esposa/ Família Pé-de-Moleque)

“Uma assistência técnica que diga realmente o que a gente tem que fazer, como é que a gente tem que dar atenção a essas árvores e a essas plantas,

porque a gente procura. Eu experimentei tal coisa e não deu certo... A gente vai saber se resolve aos poucos...” (Esposa/ Família Hortaliça)

A Família Laranja investiu em criação de frango e devido ao alto preço da ração desistiu de mantê-la. Em seguida, o IDAM distribuiu peixes e a família fez um viveiro no lote, que também não deu certo uma vez que sempre ao amanhecer encontravam peixes mortos e não souberam detectar a causa em razão da ausência de assistência técnica.

“Eu inventei de criar um pinto aqui... Comprei uma caixa de pintos... Cinquenta pintos e criei. Depois comprei outra e criei. Comprei de um rapaz e criei. Mas também não dá porque a ração é muito cara. Fui fazer a conta todinha. Eu ganhava um real em cada pinto, fora o trabalho. Vendido por dez cruzeiros, quer dizer que eu tinha nove reais de prejuízo, que a ração comia. Aí inventei de criar peixe: matrinxã. Fiz um buraco ali, gastei um dinheirão medonho, cavando, botando gente para cavar. Cerquei, não prestou. Arranquei, tornei a cercar de novo, lotei o peixe dentro e o peixe morreu todinho. Não deu nada. Depois eu botei de novo, comprei e o peixe morreu de novo. Aí acabei desistindo. Não ganhei nada com peixe. Nada. O que eu ganhei foi os que morreram e eu comia. Amanhecia boiando, eu comia. Aí parei com o peixe. Dá aquela água não sei o quê barrento... E o peixe fica bebendo assim, é pequeno... E amanhecia boiando. Tava só o lugar... Não quero peixe! Aí a água, limpinha que os meninos tomam banho dentro... Esses meus neto vão pra lá, tomam banho dentro, chafurdam, não sente nada. Não sei o quê que deu... Morreu!” (Marido)

A assistência técnica se coloca nesse contexto como um dos problemas que mais dificultam o avanço da produção no Assentamento. Trata-se de uma questão que possui duas vertentes que se relacionam: a primeira diz respeito à formação dos técnicos e a segunda refere-se ao reduzido quadro de profissionais disponíveis nas várias instituições que desenvolvem atividades na área.

A formação dos técnicos, tanto em nível superior na área de Agronomia quanto em nível médio nas escolas agrotécnicas, está voltada para a modernização da agricultura, em consonância com o atendimento dos interesses dominantes. Em pesquisa sobre extensão rural realizada junto a técnicos e assentados no estado de São Paulo, Masselli (1998) analisa que há uma forte tendência na formação desses técnicos para a preservação das estruturas fundiárias perversas e excludentes que ao longo da trajetória de lutas pela terra, sempre esteve em confronto com os interesses dos trabalhadores do campo, o que leva a maioria desses profissionais à sujeição dos imperativos que o mercado de trabalho lhes impõe.

Os técnicos vinculados ao Estado vivem um cenário de ambiguidades, pois conhecem a importância do trabalho junto aos assentados, mas deparam-se com condições de trabalho precarizadas que revelam o descaso dos órgãos para com a população rural. Verbas

insuficientes, falta de transporte para realização das visitas, vulnerabilidade às quais são submetidos quando responsáveis por assentamentos, cujo acesso é cheio de obstáculos, constituem alguns entraves para a execução de suas atividades.

Em relação à reduzida disponibilidade de técnicos nas instituições públicas, de acordo com estudos realizados por Fraxe e Medeiros (2008), o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas-IDAM, no exercício de 2004 contava com um quadro de 470 técnicos, entre pessoal técnico e administrativo, distribuídos em 44 escritórios no interior do estado, denominados como Postos Avançados.

Um dos principais problemas, relacionados à operacionalização de assistência técnica pelo IDAM, consiste no gerenciamento das atividades e recursos humanos incipientes, o que pode ser associado aos estudos de Sherer (2004), para quem o governo do estado não tem uma política agrícola definida. Assim, no Amazonas, a problemática da assistência técnica relacionada à produção agrícola extrapola o âmbito dos assentamentos rurais.

Soma-se a isso um decreto expedido pelo governo federal em 2008 que extinguiu o pagamento de diárias para o acompanhamento técnico em assentamentos localizados na circunscrição das capitais do país, o que repercutiu negativamente no Assentamento. Nesse caso, as visitas de técnicos de outras unidades do INCRA no Amazonas são cada vez mais esporádicas. Ao se deslocarem da unidade de origem para a capital recebem diárias e atuam em sistema de rodízio, o que inviabiliza um acompanhamento e fiscalização contínua no Assentamento e o estabelecimento de relações de convívio com as famílias que permitam o conhecimento aprofundado sobre a produção agrícola das mesmas.

Considerando esse quadro, os estudos de Lima e Moreira (2008) analisam que no caso das famílias assentadas, os conhecimentos específicos que essas famílias têm das atividades agrícolas entram em confronto e chocam-se com as concepções de alguns técnicos, acabando por dificultar a comunicação entre eles e assentados. Percebe-se assim que os recursos humanos são escassos, considerando a extensão geográfica do estado e o significativo número de assentamentos.

7. A escola no Assentamento

Dentre as principais preocupações das famílias assentadas está a continuidade da escolarização dos filhos. No levantamento de dados junto ao INCRA-AM, este fator foi apontado como um dos principais responsáveis pela desistência das famílias em permanecer

nos lotes, seguido pela falta de incentivos e acompanhamento técnico para a produção e o precário atendimento à saúde na área.

A primeira escola municipal criada no ramal principal do Assentamento atendia inicialmente as séries iniciais. Posteriormente, por solicitação das famílias, através das diversas associações de moradores, houve a implantação de demais séries do ensino fundamental e até o encerramento da pesquisa aguardava-se a implantação do ensino médio em regime modular, com professores de Manaus.

Cabe ressaltar que não constituiu objetivo dessa pesquisa adentrar ao cotidiano de funcionamento da escola, mas investigar junto às famílias assentadas quais são suas representações sobre a escola, a relação que estabelecem com a mesma no que concerne ao acompanhamento da vida escolar dos filhos, bem como apresentar o modo como estes avaliam o ensino.

Nas narrativas, percebe-se a existência de controvérsias quanto à relação estabelecida entre família e escola no que diz respeito às informações prestadas quanto às reuniões de pais e mestres, aos eventos realizados e às comunicações sobre o aproveitamento dos alunos.

“Nunca mais eu fui ao colégio e eles não dizem quase nada. Porque, assim, sempre que tem reunião a diretora diz que sempre tá bom, tá bom...” (Filha/ Família Laranja)

“Eles até que chamam mesmo. Muitos não vão porque às vezes não conseguem. Porque às vezes tem dificuldade, mas eles chamam para reunião, para qualquer evento que tem lá no colégio. Agora parece que já começou...” (Filha/ Família Farinha)

“Não chamam para outra coisa! Só para reunião com os pais. A diretora manda o aviso e a gente vai.” (Esposa/ Família Açáí)

“O que eu acho lá na escola, como eu te falei... Tá muito devagar quase parando mesmo. Em vez de ele evoluir, é o contrário... Tá é regredindo... Não tá produzindo nada... E outra coisa: nunca comunicam a gente em nada. A coisa rara mesmo é mandarem... Disseram que tudo que acontecesse na escola a gente receberia aviso... Mas é raro... Outra coisa, só convida mesmo para reunião... Às vezes eu chego lá não encontro a Diretora... Nunca vejo. Ela nunca vem para a escola...” (Esposa/ Família Pé-de-Moleque).

“Elas convidam toda a comunidade para participar... Sempre que tem evento, comemoração, feriado das crianças, pais, mães, tudo isso eles chamam a comunidade e os pais para participarem. Reuniões também eles sempre comunicam as pessoa todinhas e, como eu trabalho lá perto, de vez em quando eu to indo lá, perguntando como é que tão acontecendo as coisas.” (Filha/ Família Hortaliça)

“Eu vou pra reunião dos meninos. Eu não faltou reunião... A diretora, ela é ótima. A diretora daí é excelente. A primeira que tinha não era muito legal, mas essa que entrou agora, eu acho ela excelente diretora. Quando é dia das mães ela tem programação... Ela arruma assim, coisa [brindes] que é do dia das mães, quando é natal é uma coisa, dia dos pais... Tudo... Ela é excelente. Para mim ela é dez mesmo!” (Companheira/ Família Banana).

As narrativas apontam para uma relação que ora se estabelece apenas através das reuniões de pais e mestres, dinâmica similar às escolas municipais da sede do município, ora incluem referências à participação dos pais em datas comemorativas, para além das reuniões, o que revela que a escola, apesar de estar localizada dentro da área do Assentamento, não apresenta características próprias à Educação do Campo.

Em âmbito nacional, a Educação do Campo segundo Caldart (2008, p.71)

Nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas na área de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perderem suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade. A Educação do Campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas, porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas.

Considerando a proximidade do Assentamento em relação à capital, percebe-se que a preocupação dos pais refere-se especificamente à garantia da escola para os filhos. A realidade dos assentamentos em âmbito nacional exige uma escola que contemple o perfil da população do campo valorizando seu meio de vida e seus valores. Em seus estudos Caldart (2008, p. 74) destaca que

Os sujeitos que trabalham e vivem do campo e seus processos de formação pelo trabalho, pela produção de cultura, pelas lutas sociais, não têm entrado como parâmetros na construção da teoria pedagógica e muitas vezes são tratados de modo preconceituoso, discriminatório. A realidade desses sujeitos não costuma ser considerada quando se projeta um desenho de escola. [...] E há um detalhe muito importante no entendimento da Educação do Campo: o campo não é qualquer particularidade, nem uma particularidade menor. Ela diz respeito a uma boa parte da população do país. Não é possível pensar um projeto de país, de nação, sem pensar um projeto de campo, um lugar social para seus sujeitos concretos, para seus projetos produtivos, de trabalho, de cultura, de educação.

O interesse das famílias pelo que acontece na rotina escolar dos filhos é grande, como se nota nas falas abaixo:

“Essa menina daqui [neta] até que cuida de ir atrás... Sempre tá atrás de trabalho para fazer. Aí a professora passa o que é para ela fazer... Quando ela chega, ela faz. Eu acho que tá sendo bom porque tem professor que não passa nada para o aluno. Eu sempre pergunto para ela: - E lá como é que tá? Ela responde: - Tá bom...” (Esposa/ Família Farinha)

“Eu acho que teria que melhorar a escola também por causa de professores, porque é difícil encontrar professor que queira vir dar aula na zona rural, não é? Então acho que teria que melhorar com professores mais qualificados.” (Filha/ Família Açaí)

“Um dos meus netos tem essa sede de querer aprender e eu acho muito lento mesmo. Mesmo que tenha o método eu acho muito lento. A gente conhece pelo meu outro neto que tá muito atrasado...” (Esposa/ Pé-de-Moleque)

“Eles tão tendo estudo. Não aquele estudo assim que a gente acha que é mesmo... Porque geralmente, esse ano pelo menos o que eu observei nas poucas vezes que eu fui à escola, que não tava tendo tanta aula como era para ter... Estavam tendo mais brincadeira, diversão, do que aquela aula mesmo que era para ter. Mas se eles acham que é uma maneira também das crianças participarem das atividades. Se não tiver paciência para ensinar, então tá difícil... Eu dou assim muito valor à educação e ao ensinamento porque é uma coisa que eu acho que a gente tem que dar muito valor mesmo. Porque é uma coisa que a gente leva para a vida inteira da gente. E é a única coisa que a gente pode deixar para os filhos...” (Filha/ Família Hortaliça)

“Os professores vêm de Manaus. Às vezes não vem... Era para ter outro professor... Deviam avisar quando o professor faltasse para gente ficar mais tempo com as nossas crianças...” (Marido/ Família Banana)

Na percepção dos pais a direção escolar deveria propor atividades complementares ao ensino ministrado, realizar atividades conjuntas com a comunidade extraescolar, bem como zelar pelo patrimônio da escola.

“Eu acho que deveria ser uma escola aberta, tanto para os alunos, quanto para a comunidade. Por exemplo: Tem um bom laboratório de computadores e esses computadores tão lá, mofando... Não são usados... Foi montado e era para funcionar desde o ano passado... Os alunos não usam, nem a comunidade usa... Tá lá trancada, só mofando.” (Filha/ Família Laranja)

“Tá um pouco atrasado A gente só estuda na sala e não faz curso de nada... Então quando terminar os estudos não tem experiência de nada...” (Filha/ Família Açaí)

“Eu acho que para essas crianças, deveria ter mais uma dedicação dos professores que tem que saber o ensinar, porque tem uns professores que

vieram de Manaus que estão se dedicando mais às crianças.” (Esposa/ Família Hortaliça).

“O ensino médio ia começar em março. Quando foi, acho que foi em março que a gente foi fazer a inscrição para cá, o professor falou comigo que o Eduardo Braga [governador] tava querendo abranger todos os municípios e, dentro desses municípios iria chegar ao Assentamento. Aí tava tudo certo para começar em maio. Quando chegou maio, já passou para junho. Aí de junho passou para julho e depois para agosto. Quando ía começar, disseram que roubaram todo o equipamento. Aí ficou aquele corre-corre para cá e para lá e a gente tá esperando até agora.” (Filha/ Família Hortaliça)

Quanto à merenda escolar, as famílias e principalmente os filhos demonstram insatisfação quanto a variedade e a sua qualidade. Os pais acreditam que esse atendimento deve melhorar, considerando o tempo de permanência dos filhos na escola e no transporte até chegarem em casa.

“Pelo que eles falam se alimentam apenas de sopa... Eu acho que não tá bom.” (Filha/ Família Laranja)

“Um dia é sopa. Foi anteontem, eu perguntei [para a sobrinha]: - O quê que tu comeste hoje? Às vezes é mingau, às vezes é arroz com ovo, às vezes é frango... É variado... Não é só uma coisa não.” (Filha/ Família Farinha)

“Eu acho que deveria ter mais fruta, não só mingau como tem... Fazer uma vez ou outra salada. Tem dia que a merenda é muito doce, tem dia que não tem açúcar...” (Filha/ Família Açai)

“Eles vivem reclamando que a merenda não é suficiente para eles...” (Marido/ Família Açai)

“Meu neto levava merenda todo dia para a escola porque ele não come as coisas de lá. Sempre que eu vou lá é mingau mesmo, ou então é o nescau, super gelado, chega é sem gosto... E aquela bolachinha dura mana... A minha filha disse então: - Mamãe vou mandar refrigerante e bolachinha. Meu neto dizia: Vovó me roubaram... Não comi... Ano passado eu fui, levei uma garrafinha de água porque não sei se já ajeitaram aquele poço de lá. Eu mesma fui beber água lá era pura ferrugem... Imunda mesmo...” (Esposa/ Família Pé-de-Moleque)

“A única reclamação que eu tenho é a merenda. Misericórdia... Mingau, bolacha...” (Filha/ Família Hortaliça).

“Eu acho que para melhorar para essas crianças, que eu não sei se é o prefeito que não manda mesmo ou se é a merendeira que não tá fazendo direito, porque eu não tenho acesso a eles lá.” (Esposa/ Família Hortaliça)

“Às vezes eu merendo mingau de bolinha [sagu]... Aí às vezes a gente merenda suco com pão. O suco que servem é de goiaba, cupuaçu, manga. São esses três... Aí hoje foi um peixe desfiado com arroz e uma banana. A bolacha é dura. Gostaria que tivesse sopa com carne dentro, com verdura...”

Deveria ter mais suco de fruta e fruta tipo maçã, mamão, banana...” (Filho mais novo/ Família Banana)

O perfil da organização pedagógica da escola municipal localizada no ramal de acesso ao Projeto de Assentamento, onde estudam as crianças e adolescentes das famílias, constitui uma realidade diferente em relação às de outros assentamentos do país. Essa diferença se estabelece à medida em que há ausência de representação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado do Amazonas, cuja mobilização, organização e articulação política em outros estados do país, exigem do Estado uma Educação do Campo que propicie superação rumo a um projeto que engendre outra concepção de campo, de sociedade, de relação campo/cidade, de educação de escola, ou seja, uma perspectiva de transformação social e emancipação humana.

A relação das famílias com a escola não se constitui em uma relação orgânica, participativa. Nesse contexto, o Projeto de Assentamento tem uma escola, enquanto espaço de aprendizagem, mas que em nada se diferencia das demais escolas denominadas tradicionalmente como “rurais” na esfera de Manaus, que afirmam desenvolver a concepção de Educação no Campo no texto da legislação em vigor, mas no cotidiano escolar não praticam tal proposta.

8. A saúde no assentamento

O atendimento à saúde é um dos aspectos que demanda maior quantidade de deslocamentos das famílias para a capital, em busca de soluções para situações emergenciais como acidentes com instrumentos de trabalho como machados, facões, motosserra e ataques de animais peçonhentos, com grande incidência para as picadas de cobra, além de busca de tratamento de doenças diversas, em razão da precariedade da oferta de atendimento médico no posto de saúde local, que não possui condições para prontoatendimento.

Verifica-se, dessa maneira, que as dificuldades resultam *da redução do papel do Estado no cumprimento de atribuições que, bem ou mal, vinha desempenhando através de serviços públicos destinados à prevenção e aos cuidados com a doença* (Romanelli, 2006, p. 113).

Ao mesmo tempo em que há precariedade na oferta de serviços médicos no posto de saúde do Assentamento, no período eleitoral em 2008, um dos candidatos a prefeito, conforme relatos do Presidente da Associação de Moradores, ofereceu consultas

oftalmológicas na área, com a presença de especialista, que prescreveu receitas para que os assentados fossem a Manaus para “adquirir” os óculos concedidos pelo candidato, evidenciando assim, uma relação de clientelismo. Nesse contexto, segundo Romanelli (2006, p.113)

[...] Em linhas gerais, o clientelismo está ancorado em relações assimétricas, porém personalistas entre indivíduos em posições desiguais. Os vínculos clientelísticos envolvem troca de favores, como a prestação de serviços por parte do patrono e a lealdade do beneficiário, o cliente, e oferecem amparo e proteção à população pobre, inclusive em SOS de doença. Surgido no meio rural, o clientelismo não se manifestou apenas nesse espaço, mas penetrou no conjunto da vida nacional, caracterizando, inclusive, o exercício do poder político e deslocando para a esfera pública formas de sociabilidade e de convivência personalistas, próprias do universo privado.

Há nos relatos obtidos a recorrência de dificuldades relacionadas para cuidar de doenças peculiares no Assentamento, como malária e leishmaniose que sempre foi realizado pelos membros das famílias no Instituto de Medicina Tropical em Manaus e ainda para o tratamento de infecções e acidentes.

“Teve um caso da minha filha ter infecção intestinal e a gente sair com ela às pressas. No caso, a gente foi no João Lúcio [Hospital em Manaus situado na Zona Leste] e só lá foi resolvido.” (Filha/ Família Laranja).

“Nós chegamos a pegar malária. E eu peguei aqui em 1997. Fui fazer o exame no Hospital Tropical [em Manaus]. Nesse tempo ainda não tinha o Posto aí.” (Esposa/ Família Laranja).

“Isso daí tem que melhorar muito. O negócio da saúde tem que melhorar muito... Muito mesmo. Aqui na minha casa já morreram duas pessoas, na hora, de ataque do coração. Porque o que já foi avisado foi o IML para vir buscar... Não teve esse negócio de dizer que ficou passando mal... Não teve não... Fulminante mesmo...” (Esposa/ Família Farinha).

“Na malária eu fui é para Manaus.” (Filha/ Família Farinha).

“Eu precisei ir para Manaus, eu tive duas crises de problema de infecção urinária. Fui para o Pronto Socorro... Na Cidade Nova, levei umas duas horas, cheguei lá às nove horas da noite. Nessa época foi muito difícil porque só tinha uma picadinha no mato.” (Esposa/ Família Açai)

“Ah, muita malária mana... Leishmaniose meu marido teve... Tinha que correr para Manaus... E a dificuldade naquela época era mesmo grande porque ainda não tinha nem um ônibus aqui. Às vezes é que vinha um médico do Tropical. E fazia aquele montinho ali. Passaram aviso pra outro. Ali onde é a Associação. Era assim...” (Esposa/ Família Pé-de-Moleque)

“Essa daqui [filha] pegou malária umas quatro vezes porque ela não tomava o remédio direito, não queria tomar o remédio porque era ruim. Até

que ela pegou umas palmadas e tomou e ficou boa [risos].” (Filha/ Família Hortaliça)

“A primeira vez que eu peguei malária eu fui para Manaus porque não tinha tratamento aqui. Não tinha nem transporte nesse tempo. Era só mato. Aí nos fomos, até que vieram buscar nós... Um colega nosso foi nos deixar lá em Manaus, naquele hospital do bairro Santa Etelvina. Aí nós fizemos um tratamento lá no Tropical, eu e ele na primeira vez que pegamos. Em 1998 não foi? Foi em 1998. Aí depois, de lá para cá ninguém teve mais, graças a Deus.” (Esposa/ Família Hortaliça)

“Eu tive malária... Malária eu tive só uma vez. Uma vez foi uma malária daqui do outro lado... Foi aquela... Todo mundo teve malária aqui em casa... Só uma vez... Ah! Eu tive leishmaniose... É tanta injeção... A minha, foi 40... Eu sofro do coração, e não pude tomar dose única. É um perigo esse negócio de injeção, eu morro de medo...” (Companheira/ Família Banana)

Em casos mais simples como gripes e resfriados algumas das famílias mencionaram que trazem medicação de Manaus ou recorrem às plantas medicinais para preparação de remédios caseiros.

“Quando eu vim de lá [Manaus] eu trouxe um monte de paracetamol e um bocado de remédio para gripe.” (Esposa/ Família Farinha)

“Eu vou me arrumando por aqui. Às vezes eu pego um xarope, é verdade. Mas, eu faço aquele com gengibre, limão, remédio caseiro mesmo e tomo. Um dia, graças a Deus, às vezes um hortelãzinho com mel, eu tomo e pronto!” (Companheira/ Família Banana)

De acordo com os relatos apenas exames simples, vacinação e medicação para vermes são disponibilizados no posto de saúde, inaugurado em 2004, porque são serviços prestados por atendentes que os recebem satisfatoriamente, mas as famílias reclamam da falta de médicos.

“Eles não atendem muito bem a gente não... Os atendentes sim, mas os médicos não atendem... A gente vai ao médico para explicar o que a gente tem, ele nem olha para gente e já vai passando remédio. A gente não consegue contar o que a gente sente. O pessoal que trabalha lá atende a gente bem...” (Filha/ Família Farinha)

“Eu já fui lá duas vezes para tomar vacina para gripe. Fui bem atendida pelo pessoal que tá lá.” (Esposa/ Família Farinha)

“O atendimento médico era mais útil para nós aqui dentro... Porque só vem de quinze em quinze dias. O exame de vista não tem. A não ser um mutirão que teve na campanha [eleitoral]. Tirando isso aí, não tem. Tratamento bucal agora que tá tendo, mas ainda tá devagar também. Na escola aí era para ter um médico para atender as crianças...” (Marido/ Família Açaí)

“Direto mesmo eu acho que foi esse ano. Tem dia que toda terça-feira da semana tem médico aí agora. Acho que foi esse ano mesmo [2008]. Agora, eu acho que tem uns três meses que tem médico...” (Marido/ Família Pé-de-Moleque)

“Médico era uma vez por mês. E outra coisa, que eu sempre digo assim: - Esse posto médico... Eu tava conversando com a Doutora e eu disse: - Doutora, aqui devia ter um ginecologista, não é? Porque tem a enfermeira que faz o preventivo, que vai para Manaus, e ainda temos que esperar a boa vontade... Aí quando chega, passa num Clínico Geral. Tem que ser com um especialista, eu acho... Tinha que ter um oftalmologista.” (Esposa/ Família Pé-de-Moleque)

“O que falta é mais médico. De repente, a gente tem um problema mais grave... Sem exagero, era para ter um médico de plantão aí. (Marido/ família Banana) Exame de malária eles fazem. Preventivo faz aí também, graças a Deus... Para tratamento dentário nunca mais ouvi os meninos dizerem que tem... Só para médico...” (Companheira/ Família Banana)

Quanto ao serviço odontológico prestado no posto de saúde, as famílias relatam que não é suficiente para suprir suas necessidades.

“No posto faz exame de malária e ele tem um equipamento completo para extração de dentes, essas coisas... Mas, só que nunca teve um dentista para vir e utilizar esse material.” (Filho/ Família Laranja)

“Toda terça-feira tem médico e toda quarta-feira tem dentista... Fora esses dias somente a Dona Janete, a agente de saúde, está lá. Ficaram os meninos da malária também. Vacinação tem no dia que tem o médico. Tem que marcar o médico, aí tem vacinação. Acho que deveria ter um ambulatório mais equipado, para já fazer exame de sangue aí... Já todo equipado mesmo...” (Filha/ Família Hortaliça)

Os atendimentos de emergência são feitos em Hospitais e Pronto-Socorros da sede do município, uma vez que a unidade básica de saúde existente no ramal não dispõe de condições para prestar um pronto-atendimento aos assentados em situações graves. Os depoimentos revelam o abandono ao qual estão sujeitos em situações que envolvem acidentes de trabalho ou ataque de animais peçonhentos, pois há falta de ambulância para realização de transporte nos casos de emergência. Nessas situações as famílias precisam recorrer a favores de vizinhos para conseguirem se locomover e receber o atendimento necessário em Manaus.

“Se alguém tiver talvez a sorte de cair, qualquer coisa, uma ferrada de cobra, o que seja... Um golpe de terçado, ou um golpe de machado, o que seja... Não tem transporte. Se não tiver um companheiro com um carro aí, ele vai passar uma pena, porque não tem um coletivo. Ninguém sabe quando vai acontecer um desastre e nem ninguém sabe quando vai cair doente não é?” (Marido/ Família Laranja)

“Ela [esposa] se acidentou aqui dentro, quebrou uma perna... Se não fosse o vizinho, o representante da comunidade tinha sido difícil para nós. Ainda bem que ele tava aí e socorreu a gente. Ela passou esses seis meses com a perna engessada...” (Marido/ Família Açai)

“Quando minha filha mais nova tinha algum problema tinha que correr para Manaus... E a dificuldade era devida não ter nem um ônibus aqui. O ônibus entrou aqui em 1998, não foi, bem? Sempre precário como é até hoje...” (Esposa/ Família Pé-de-Moleque)

“Teve um tempo que tinha a promessa de uma ambulância nova que nunca chegou... Aí quando não tinha como levar lá ao Posto para pessoa saber o quê que tinha, aí tinha que ir lá avisar que a atendente ligava para Manaus do orelhão, aí a ambulância vinha pegar, mas demorava muito...” (Filha/ Família Hortaliça)

“O sufoco maior foi quando uma cobra picou o meu filho... Aí eu o peguei, levei nas costas, saí por aqui [mostra o caminho]. Aí nesse tempo tinha um postozinho lá no outro ramal. Aí fui segurando ele nas costas, que não sabia nem para onde... Aí eu cheguei ao posto de saúde, nem calmante tinha. E aí o menino tava provocando... Aí a mulher que tava no posto disse: Olha, eu tenho um colega lá na frente de casa que ele tem carro. Poxa passou um cara na bicicleta, eu fui pedi para ir lá, e ele veio... Saímos no carro, chegamos lá na barreira, conversamos lá com o soldado. O soldado pegou a ambulância e seguimos. Fomos ao Tropical. Outra vez, esse meu filho mais novo tava em cima da prensa soltando papagaio, aí caiu e quebrou o braço. A gente foi de ônibus, com ele sangrando... Chegou lá, operaram o braço dele. Botaram um ferro. Ainda teve o acidente do galho comigo... Faz tempo... Tá com oito anos. Ainda bem que o dono desse terreno que eu tava trabalhando, não demorou nada chegou com o carro e, me levou ao 28 de Agosto [Pronto-Socorro] e não tinha nenhuma máquina de raio X funcionando... Até que nós fomos para uma clínica... Daí vem a história toda, passei um sufoco..”. (Marido/ Família Banana)

Outras reivindicações como a presença diária de médicos e dentistas no posto de saúde, a disponibilidade permanente de uma ambulância para deslocamentos emergenciais para Manaus foram recorrentemente citados pelas famílias.

“Ampliar o posto com médico, que médico só tá vindo parece de 15 em 15 dias... Só nas terças-feiras. Tem muito serviço dentário que não é feito, mas o material tá lá...” (Filho/ Família Laranja)

“É preciso médico para atender o pessoal. Pelo menos de dois em dois dias. Um dia sim e outro não... Mas, só vem uma vez por semana e quando vem. Às vezes uma vez no mês.” (Esposa/ Família Farinha)

“Tinha que ter uma ambulância. Um dia desses a cobra mordeu um menino aqui dentro, os meninos saíram arrastando ele a pé. Coitado... Até chegar lá no posto médico e foi lá que ligaram pra ambulância. Puseram dificuldade, não queriam vir, e o veneno tomando conta... Pois é... E outro, que coitado, saiu foi daqui foi para Manaus, e chegou lá morreu porque não deu mais tempo...” (Esposa/ Família Pé-de-Moleque)

“Falta também ambulância... Nós aqui pelo menos temos telefone e quem não tem?” (Marido/ Família Banana)

“Se tivesse uma ambulância, para o caso de emergência, assim, que Deus o livre, a gente adoecer, aconteça alguma coisa mais grave... Não tem uma ambulância que leve a gente para Manaus.” (Companheira/ Família Banana)

O conjunto de relatos das famílias assentadas demonstra as imensas dificuldades enfrentadas e as tentativas em produzir, comprovando sua luta para permanecer no Assentamento apesar das adversidades.

9. A produção familiar: cotidiano e redes de solidariedade

No espaço rural, especificamente na área de Assentamento, cada família corresponde a uma unidade de produção. Tal unidade sustenta uma rede de relações sociais diversificadas que extrapolam as relações de trabalho. Os estudos de Carneiro (2008, p. 258) demonstram que a unidade de produção familiar corresponde a:

[...] Inter-relação entre os domínios do parentesco e do trabalho. É desta inter-relação que resultam os princípios que orientam as relações sociais e que, ao serem identificados, permitem aprender a lógica de atuação dos indivíduos, seja na unidade familiar ou na de produção. Aqui, é importante enfatizar que o significado da dinâmica das relações familiares não pode ser buscado de maneira isolada, seja no sistema de parentesco, seja na racionalidade econômica ou na divisão do trabalho. [...] Cabe também registrar que a unidade familiar não se limita ao grupo de pessoas formado por laços de aliança ou consanguinidade; ela deve ser percebida também como um valor (próximo a um “sentimento de identidade”) que integra seus membros, dando sentido as suas relações e informando as estratégias coletivas e individuais. Portanto, para entendermos a dinâmica de reprodução da agricultura familiar, é fundamental que se direcione o olhar também para os indivíduos e os valores que orientam as suas ações e projetos dentro e fora da família.

O cotidiano vivenciado pelas famílias assentadas funda-se na atividade agrícola, que não se subordina somente à produção e/ou rentabilidade econômica, mas envolve o conjunto de relações no interior da unidade doméstica e aquelas vividas com outras famílias através das redes de ajuda mútua e das ações coletivas na associação.

A rotina da Família Laranja consiste em acordar às seis horas da manhã para tomar café e, em seguida, o marido vai para roça, capinar, colher laranja e pimenta-do-reino enquanto a esposa cuida das tarefas domésticas como limpar a casa, lavar roupa e preparar a refeição, servida às 12 horas.

“A pimenta-do-reino fica espalhada ali na lona, espalhada para secar de novo... E quando me animo eu arranco macaxeira para de noite fazer a farinha da semana. Tinha que cortar à noite, porque ia fazer essa macaxeira às quatro da tarde, ainda tinha que organizar pela manhã que senão ninguém terminava de descascar, lavar, e botar na gamela que é para ela amolecer, que a farinha é toco mole. Depois que ela tá ficando azeda, eu amarro a mesma quantidade, descasco, lavo, aí levo para o motor e passo ela todinha no processador... Aí boto na peça e no outro dia eu torro. A mulher vai para peneirar e eu vou para torrar. Essa farinha eu fiz aqui. Tá com uns três meses que eu fiz um saco de farinha. Fiz quase dois sacos e dei uma parte para a minha filha e para o meu filho que moram por aqui e, assim a gente divide. Fiquei com esse tamborzinho cheio aí e a outra parte foi para a cidade, lá para meu filho mais novo. Ainda tem um pouquinho e tai se estragando, dois anos”. (Marido)

“Minha rotina é fácil... Amanheço o dia eu vou varrer a casa, às vezes vou lá pela horta buscar verdura, catar uma pimenta, aí venho repousar ainda... Fico arrancando um capim por ali, por acolá... Se ele não precisa de ajuda, venho embora colocar comida no fogo, lavar uma roupa.” (Esposa)

Observa-se nesse contexto que as atividades de plantio e colheita são realizadas predominantemente pelo marido e o trabalho da esposa, em sua maior parte, é destinado às tarefas domésticas. Nas raras situações em que vai ao trabalho com o marido, sua atividade é vista por ela própria enquanto “ajuda”, uma vez que por problemas de saúde não pode mais realizar esse tipo de esforço físico.

Segundo os estudos de Carneiro (2008, p. 261) essa é uma situação comum, pois “[...] no contexto da agricultura familiar, no qual a mulher está inserida numa estrutura familiar que integra ao mesmo tempo as relações de parentesco e as de produção, o trabalho da mulher é geralmente qualificado como uma “ajuda”, ou seja, não é visto como “trabalho”.

Contudo, essa situação não se repete na mesma proporção nas demais famílias estudadas nas quais, apesar da invisibilidade de seu trabalho, as mulheres exercem funções diversificadas no cotidiano.

Após o almoço a família descansa até às 15 horas e em seguida, parte para a limpeza do terreno para retirada de resíduos que o marido pela manhã tirou da plantação. A partir das 17 horas o casal encerra as atividades para tomar banho e conversar um pouco na varanda ou ir às casas dos filhos situadas ao lado e à frente do seu lote no ramal principal do Assentamento. Geralmente as visitas às casas dos filhos são feitas pela esposa, que deve caminhar diariamente por recomendação médica. Por volta das 18h30min, ela retorna para casa para servir o jantar e o casal assiste junto ao jornal e às novelas. Costumam dormir por volta das 22 horas. A família é católica e frequenta a Igreja Nossa Senhora Aparecida situada no ramal.

“Eu paro assim, não tem descanso não. Quando dá meio-dia e a mulher avisa: O almoço tá pronto. Aí a gente acaba de comer e continua. E se por acaso a gente não tiver mais descascando a macaxeira, lava a mão, vai lá e almoça, descansa ali um pouquinho e pega outro serviço, se for para tirar lenha, ou que seja para torrar ou que seja pra descascar, que seja para fazer outro tipo de serviço.” (Marido)

“Quando eu estou boa de saúde às vezes vou capinar no terreiro alguma coisa, e quando eu não estou eu fico por aqui sentada, às vezes pensando, tomo uma pílula e me deito por ali um pouco... Essa é a rotina do dia... Aí o dia termina, pronto [...]. Depois daquela novela da hora que nós estávamos conversando... Pantanal... É que nós vamos dormir. Tem muitas vezes que ele se deita e eu fico sentada só espiando.” (Esposa)

Como marido e esposa têm aposentadoria de agricultores, esses rendimentos são complementados pela venda da produção de laranja e pimenta-do-reino.

A Família Farinha desperta às seis horas da manhã e trabalha até às 12 horas. Caso o sol esteja muito forte, ou ao sinal de temporal, há suspensão do trabalho. A mãe afirma categoricamente que não gosta de realizar atividades domésticas e que prefere o trabalho da roça, como limpar o terreno e capinar para preparar a terra e preparar a farinha, desde a extração da mandioca até o trabalho ao forno.

A filha mais velha reside em um lote próximo ao da mãe e trabalha como doméstica no entorno do Assentamento e, durante suas folgas, vai à casa da mãe auxiliar nas tarefas domésticas e principalmente no preparo das refeições. A limpeza e a arrumação da casa estão sob a responsabilidade de todos os membros indistintamente.

“Desde a hora que eu me acordo, me levanto, faço o café da manhã, aí depois eu faço o almoço. Quando a minha filha tá aqui, ela toma conta da cozinha. Ela faz o almoço pra mim, e eu vou fazer o que tem para fazer: vou capinar, vou cuidar da mandioca, aí eu prefiro deixar ela fazendo a comida e ir trabalhar... Eu gosto de trabalhar aqui... Capinar, plantar maniva [mandioca], como eu gosto... Aí eu gosto de tá fazer para preencher o tempo. Quando eu estou trabalhando, aí se eu to capinando, eu olho assim para frente e digo: - Eu tenho que chegar ali... E eu capino com a enxada... Aí eu capino, capino olho, eu já estou perto.” (Esposa)

O lote da família Farinha está em nome da esposa e o título definitivo foi expedido em 2002, após a morte do marido. Quando estava vivo, a esposa participava da lida na roça com a mesma intensidade e tempo que o marido. Essa especificidade do trabalho da esposa na roça evidencia o avanço da atividade da mulher extrapolando as tarefas domésticas, como ocorre na família Laranja. Os estudos de Rua e Abramovay (2000, p. 160) mostram a atuação das mulheres em diversos assentamentos no país:

As mulheres são responsáveis por muitas tarefas que têm um grande peso nas atividades produtivas, por exemplo, capinar, cortar e debulhar o feijão, plantar a roça [...], colher e raspar mandioca, tirar leite de vacas e cabras e fazer o queijo, cuidar de porcos e galinhas, carpir, limpar, plantar, principalmente na época de safra, na colheita de arroz, etc. [...] Mesmo diante do fato de que as mulheres atuam em todas as atividades do campo, os discursos de ambos os sexos permanecem caracterizando o trabalho feminino como uma ajuda, porque a responsabilidade pelas atividades econômicas é sempre masculina, na decisão do que plantar ou na comercialização da produção.

A divisão de tarefas domésticas com a filha, como se registra na Família Farinha, torna-se possível, como observa Sarti (2002, p.30) “pela mobilização cotidiana de uma rede familiar que ultrapassa os limites da casa. Tal como acontece o deslocamento dos papéis masculinos, os papéis femininos, na impossibilidade de serem exercidos pela mãe-esposadona de casa, são igualmente transferidos para outras mulheres, de fora ou de dentro da unidade doméstica.”

Em outro estudo sobre essa cooperação Sarti (2004, p.204) observa que:

A família pobre, constituindo-se em rede, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, configura uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, ao atá-los à sua própria lógica e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos.

Após um breve descanso todos retornam às atividades das 14 às 17 horas quando tomam banho para jantar. Em seguida assistem ao noticiário na televisão e às 21 horas se recolhem.

“A gente trabalha pela parte da manhã e vem almoçar. Quando o sol está quente eu não... Eu não aguento o sol... Só depois que maneira o sol é que eu vou. Por mais que os outros voltem para o serviço, eu demoro sempre mais para voltar. Quando não, tem vez que a gente vai três e meia por causa do sol que está muito quente. Eu não deixo ninguém ir... Se por acaso o sol esquenta muito eu saio do sol e mando quem tiver trabalhando, nem que eu esteja pagando uma diária para aquela pessoa: - Não, não, sai do sol que esse sol aí faz mal pra gente. Vai adoecer... Aí eles saem... Vem beber água, sai do sol, entra aqui na sombra. A gente fica na sombra. Aí eu os faço sair... Se vir uma chuva eu digo: Olha, lá vem a chuva... Vamos embora que estamos com o corpo quente, eu não quero pegar chuva não. Se eu ouvir um trovão, hum...” (Esposa)

A renda mensal da família resulta da pensão deixada pelo marido e o restante da renda é proveniente da venda de farinha em Manaus, cujo valor não é fixo, dependendo da quantidade produzida e é levado para comercialização pelo vizinho. Aumentando a quantidade de farinha a produzir, há contratação de vizinhos em regime de diária para auxiliar

no preparo, como levar a mandioca ao triturador, colocar na prensa para secagem, peneirar a massa e torr -la. A Família   católica e frequenta a Igreja Nossa Senhora de Fátima, situada na localidade.

A rotina da Família Açaí consiste em acordar às 5h30min da manhã, uma vez que os filhos mais novos estudam no horário matutino e devem estar até 6h30min na vicinal para aguardar o transporte escolar. Após tomar café, o marido se dirige ao viveiro de peixes para alimentá-los e, em seguida, vai para a lavoura limpar o entorno da planta o de hortaliças e verduras, bem como roçar e limpar o terreno para outros cultivos.

Enquanto isso, a esposa cuida da rotina doméstica com a participa o das filhas uma vez que elas estudam no turno vespertino. A família almoça por volta das 11 horas quando os filhos mais novos retornam da escola.

Ao terminar a refei o, todos descansam em redes em um barracão construído ao lado da casa e, por volta das 14 horas, o marido retorna ao roçado, contando nesse momento com a participa o dos filhos na horta.

“  muita correria. De vez em quando cuido do viveirinho de peixe. Eu vou tratar dos peixes. Quando eu volto de l  vou para hortaliça e, aí da hortaliça tiro umas plantas l  do roçado que a gente tem. Nós almo amos às 11 horas, 11h30min e para uma hora, duas horas, porque o sol   muito quente. A gente retorna de novo às duas horas e meado. Se puder, completamos o trabalho   noite porque o dia   curto ainda...” (Marido)

A esposa afirma que o trabalho   dividido também no manuseio da roupa, uma filha lava e a outra passa, ficando assim as tarefas domésticas ao encargo das mulheres.  s 17h30min toda a família segue para a horta para reg -la e capinar quaisquer vestígios de mato ou ervas daninhas na planta o que, segundo o marido, brotam da terra com muita rapidez em razão do adubo orgânico utilizado, exigindo assim cuidado diário.

“Os meninos estudam até meio-dia. De meio-dia   tarde eles vão ajudar o pai deles aí. Mexer na horta, fazer algum trabalho aí. As meninas ajudam aqui em casa. Antes de sair elas ajudam... Quando chega   tarde, o que eu não tenho feito, elas ajeitam, como fazer uma comida, limpar a casa, fazer o almoço... Aqui o serviço   dividido. Uma lava a roupa, a outra passa. De manhã, uma faz comida, depois a outra vai fazer. Na parte da tarde outra faz a janta...   assim... A gente divide o trabalho. Dividido.” (Esposa)

Percebe-se na fala da esposa que a divisão do trabalho   restrito às tarefas domésticas que ficam exclusivamente a cargo das mulheres e que a realiza o com essas atividades  , de fato, uma obriga o feminina. Nesse contexto, identifica-se que a distribui o das ocupa o

de pais/filhos e mães/filhas corresponde à divisão de tarefas entre aquelas que são “do lar” e aquelas que são “da produção”.

O estudo de Sarti (2005, p. 96) sobre essa questão demonstra que “no caso da mulher, a idéia de trabalhar para a família contribui para uma valorização do trabalho doméstico e lhe dá o sentido necessário para sua identificação com essa atividade, como contrapartida da atividade masculina do provedor.”

O trabalho doméstico nessa conjuntura é um trabalho invisível que “é definido socialmente como um jeito de ser mulher, sempre enredado nas lides domésticas; e como essas tarefas não se expressam em relações monetárias, são esquecidas e desvalorizadas pela sociedade” (Sarti,1997, p.160). Assim, o serviço doméstico é visto como normal e comum, tanto quanto o fato das mulheres serem responsáveis pela criação dos filhos e pelo acompanhamento de sua vida escolar.

Finalizadas as atividades agrícolas, todos voltam para casa para tomar banho e aguardar o preparo do jantar servido às 19 horas. Após o jantar conversam sobre o dia, fazem orações juntos, tocam hinos no teclado da família localizado na sala e, às 21 horas, se recolhem para dormir. Conforme a necessidade da ASSAGRI, à qual a Família Açaí é associada, o marido interrompe sua rotina para participar de mutirão, que ocorre em média uma vez por semana.

Desde que se associou à ASSAGRI, em 2007, a família passou a produzir pepino, alface e cheiro verde para comercializar na Feira do Produtor na Grande Circular, Zona Leste de Manaus enquanto não iniciava a produção do açaí. A família possui ainda uma pequena criação de peixes (matrinxã), cedidos pelo IDAM, cujo viveiro foi construído nos fundos do lote onde há um riacho represado para essa finalidade. Os peixes servem apenas para alimentação da família e não são comercializados.

A renda familiar é resultante da venda de hortaliças. Há também uma renda complementar decorrente do trabalho artesanal das filhas, que tecem roupas, bolsas e acessórios em crochê sob encomenda, comercializados na escola e levados pelo marido nos finais de semana em que vai à feira, para a casa dos irmãos em Manaus onde entregam aos compradores.

Segundo o marido, o papel da ASSAGRI enquanto organização nasceu da insatisfação de um grupo de agricultores em busca de assistência técnica e de cursos de formação junto ao poder público objetivando soluções para os problemas até então não resolvidos pelo INCRA-AM e demais associações de vários ramais.

“E agora eu estou envolvido com esse grupo de horta. Então, para nós aqui tá sendo muito importante o grupo de horta... Faz uns dois anos mais ou menos. Tem uns companheiros que tem ficado a frente disso aí. Então, tem sido um estímulo junto aí para nós podermos nos firmar aqui dentro. Tem incentivado muito os companheiros, tem uma produção que chega rápido, já conseguimos transporte pela SEPROR. Essa parte tá ajudando a gente. É uma coisa que dá para nós levarmos. Agora a gente tem é que ampliar mais ainda as verduras, as hortaliças. A venda nós temos. Nós levamos direto para feira do produtor, dá muito bem para vender lá. Nós conseguimos vaga lá, estamos cadastrados naquele setor. Então isso aí tá bom para nós. O que tá faltando é produção suficiente no momento, porque nós não temos condição de investir. Mas, se tiver produção, a produção que a gente levar, vende.” (Marido)

A Família Pé-de-Moleque costuma acordar às 5h30min e os netos vão para a escola. O marido levanta primeiro, alimenta as galinhas, faz o café e o mingau dos netos e vai para a roça. A esposa não participa mais do trabalho na roça devido a problemas de saúde, mas às 06h30min se dirige ao ramal, em frente à casa, para levar os netos e aguardar a chegada do transporte escolar. Depois lava roupa e prepara o almoço e à tarde participa com o marido das etapas de produção do pé-de-moleque.

“É mais ele que faz mais porque ele que vai pra roça e agora eu não vou mais muito para lá... Ele dá milho para as galinhas e faz o café [risos]. Eu lavo. Passar roupa eu não passo [risos]... Devido esse problema de rim eu deixei de passar roupa porque é muita quentura...” (Esposa)

Para elaborar seu produto, a Família Pé-de-Moleque começa sua jornada de preparação na segunda-feira de cada semana quando colhem a mandioca, descascam-na e deixam de molho durante dois dias para depurar a resina e os componentes tóxicos da mesma. Na quinta-feira à tarde, passam a mandioca no triturador e, em seguida, adicionam os demais ingredientes para fazer a mistura que resultará na massa do pé-de-moleque. O pé-de-moleque no Amazonas possui sabor, tamanho e consistência diferente do pé-de-moleque que se costuma consumir em outras regiões do país, feito com amendoim e industrializado em larga escala.

Enquanto o marido faz a mistura da massa e a divide em pequenos bolos que passarão pelo molde, a esposa separa as folhas da bananeira que constituirão o invólucro do pé-de-moleque e limpa o forno onde os mesmos serão assados. Esse trabalho de preparação se encerra por volta das 19 horas da quinta-feira.

Na sexta-feira pela manhã o marido leva na bicicleta 20 pés-de-moleque para venda no comércio mais próximo da casa. Outra parte da produção é comercializada na entrada do assentamento em um comércio bastante conhecido pelos moradores da área. O restante da

produção, cerca de 60 pés-de-moleque, é acondicionado em uma grande caixa de isopor que a esposa carrega para Manaus e vende ainda na sexta-feira e no sábado e aproveita a estada na cidade para participar do culto na Igreja Assembléia de Deus, enquanto o marido afirma que vai à Igreja raramente.

“A gente vai de manhã, logo cedo. O ônibus passa às 06: 30 h e passa na casa branca [comércio] para fazer entrega. Aí entrega mais sessenta ali para o outro comerciante do ramal e ela já vai de ônibus. Eu vou entregar de bicicleta ali... É o transporte [risos]. Ela vai para Manaus. Às vezes eu vou... Toda sexta eu ia também, só que agora tá melhor dela ir, porque ela vai para igreja de manhã. Então ela vai sábado à igreja, aproveita e fica lá. Eu fico aqui, cuidando da casa e dos meninos (risos).” (Marido)

“Eu desço ali na estrada da Cidade Nova, pego outro ônibus para o bairro do Alvorada. Aí chego lá no Alvorada tem encomenda de dez pés-de-moleque. Aí eu vou deixar no sábado em um café regional aí. E o resto, eu saio vendendo de casa em casa à noite e tenho uma freguesa que vende no café da manhã dela lá na Praça da Alimentação do Dom Pedro. E o resto, eu saio vendendo de casa em casa, ou então o pessoal já conhece e vai lá a casa comprar...”(Esposa)

No domingo a esposa retorna pela manhã para o assentamento para retomar a rotina que se inicia novamente na segunda-feira seguinte. A renda mensal da família é resultante da venda de pé-de-moleque e do benefício da bolsa-escola concedida aos netos do casal.

A Família Hortaliça inicia suas atividades às 5h30min da manhã quando acorda para tomar café e a filha leva os filhos menores até o ônibus escolar às 6h15min. A esposa inicia os serviços domésticos com a participação da filha e o marido se dirige à horta para regá-la e fazer a limpeza do local, e por volta das 9h recebe o reforço nos trabalhos com a chegada da esposa à horta.

O casal mora com a filha mais velha juntamente com cinco filhos de 5, 10, 12, 16 e 18 anos. Segundo relato da esposa, a neta mais nova está cursando educação infantil, dois netos estão cursando a 1ª e 3ª série do ensino fundamental e os dois netos mais velhos estão matriculados no 1º ano do ensino médio, assim como a filha do casal.

“A gente vai capinar de manhã, e vamos meio-dia ajeitar a horta porque aqui é muita coisa para pouca gente, para poucas pessoas trabalhar. Então é muita coisa para nós sozinhos darmos conta... Aqui ninguém tira pouquinho coisa, mas toda quinta-feira a gente tira um negócio daqui, outro dali... Quando é quinta-feira e sexta-feira é um corre-corre, e nunca vão todas as coisas porque na hora não dá tempo para fazer. Aí então quando é dia de sexta a gente tem que sair cedo. Mas, graças a Deus a gente tem as coisinhas da gente aqui...” (Marido)

O preparo das refeições é feito pela filha que se responsabiliza pela cozinha na ausência dos pais que estão na horta. Às 12 horas o almoço é servido tão logo as crianças retornam da escola. Após o almoço, o casal e a filha se dirigem à varanda coberta para assistir ao Jornal da Tarde na TV acompanhar os acontecimentos no município e no Estado.

A neta mais velha é responsável pela lavagem de roupa dos membros da família e o faz nos fundos do lote em um riacho que se localiza aproximadamente a 200 metros da casa, onde também se toma banho. A partir das 15 horas os pais retornam às atividades na horta.

Às 18 horas o casal encerra as atividades na horta e volta para casa. Às 18h30min é servido o jantar. Às 19 horas os pais, filha e netos se reúnem em torno da TV para assistir ao noticiário e aproximadamente às 21horas se recolhem para dormir.

A família participa desde 2005 da ASSAGRI e ao longo desse tempo em que estão associados à entidade, passaram a produzir hortaliças e receberam do IDAM seis milheiros de peixes matrinxã, ainda em fase de crescimento, mas dois milheiros de peixes já se perderam após chuvas torrenciais que fazem transbordar a barragem construída para a criação de peixes.

“Minha esposa que inventou isso, essa horta aí, e ainda dobrou tudo. Aí a gente está todo dia cuidando, ainda acontece o que acontece se demorar e passar um dia, aí tem a dificuldade maior aqui que é essa. Agora a gente trabalha também com pepino e muitas outras atividades aí... Pimenta de cheiro... Tem um bocado de atividadezinha, mas isso é coisa pouca. Mas, a atividade mesmo é a cebola, o cheiro verde e pimenta agora. A gente tem um viveiro ali atrás. Aí tem uns peixinhos lá. Botei seis mil peixes ali dentro, agora não sei se tem pelo menos quatro [risos]. Outro dia deu uma chuva tão forte aqui que alagou tudo. Quando cheguei, já tava só marronzão d’ água. Se cobrir só por cima, não tem perigo de eles saírem. O problema é levar a barragem... Mas, se cobrir por cima não sai, pois quando vem a água, sobe assim, depois senta. Aí não sai. Por isso que não saiu o peixe, porque a água que tinha lá dava para sair, mas graças a Deus tá lá. É o peixe que aperreia a gente, mas todo mundo tá batalhando. Agora vou ver se coloco mais um bocado aí e, a gente vai levando...” (Marido)

Quanto à vinculação à ASSAGRI, tanto o marido quanto a esposa afirmam que o trabalho junto à entidade proporcionou-lhes maior estímulo para permanecer no lote, uma vez que a produção contínua e o transporte conseguido pela Associação junto à SEPROR assegurou-lhes uma renda mínima fixa para sobreviver.

“Aí foi o tempo que a gente começou com esse grupo e agora estamos trabalhando essa atividade, foi quando a gente conseguiu um transporte para pegar material. Formamos essa cooperativa... A gente começou a fazer trabalho de mutirão. Aí foi um daqui, veio outro dacolá e nós fizemos grupo de associados de cinco famílias. Aí um foi animando um, animando outro, o outro foi animando outro e sei que assim a gente foi andando. Fomos andando, daí foi aumentando... As doutoras da EMBRAPA conseguiram

fazer um viveiro. Escolhemos o local todinho e aí se tornava mais fácil de fazer as mudas. Por que nós fizemos o viveiro lá... Por causa do acesso, que fica na principal. Aí tem todo acesso para fazer. Ficou mais distante da nossa casa aqui, mas pelo acesso ficou melhor para trazer muda, para trazer semente, ficou mais fácil lá. Então foi aumentando as pessoas, foram incentivando... Se não fosse isso eu não sei como a gente tava... Já vai tudo direto para feira do produtor.” (Marido)

A rotina é interrompida uma vez por semana, às quartas-feiras, quando o marido participa dos mutirões da ASSAGRI e uma vez a cada mês, ele, a esposa e a filha participam de assembléia da entidade, de cuja diretoria a esposa e a filha fazem parte, como tesoureira e secretária respectivamente.

“Amanhã, por exemplo, eu vou sair, porque nós temos um compromisso com um mutirão. Aí quando um tá aperreado aqui a gente corre lá com oara, dá um jeito lá. O rapaz tá sem a casa dele que fizeram uma transação no projeto e foi uma luta para ele colocar um negócio. Pegaram um terreno do cara numa dificuldade, um terreno bem aí, fácil, ali perto num terreno bom... Ele morava lá nos fundo do terreno, longe. Nós fomos um dia carregar uma madeira do rapaz lá de onde tava a casa, lá para onde tá fazendo a outra, mais perto meia hora. Pegava no lombo umas três, quatro telhas nas costas e vagava no mato, por dentro, rasgando mato para chegar lá e o cara nunca tem essa casa aí. Se ele tivesse feito aí, hoje ele tava numa boa. Aí nós fomos e fizemos na semana passada. No mês passado nós fomos fazer um mutirão lá, mas só que era muito distante para carregar essa madeira de lá, para levar ao outro lote e ninguém conseguiu terminar o serviço direito. Mas, amanhã a gente vai terminar o serviço dele para ele vir para casa dele porque agora ele tá morando na casa de outra pessoa, jogado, porque ele desmanchou a casa de lá para fazer essa daqui, só que não deu tempo de fazer... Aí amanhã, se Deus quiser a gente vai concluir e se a gente cobrir ele já pode ficar embaixo.” (Marido)

A renda mensal da família é resultante da comercialização de cebolinha, cheiro verde e pimenta na Feira da Grande Circular, Zona Leste de Manaus e do benefício da bolsa-escola concedida aos netos mais novos.

“Agora eu vou trabalhar porque agora eu tenho como eu levar minha produção para Manaus, eu tenho a feira... Já vai direto para feira do produtor. Não tá indo tudo que se está produzindo agora indo para lá. Mas, levamos as coisas dos outros, um leva do outro, depois vai mais quatro, mais cinco. Então, tem aonde levar e tão produzindo mais.” (Marido)

A Família Banana acorda por volta das 4h30 da madrugada para preparar o café e a tapioca e em seguida acorda os filhos para o desjejum. Às 6 horas os filhos caminham cerca de um quilômetro para esperar o ônibus escolar e o marido segue para regar a horta e capinar até às 10 horas, quando suspende as atividades para descansar, pois depois de um acidente não

pode ficar exposto ao sol forte. Depois de descansar, dirige-se a um galpão ao lado da casa e prossegue o trabalho descascando mandioca à sombra.

“Eu acordo as cinco hora da manhã, assim como a senhora viu... Aquele horário. Aí quando é para eu ir para a horta, os meninos estão para aula. Daí, eu vou regar minha horta. Quando não vou para horta, eu vou para mandioca, vou capinar. O dia-a-dia é esse, até à hora de eu deitar de novo... Tenho meu horário de trabalho... Eu trabalho a partir das seis horas. Eu vou sempre esse horário, por causa do sol, até as 10 horas. Dez horas eu vou ara casa, aí duas horas eu começo de novo até as 04h30min da tarde. Esse horário, para não pegar o sol forte.” (Marido)

Após o almoço, o marido assiste ao jornal da tarde na TV, descansando até às 14 horas quando retorna ao trabalho até às 16 horas. Durante o período da tarde os filhos costumam acompanhar o pai nas atividades da horta.

“Vai todo mundo junto... Esse Leandro, que é filho do meu marido, o Leandro que tem doze anos, ele bota o caderno aí em cima e diz: Mãe vou ajudar o papai. Cadê o papai? Vou ajudar o papai... E aí só vem quatro ou cinco horas da tarde...” (Esposa)

A companheira cuida dos afazeres domésticos, como preparar as refeições, lavar roupas, louças e limpar a casa. Quando termina o serviço em casa costuma participar com o marido dos trabalhos da horta, capinando e limpando. Os afazeres domésticos são feitos por ela que recebe esporadicamente a “ajuda” do filho mais velho, ao qual recomenda que “ajude” o pai nos trabalhos na roça.

“Só eu mesmo e o meu filho mais velho... Às vezes ele ajuda lavando uma vasilha... Depois ele vai ajudar na horta, mas às vezes faz outra coisa e pergunta: - Quer ajuda em alguma coisa mamãe? Eu respondo: Enquanto eu tô aqui, vai ajudar teu pai...” (Esposa)

Quando há chuva forte, no período de inverno, a rotina é reorganizada.

“Ah, quando dá chuva forte, bem... Eu não vou pra chuva. Espero a chuva passar, aí quando a chuva modera um pouco eu vou... Eu vou trabalhar tirar as vassoura de bruxa que esse ano deu bem pouquinho... E limpar sempre [a horta]. Cuido mais da horta agora por causa da feira. Eu estou acabando aqui de raspar essa mandioca, aí eu vou dar uma arrumada na horta. Quando acabar ou passar... Aí o meu dia é isso. Desde às 5 h até às 4 horas...” (Marido)

A rotina da família à noite consiste em assistir TV, principalmente o noticiário. Aproximadamente às 20 horas todos já estão dormindo. Essa rotina só é interrompida durante

a realização dos mutirões da ASSAGRI, quando os associados se deslocam para outro lote num trabalho coletivo durante o dia todo, retornando à casa à noite. A renda mensal da família é resultante da venda de hortaliças na feira e do benefício da bolsa-escola concedida aos filhos do casal.

Depois que o marido passou a participar das atividades da ASSAGRI, há um ano aproximadamente, foi iniciado o cultivo de hortaliças como cheiro verde, chicória, couve e a família aguarda sementes para o plantio de alface. A introdução desse cultivo permitiu que a família se recuperasse gradativamente da frustração ocasionada pela perda da banana cultivada. A produção de hortaliças é organizada pelo marido e pela esposa e é coletada toda semana pelo caminhão da SEPROR para ser comercializada na Freira da Grande Circular na Zona Leste de Manaus durante o final de semana.

“A gente começou a plantar uma leira lá... Aí o cheiro verde eu sempre levo para a feira e levo cará, que eu tinha muito. Agora não, tudo ia para feira... O maracujá do mato que o pessoal gosta muito. E a couve, a chicória, é o que eu estou levando...” (Marido)

“Eu ajudo mais nesse negócio de tirar verdura, a fazer o maço de coentros, sou eu mais que o ajudo com os maços de coentros para levar para feira. Às vezes nós fazemos cinqüenta a setenta maços. Agora maracujá nós juntamos também para levar para a feira. Tudo a gente acha por aqui para ele levar... Tira o cacho da banana, corta assim uma palma, põe na caixa para ele levar para a feira também.” (Esposa)

O marido colhe ainda maracujá do mato e mandioca para produzir tucupi e vendê-lo junto com as hortaliças na referida feira às sextas-feiras e sábados, retornando ao assentamento no domingo. Quando há produção suficiente, o marido vai toda semana a Manaus. Sem produção, ele costuma ir à feira somente a cada 15 dias.

“O maracujá do mato que o pessoal gosta muito. E a couve, a chicória, é o que eu to levando. Tucupi, que eu tenho, ainda hoje eu vou cevar mandioca para fazer o tucupi... Quando tem produção bastante eu vou toda semana. Quando não tenho eu vou de 15 em 15 dias. Eu fui agora sexta-feira passada e vou agora nessa sexta-feira porque eu estou com cheiro verde que está bom de tirar. Aí na outra semana eu não vou... Porque o que eu plantei ainda tá pequeno.” (Marido)

A análise dos depoimentos evidencia que as famílias assentadas enfrentaram inúmeros obstáculos superados gradativamente graças a uma rede de relações e de solidariedade. Essa rede de relações envolve amigos, vizinhos e entidades que de maneira direta e indireta

colaboraram com as respectivas famílias no contexto e nos limites do Assentamento para o processo de consolidação das mesmas na área.

Nesse contexto, o mutirão, também chamado de ajuri - da língua tupi - na região amazônica, e que constitui em troca de dias de trabalho, é de fundamental importância. No caso das Famílias Açaí, Banana e Hortaliça, vinculadas à ASSAGRI, essa prática é constante, uma vez que há um regime de colaboração entre os associados na perspectiva de melhorar as condições de produção de todas as famílias.

Essa ajuda mútua ocorre uma vez por semana, de acordo com a necessidade de cada família e inclui limpeza de roça, plantio, construção de casas, galpões, viveiros para reprodução de mudas de plantas e quaisquer serviços que possam beneficiar as famílias envolvidas.

Além do mutirão, o regime de colaboração desenvolvido pelas famílias assentadas envolve uma teia de relações denominada por Barnes (1987, p. 161) de redes sociais.

[...] O conceito é útil na descrição e análise de processos políticos, classes sociais, relação entre um mercado e sua periferia, provisão de serviços e circulação de bens e informações num meio social não-estruturado, manutenção de normas e valores pela fofoca, diferenças estruturais entre sociedades tribais, rurais e urbanas, e assim por diante. Existe também uma ampla literatura sobre o uso da idéia de rede social no estudo de organizações industriais e pequenos grupos.

No contexto do Projeto de Assentamento Tarumã-Mirim, as famílias assentadas constituíram as chamadas redes parciais que, imbricadas entre si, produziram redes totais de relações que possibilitaram sua permanência no Assentamento a despeito das precárias condições de serviços públicos oferecidos.

A solidariedade, tecida no contexto da rede social estabelecida entre as famílias e vizinhos por ocasião das situações de emergência no âmbito do Assentamento, pode ser associada ao que Durkheim (1983, p. 55) define como solidariedade mecânica, uma vez que:

[...] Existem em nós duas consciências: uma contém apenas estados que são pessoais a cada um de nós e que nos caracterizam, enquanto que os estados que compreende a outra são comuns em toda sociedade. A primeira representa nossa personalidade individual e a constitui; a segunda representa o tipo coletivo, e, por conseguinte, a sociedade sem a qual ele não existiria. Quando é um dos elementos desta última que determina nossa conduta, não é vista de nosso interesse pessoal que agimos, mas perseguimos fins coletivos. Ora, se bem que distintas essas duas consciências são ligadas uma à outra, porque em suma são apenas uma, havendo para as duas um mesmo substrato orgânico. São, pois, solidárias. Disto resulta uma solidariedade sui generis que, nascida das semelhanças, liga diretamente o indivíduo à sociedade; [...]

Temos tenção de chamá-la mecânica. Esta solidariedade não consiste apenas num vínculo geral e indeterminado do indivíduo ao grupo, mas também torna harmônico o detalhe dos movimentos. Com efeito, como esses móveis coletivos são em toda parte os mesmos, em toda parte produzem os mesmos efeitos. Por conseguinte, cada vez que eles entram em jogo, as vontades movem-se espontaneamente e com o conjunto no mesmo sentido.

O conceito de Durkheim sobre solidariedade mecânica elucida a situação na qual ocorre a tessitura das redes sociais no Assentamento: as solidariedades se concatenam conforme a urgência, a necessidade entre iguais na busca de uma sobrevivência mais digna.

Por sua vez, a participação nas associações apresenta alguns problemas. Ao mesmo tempo em que os integrantes das famílias relatavam com empolgação sua participação nos mutirões, nas reuniões e decisões tomadas coletivamente na ASSAGRI, também teciam críticas sobre a atuação da Associação Agro-Comunitária de Moradores e Comunitários do Ramal do Pau Rosa, da qual participaram e se retiraram porque ela era omissa quanto aos problemas enfrentados pelos agricultores e, na sua opinião era uma entidade de “enfeite”.

Entre a criação da primeira associação comunitária na área em 1997 até a criação da ASSAGRI em 2005, surgiram mais quinze associações que disputam a participação das famílias em todo o Projeto de Assentamento, demonstrando a fragilidade desses movimentos que, de maneira fragmentada, estão vinculados às Federações e Confederações de Trabalhadores da Agricultura.

Os diversos relatos mostram as fragilidades dessas organizações que se esgarçam à medida em que somente se mobilizam em função de interesses específicos e de maneira transitória, para atender determinadas reivindicações, mas sem caráter de continuidade. Ao mesmo tempo, nota-se a ausência de uma instância mais ampla, como o MST, capaz de aglutinar e mobilizar as famílias para lutarem de modo mais organizado e coeso na defesa de seus interesses.

Apenas a ASSAGRI tem alguma atividade mais adequada às necessidades das famílias, já que, concretamente, tem como objeto de sua ação a produção e o escoamento da produção familiar.

A análise das narrativas indica que a ASSAGRI, associação mais recente no Assentamento, é a única entidade capaz de organizar, de maneira gradativa, ações para novas conquistas e, sobretudo, para colaborar na preservação das experiências que essas famílias trouxeram de seus locais de origem.

Foi essa experiência que propiciou às famílias assentadas, através de seu conjunto de conhecimentos e instrumentos, as condições para limpar suas roças, construir suas casas e

teimar em produzir, quase que indiferentes à omissão dos órgãos públicos responsáveis em assisti-los, pois, como afirma Thompson (1981, p. 16):

(...) A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. [...] O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados.

Pretendeu-se ao longo da pesquisa verificar e registrar a trajetória das famílias em seus diversos níveis de experiências vivenciadas no contexto do Assentamento. O conhecimento aqui construído tem caráter provisório e limitado pelo recorte delineado e requer continuidade de outras pesquisas para aprofundar melhor e se conhecerem as trajetórias daqueles que constroem o cotidiano dos assentamentos no estado do Amazonas.

Espera-se, ainda, ser provisória a dormência e o anestesiamiento do poder público, nas várias instâncias, que insiste em se omitir frente às necessidades dessas populações, desrespeitando sua cultura e experiência, que conforme Thompson (1981, p. 189) aponta:

[...] Verificamos que, com a “experiência” e “cultura”, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois, as pessoas não experimentam sua própria experiência como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos ou, (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre inúmeras partidas e chegadas, entre perdas e esperanças, as famílias assentadas, diversas em suas origens, vivenciaram os descaminhos da migração em uma região ainda desconhecida para muitos: a Amazônia.

A chegada ao Assentamento representou um novo começo, com abertura de novos horizontes de vida e de trabalho para a sobrevivência, bem como a tranquilidade da garantia da terra para o trabalho e da estabilidade perseguida durante anos.

As mudanças sofridas pelas famílias ao chegar ao Projeto de Assentamento, o enfrentamento das adversidades e intempéries que a natureza impôs, e as dificuldades para produzir, somadas à insuficiência dos serviços públicos oferecidos, desencadearam mecanismos de superação das dificuldades a partir da criação de redes de sociabilidade e solidariedade propiciadas pela vizinhança, com troca de favores e informações e tornou-se indispensável para vencer os inúmeros e intensos problemas do cotidiano.

Na perspectiva de superar os desafios, os laços sociais entre as famílias assentadas se estreitaram e através da constituição de associações comunitárias demandaram ao poder público sua presença e o cumprimento de seu papel enquanto mantenedor de políticas sociais no Assentamento.

O predomínio da insatisfação, presente nas narrativas referentes à assistência técnica, à produção, a escolas para os filhos e aos incipientes serviços de saúde, demonstra que a precária infraestrutura do ramal e as condições de acesso para se chegar aos lotes constitui uma luta permanente e determinante para que as famílias alcancem a ampliação das políticas governamentais, com o intuito de garantir seu bem estar que, de fato, é gradativamente construído em seu cotidiano, entre intermináveis picadas e trilhas.

Analisando-se os dados da literatura sobre assentamentos no Brasil, observou-se que, em comparação à realidade dos assentamentos, ora há aproximações, em função dos problemas comuns de acesso às políticas públicas, ora há grandes diferenças face ao desafio que a natureza impõe em meio à floresta, exigindo das famílias assentadas não somente capacidade de adaptação mas resistência física e psicológica para não se dobrar frente aos obstáculos e às enormes distâncias a percorrer.

Além dessas questões, cumpre destacar que os assentamentos rurais, em particular no estado do Amazonas, representam um novo espaço, ainda recente, a ser percebido e atendido pelo poder público e não somente no período das eleições, na disputa de votos pelos candidatos nas várias esferas do governo. Nesse período, a realização de mutirões de

oftalmologistas, dentistas e emissão de documentos demonstrou não somente uma conduta espúria dos pleiteantes ao cargo do executivo municipal, como evidenciou que os mesmos, equivocadamente, percebem os assentamentos como favelas rurais, território de indigentes, tal qual pensam as elites agrárias do país, responsáveis por um cenário onde há ainda grande concentração de terras para poucos, o que significa nenhuma terra para milhares de trabalhadores rurais que hoje engrossam as fileiras dos movimentos sociais organizados às margens de terras e rodovias Brasil afora, demandantes por uma reforma agrária que de fato lhes propicie terra para morar e plantar.

O fato de estar no Assentamento, de escolher o que plantar e definir o próprio horário de trabalho, ou seja, decidir o momento de começar e de encerrar a labuta diária, assegura relativa autonomia a essas famílias e se contrapõe às condições de outros trabalhadores rurais, que vivenciam a expropriação da terra e cujo trabalho assalariado e extenuante acarreta extremo cansaço e inúmeras doenças, como ocorre com os bóias-frias, explorados no corte da cana no interior do estado de São Paulo e em outras propriedades rurais.

Para que possam dar continuidade a suas expectativas em permanecer no Assentamento, é necessário um redimensionamento nas políticas públicas, uma vez que as famílias estão inseridas nas políticas sociais no que se refere à concessão da terra pelo poder público, mas encontram-se esquecidas no que diz respeito aos planos de atuação do Estado. Tal postura precisa ser revista urgentemente sob pena de tornar o Assentamento inviável na perspectiva da reforma agrária que se almeja.

A análise dos dados torna patente a permanente correlação de forças das famílias com o Estado, através de seus movimentos organizativos, e leva a considerar que é fundamental promover:

- a melhoria dos serviços de saúde, com atendimento médico-odontológico e laboratorial diário no posto de saúde do Assentamento, assim como a disponibilidade de ambulância para transporte emergencial de enfermos;
- a ampliação dos níveis de escolarização no Assentamento, consubstanciada nos princípios da Educação do Campo, contemplando as especificidades do meio rural e, conseqüentemente, a formação de crianças e adolescentes, para que possam contar com ampliação da produção agrícola familiar e com perspectiva de rendimentos adequados para manutenção da terra futuramente herdada dos pais;

- o planejamento de assistência técnica contínua às famílias assentadas, que atenda as especificidades exigidas pelas condições do solo, do clima e do relevo dos lotes demarcados na área de Assentamento;
- a recuperação e a ampliação das vicinais e vias secundárias que dão acesso aos lotes para assegurar o escoamento da produção e garantir transporte coletivo para a população que reside no Assentamento;
- a implantação do serviço de telefonia pública que diminua os problemas de comunicação entre o Assentamento e Manaus, facilitando a resolução de problemas que obrigam a saída das famílias rumo à cidade para verificação de documentos e de outros aspectos relacionados à produção;
- a instalação de um posto de atendimento do INCRA-AM, com a presença de técnicos agrícolas, assistentes sociais e serviço de psicologia comunitária, considerando a extensão geográfica do Projeto de Assentamento, a quantidade de famílias a atender e a complexidade de problemas lá existentes decorrentes da adaptação das famílias ao contexto de produção familiar;
- o fortalecimento e a convergência de diversos órgãos como EMBRAPA, SEMED, SEMSA, SEPROR/IDAM, Fundação do Instituto de Medicina Tropical, INPA, Universidade do Estado do Amazonas, Universidade Federal do Amazonas em conjunto com o INCRA, na perspectiva de construir, em articulação com os movimentos sociais organizados no Assentamento, projetos e ações que culminem com a melhoria dos serviços prestados à população local.

Tais expectativas, enunciadas nas narrativas, constituem um desafio para as instituições que prestam serviços no Projeto de Assentamento e para os integrantes das famílias que expressam a necessidade de serem reconhecidos como cidadãos que contribuem para a autonomia do estado do Amazonas, na produção de alimentos e na preservação do espaço rural enquanto espaço de vida.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de; COELHO, Jorge Arthur Peçanha de Miranda; VASCONCELOS, Tatiana Cristina. **As políticas públicas e os projetos de assentamento**. Natal: Revista Estudos de Psicologia. Volume 9 Nº 1, Jan/Abr 2004.

ALLEGRETTI, Mary. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

ARAÚJO, André Vidal de. **Introdução à sociologia da Amazônia**. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado do Amazonas/ EDUA, 2003.

ARAÚJO, N. Y. B. **O milagre dos manauaras: Zona Franca de Manaus**. RJ: Fundação Getúlio Vargas/IESAE, 1985.

ASSUNÇÃO, Ada. DIAS, Elizabeth. GUERRA, Cláudio. PRAIS, Hugo Alejandro . **Processo de trabalho e saúde dos trabalhadores na produção artesanal de carvão vegetal em Minas Gerais**. Cadernos de Saúde Pública. Volume 5. Rio de Janeiro: jan-fev/2002.

BARNES, J.A. Redes sociais e processo político. IN: BIANCO, Bela Feldman. **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. P. 159-189.

BIASOLI-ALVES, Zélia M. Pesquisando e intervindo com famílias de camadas sociais diversificadas. In: ALTHOFF, Coleta R. [et al]. **Pesquisando a família: olhares contemporâneos**. Florianópolis: Editora Papa - Livro, 2004.

BILAC, Elizabete Dória. Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. IN: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1991. P. 70-94.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. SP: Cia. Das Letras, 1994.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília, 1988.

BRASIL. **ESTATUTO DA TERRA**. Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. INCRA/CRUB/UNB. **I Censo da Reforma Agrária**. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. INCRA. **Informações do Projeto de Assentamento Tarumã-Mirim**. Manaus, 1999. 67 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. INCRA-AM/LUMIAR. **Diagnóstico Sócio-Ambiental do Projeto de Assentamento Tarumã - Mirim**. Manaus, 1999. 45 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. INCRA-AM. **RESOLUÇÃO Nº 184/1992**. Manaus: INCRA, 10/08/1992.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. SIPRA – **Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária**. Manaus: INCRA-AM, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas Anísio Teixeira. **PESQUISA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA**. Brasília: INEP, 2004.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Projeto RADAMBRASIL**. Brasília: Volume 18, 1978.

BRITO, Rosa Mendonça de. **100 anos UFAM**. Manaus: EDUA, 2009.

BUARQUE, Cristovam. **Universidade: crise como criação**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília: INEP, V. 66, Dez/1995.

CALDART, Roseli. Sobre Educação do Campo. IN: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação do Campo: campo - políticas públicas - educação**. Brasília: INCRA; MDA, 2008. P.67-86.

CARNEIRO, Maria José. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? IN: IN: COSTA, Luiz Flávio de C. FLEXOR, Georges. SANTOS, Raimundo. (Orgs.). **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica; EDUR, 2008.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. ALMEIDA, Paulo Henrique de. **Família e proteção social**. SP: Revista São Paulo em Perspectiva. Volume 17, Abr/Jun 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 4. Edição. – São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA, Selda Vale da. Por rios amazônicos: conversas epistolares com Nunes Pereira. IN: BASTOS, Élide Rugai. FREITAS PINTO, Renan. **Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: Valer, 2007.

COSTA, Francisco de Assis. **Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia**. Dossiê Amazônia Brasileira I. São Paulo: Revista de Estudos Avançado. Volume 19, Nº 53, Jan/Abr 2005.

DAVID, Maria Beatriz. WANIEZ, Philippe. BRUSTLEIN, Violette. Situação social e demográfica dos beneficiários da reforma agrária: um atlas. 1998. IN: MARINHO, Danilo ; ROSA, Sueli . SCHMIDT, Benício Viero (Orgs.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

DUHRAM, Eunice. **Família e Reprodução Humana**. In: Perspectivas antropológicas da mulher 3ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1983.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Coleção Os Pensadores. 2ª Edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983. P. 03-57.

FÁVERO, Maria de Lourdes. **Universidade e poder: análise crítica/fundamentos históricos**. Rio de Janeiro: Achimé, 1980.

FRAXE, Terezinha de J. P; NOBRE, Suzete; RAPOSO, Pedro H. C e WITKOSKI, Antonio Carlos. Memória e história oral: o surgimento das comunidades focais do PIATAM. IN: FRAXE, Terezinha; PEREIRA, Henrique; WITKOSKI, Antônio Carlos (Orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: memória, ethos e identidade**. Volume I. Manaus: EDUA, 2007.

_____ ; MEDEIROS, Carlos Moisés. Extensão rural e desenvolvimento sustentável no Amazonas. IN: **Agroecologia, extensão rural e sustentabilidade na Amazônia**. Manaus: Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

HOFLING, Eloisa Matos. **Estado e políticas sociais**. Campinas: Cadernos CEDES, Volume 21, Nº 55, Nov/2001.

IBGE. “**Censo Agro 2006: IBGE revela retrato do Brasil agrário**”. Informativo para a Imprensa: RJ, 30/09/2009.

IBGE. **Estatísticas do Registro Civil 2008**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2008/rc2008.pdf>> Acesso em: abr. 2010.

LEITE, Sérgio. O estudo dos assentamentos rurais e os parâmetros da ciência econômica. In: Romeiro, A. et al. (Orgs.). **Reforma agrária: produção, emprego e renda**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. CINTRÃO, Rosângela. HEREDIA, Beatriz. MEDEIROS, Leonilde, PALMEIRA, Moacir **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/ INCRA. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A família.** In: SHAPIRO, H. L. ET al. Homem, cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966.

_____. **O pensamento selvagem.** São Paulo: Companhia Editora Nacional/ EDUSP, 1970.

LIMA, Eli Napoleão de. MOREIRA, Roberto José. Identidade social e natureza: tensões entre saberes na assessoria técnica em assentamentos rurais. IN: COSTA, Luiz Flávio de C. FLEXOR, Georges. SANTOS, Raimundo. (Orgs.). **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares.** Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica; EDUR, 2008.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Direitos e projetos: uma leitura sobre a implantação de assentamentos no Sudeste do Pará. IN: Martins, José de Souza. **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARCONDES, G. do S. Recasamento formal no Brasil: alguns achados do Registro Civil. IN: **Textos Nepo.** Campinas: UNICAMP, Volume 58, set. 2008. P. 1-39

MARINHO, Danilo. ROSA, Sueli. SCHMIDT; Benício (Orgs.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo.** São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** Coleção Ciências Sociais 10. 3ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. (Org.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MASSELLI, Maria Cecília. **Extensão rural entre os sem-terra.** Piracicaba: Editora Unimep, 1998.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra.** SP: Editora Fundação Perseu Abramo – Coleção Brasil Urgente, 2003.

MORÉ, Carmen Leontina. QUEIROZ, Ângela Hering de. Migração, movimento e transformação: irrupção do novo nas relações familiares. IN: CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira (Org.). **Família em movimento.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MYERS, Greg. Análise da conversação e da fala. In: BAUER, Martin. GASKELL, George (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2002. p.64.

OLIVEIRA, José Aldemir. **Cidades na selva.** Manaus: Valer, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Geografia das lutas no campo.** Série Repensando a geografia. 9ª Edição. São Paulo: Contexto, 1999.

OSSAME, Ricardo. As cidades na Amazônia pelos viajantes. IN: BASTOS, Élide Rugai. FREITAS PINTO, Renan. (Orgs.). **Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro.** Manaus: Valer, 2007.

PORTILHO JESUS, Cláudio. **Utopia cabloca amazonense: agricultura familiar em busca da economia solidária.** Canoas/RS: Editora da ULBRA, 2000.

REY, Fernando González. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios.** São Paulo: Thomson e Pioneira. 2ª Edição Revisada, 2005.

RIBEIRO, Marlene. **A Universidade Vai ao Povo ou o Povo Vai à Universidade? Um estudo sobre a crise da universidade moderna e de alternativas para uma universidade brasileira democrática e competente.** Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

ROMANELLI, Geraldo. **O processo de saúde/ doença em famílias de baixa renda e a ação do Estado.** IN: Revista Mimeses. Ciências Humanas. Bauru/SP: EDUSC, Vol. 24, Nº 1, 2003. P.109-123.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 3ª Edição. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** SP: Cortez, 2005. P.87-112.

SARTI, Cynthia Andersen. Algumas questões sobre família e políticas sociais. IN: COSTA, Livia Fialho e JACQUET, Christine (Orgs). **Família em Mudança**. SP: Companhia Ilimitada, 2004. P.193-213.

_____. Famílias enredadas. IN: ACOSTA, Ana Rojas. VITALLE, Maria Amália. **Família, redes, laços e políticas públicas**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez/IEE-PUC-SP, 2002. P. 21-35.

_____. A sedução da igualdade: trabalho, gênero e classe. IN: SCHPUN, M.R. **Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero**. Florianópolis: Editora de Mulheres, 1997. P. 157- 169.

SCHERER, Elenise. Mosaico terra-água: a vulnerabilidade social ribeirinha na Amazônia – Brasil. IN: **A questão social no novo milênio**. Coimbra: Anais do VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais. 16-18 de setembro de 2004.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória**. Coleção Paradidáticos UNESP. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. Assentamento Bela vista, a peleja para ficar na terra. IN: MARTINS, José de Souza Martins (Org.) **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, Marilene Corrêa. **O paiz do Amazonas**. Manaus: Edua, 1996.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão de literatura**. Porto Alegre: Revista Sociologias Nº 16, Jul/Dez 2006.

THOMPSON, Edward. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. P.16-199.

VASCONCELOS, Naumi A. de. Qualidade de vida e habitação. IN: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **Psicologia social comunitária**. 12ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2007. P.127-163.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **A questão da universidade**. São Paulo: Cortez, 1986.

WAGNER, Adriana. **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis, RJ: Vozes Editora, 2002.

WANDERLEY, Luís. **O que é universidade?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

ANEXOS

Anexo I



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO AMAZONAS - SR(15)
Av. André Araújo, 901, Aleixo – CEP: 69060-001 – Fone: (92)3642-338 – Fax: (92)3642-3445



TERMO DE CONCORDÂNCIA

Eu, Maria do Socorro Marques Feitosa, Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Seção do Estado do Amazonas – INCRA/AM, localizado à Avenida André Araújo, nº 901 - Aleixo, autorizo a pesquisadora Ana Cristina Fernandes Martins, da Universidade Federal do Amazonas - Faculdade de Educação, a obter dados na sede desta instituição, através de acesso aos arquivos, cadastros, bancos de dados e mapas de localização referentes às famílias residentes nas comunidades situadas no Ramal Pau Rosa- Projeto de Assentamento Tarumã-Mirim, no município de Manaus, Estado do Amazonas, enquanto subsídios à pesquisa intitulada “Família e Políticas Públicas: as percepções das famílias sobre os serviços públicos oferecidos no Ramal Pau Rosa - Projeto de Assentamento Tarumã-Mirim, Manaus-Am”.

Manaus, 14 de Novembro de 2007.

Maria do Socorro Marques Feitosa

Anexo II

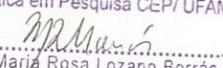
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM

PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas aprovou, em reunião ordinária realizada nesta data, por unanimidade de votos, o Projeto de Pesquisa protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº. 0149.0.115.000-08, intitulado: “**Família e políticas públicas: as percepções das famílias sobre os serviços públicos oferecidos no ramal Pau Rosa/ Projeto de Assentamento tarumã-Mirim, Manaus-Am**”, tendo como Pesquisadora Responsável Ana Cristina Fernandes Martins.

Sala de Reunião da Escola de Enfermagem de Manaus – EEM da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus/Amazonas, 11 de junho de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFAM


.....
Profª Drª Maria Rosa Lozano Borrás
Coordenadora

Anexo III

Mapa do Assentamento Tarumã-Mirim – Divisão dos lotes

Fonte: INCRA-AM / 2009



LINHA DE LIMITE DO DISTRITO AGROPECUARIO DA SUFRAMA/IBAMA

MINISTERIO DO DESenvOLVIMENTO AGROPECUARIO - RUA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA, AVENIDA BRASILIA, S/N, BRASIA, D.F. CEP: 70.610-900	
PROJETO DE CADASTRO RURAL	
ATOS DE CADASTRO RES. R-194 DE 06/04/76	
OPERAÇÃO DE ADAPTAMENTO - LATA PADRÃO	
DATA: FEV/2010	REVISOR: MANAUS / AN
FEITO: []	CONFIRMO: []
ELABORADO: []	VERIFICADO: []

SAT 16

946

945

944

943

942

941

940

939

938

937

936

935

934

933

932

931

930

929

928

927

926

925

924

923

922

921

920

919

918

917

916

915

914

913

912

911

910

909

908

907

906

905

904

903

902

901

900

899

898

897

896

895

894

893

892

891

890

889

888

887

886

885

884

883

882

881

880

879

878

877

876

875

874

873

872

871

870

869

868

867

866

865

864

863

862

861

860

859

858

857

856

855

854

853

852

851

850

849

848

847

846

845

844

843

842

841

840

839

838

837

836

835

834

833

832

831

830

829

828

827

826

825

824

823

822

821

820

819

818

817

816

815

814

813

812

811

810

809

808

807

806

805

804

803

802

801

800

799

798

797

796

795

794

793

792

791

790

789

788

787

786

785

784

783

782

781

780

779

778

777

776

775

774

773

772

771

770

769

768

767

766

765

764

763

762

761

760

759

758

757

756

755

754

753

752

751

750

749

748

747

746

745

744

743

742

741

740

739

738

737

736

735

734

733

732

731

730

729

728

727

726

725

724

723

722

721

720

719

718

717

716

715

714

713

712

711

710

709

708

707

706

705

704

703

702

701

700

699

698

697

696

695

694

693

692

691

690

689

688

687

686

685

684

683

682

681

680

679

678

677

676

675

674

673

672

671

670

669

668

667

666

665

664

663

662

661

660

659

658

657

656

655

654

653

652

651

650

649

648

647

646

645

644

643

642

641

640

639

638

637

636

635

634

633

632

631

630

629

628

627

626

625

624

APÊNDICES

Apêndice I

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Este termo será lido e apresentado para ser assinado por marido e mulher das famílias entrevistadas.

Eu, **Ana Cristina Fernandes Martins**, professora da Universidade Federal do Amazonas, do Departamento de Administração e Planejamento, da Faculdade de Educação, situada no Campus Universitário, Setor Norte, Av. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, no Coroado, em Manaus estou realizando pesquisa intitulada **Família e Políticas Públicas: as percepções das famílias sobre os serviços públicos oferecidos no Ramal Pau Rosa - Projeto de Assentamento Tarumã-Mirim, em Manaus-Am.**

Essa pesquisa faz parte do estudo de doutorado em Psicologia desenvolvido por essa pesquisadora na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

A pesquisa pretende compreender as percepções de famílias como a sua, de agricultores e agricultoras, sobre os serviços de educação, saúde e incentivo à produção, oferecidos pelos governos: federal, estadual e municipal. Para a realização da pesquisa solicito sua colaboração fornecendo algumas informações.

Se o (a) senhor(a) concordar em participar voluntariamente da pesquisa, numa primeira etapa, será realizada uma entrevista sobre sua história como e quando o(a) senhor(a) chegou ao Assentamento com sua família, as dificuldades e alegrias que tiveram ao longo desse caminho, quantos em casa estudam, o que vocês plantam e/ou criam para sobreviver.

A segunda etapa será dedicada a observar sua rotina e de sua família, conhecer a casa de vocês, como se organizam nas várias tarefas ao longo do dia e, assim, entender melhor como é a vida de vocês. A pesquisadora tomará todo cuidado para não interferir nem prejudicar as atividades da família. Depois, ela fará uma reunião em grupo da qual participarão o(a) senhor(a) junto com seu cônjuge, e os filhos maiores de 14 anos, em horário marcado de acordo com suas possibilidades, para conversar sobre o que vocês pensam sobre os serviços prestados pelas instituições que oferecem educação, saúde e que dão recursos e assistência técnica para a produção de sua família, se vocês estão satisfeitos ou não com esses serviços e, o que gostariam que melhorasse no assentamento.

As entrevistas e as reuniões com sua família serão gravadas. As informações fornecidas pelo (a) senhor(a) ficarão apenas com a pesquisadora e seu nome e de sua família não serão revelados a ninguém. Qualquer imagem ou fotografia somente serão feitas com sua autorização.

É importante informar que o (a) senhor (a) não terá nenhum tipo de despesa, nem receberá nenhum tipo de pagamento para participar dessa pesquisa.

O (a) senhor(a) poderá interromper a entrevista em qualquer momento e isso não causará nenhum prejuízo ao(a) senhor(a), nem a sua família. Caso o (a) senhor (a) tenha alguma dúvida sobre essa pesquisa, poderá entrar em contato comigo pelos telefones **3647-4365** e **9904-9187**.

O resultado final dessa pesquisa será divulgado em seminários, congressos e publicações locais e nacionais.

DECLARAÇÃO

Eu _____ me considero informado(a) sobre a realização da pesquisa e sobre as condições de minha participação e de minha família. Minhas dúvidas foram respondidas e aceito participar voluntariamente da pesquisa e assino este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, do qual receberei uma cópia.

Manaus, ____/____/____.

Assinatura do (a) Participante Voluntário (a)

Assinatura da Responsável pela Pesquisa

Apêndice II

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Este termo será lido e apresentado aos pais de filhos das famílias a serem entrevistadas para que autorizem a participação dos filhos na pesquisa

Eu, **Ana Cristina Fernandes Martins**, professora da Universidade Federal do Amazonas, do Departamento de Administração e Planejamento, da Faculdade de Educação, situada no Campus Universitário, Setor Norte, Av. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, no Coroadó, em Manaus estou realizando pesquisa intitulada **Família e Políticas Públicas: as percepções das famílias sobre os serviços públicos oferecidos no Ramal Pau Rosa - Projeto de Assentamento Tarumã-Mirim, em Manaus-Am.**

Essa pesquisa faz parte do estudo de doutorado em Psicologia desenvolvido por essa pesquisadora na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

A pesquisa pretende compreender as percepções de famílias como a sua, de agricultores e agricultoras, sobre os serviços de educação, saúde e incentivo à produção, oferecidos pelos governos: federal, estadual e municipal. Para a realização da pesquisa solicito a participação de seus filhos maiores de 14 anos em reuniões com a família, para saber o que pensam sobre os serviços prestados pelas instituições que oferecem educação, saúde e que dão recursos e assistência técnica para a produção de sua família, se estão satisfeitos ou não com esses serviços e, o que gostariam que melhorasse no assentamento.

As reuniões com sua família serão gravadas e seus filhos somente participarão das reuniões se concordarem com isso. As informações fornecidas por seus filhos ficarão apenas com a pesquisadora e os nomes deles não serão revelados a ninguém.

É importante informar que seus filhos não terão nenhum tipo de despesa, nem receberão nenhum tipo de pagamento para participar dessa pesquisa.

Seus filhos poderão interromper a entrevista em qualquer momento e isso não causará nenhum prejuízo a eles nem a sua família. Caso o (a) senhor (a) ou seus filhos tenham alguma dúvida sobre essa pesquisa, poderão entrar em contato comigo pelos telefones **3647-4365** e **9904-9187**.

O resultado final dessa pesquisa será divulgado em seminários, congressos e publicações locais e nacionais.

DECLARAÇÃO

Eu _____ me considero informado(a) sobre a realização da pesquisa e sobre as condições da participação de meus filhos. Minhas dúvidas foram respondidas e autorizo voluntariamente meus filhos maiores de 14 anos a participarem da pesquisa, desde que eles também concordem, e assino este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, do qual receberei uma cópia.

Manaus, ____/____/____.

Assinatura do (a) Participante Voluntário (a)

Assinatura da Responsável pela Pesquisa

Apêndice III

Roteiro de entrevista destinado aos pais e mães das famílias participantes da pesquisa.

Descrição dos participantes:

Idade

Origem

Nível de escolaridade

Freqüentam alguma igreja no Assentamento?

Quantos filhos possuem?

Qual a escolaridade dos filhos?

Quando chegaram ao Assentamento?

Descrição das atividades exercidas no Assentamento e o que os motivou a vir morar em área de reforma agrária

1. Atividades no Assentamento

Exerciam alguma ocupação com remuneração antes de chegar ao Assentamento?

Essas ocupações propiciavam renda suficiente para o sustento da família?

Por que decidiram vir morar em área de assentamento?

Como foi a chegada ao Assentamento? Foi como imaginaram?

Quais serviços públicos são oferecidos ao Assentamento e à comunidade onde residem?

Quais culturas plantam ou quais animais criam e por que?

2. Vida familiar

Quantos filhos o(a) sr.(a) tem? Qual a idade e o sexo de cada um?

Quais as atividades de trabalho que o(a) senhor(a) e seus filhos fazem diariamente?

Quem faz as tarefas da casa, como cozinhar, limpar, lavar, passar?

Todos os filhos ajudam nos trabalhos? Esclarecer

Eles freqüentam escola?

Em que série estão?

O (a) senhor (a) acha importante seus filhos freqüentarem a escola?

Qual a importância da escola para seus filhos?

Se não freqüentam escola, qual é o motivo?

Qual a importância da escola para seus filhos?

Apêndice IV

Roteiro Guia de Entrevistas com o Grupo Familiar

Objetivo: Obter comentários, relatos de experiências e comportamentos (expressões, sentimentos de satisfação ou indignação) que expressem as percepções dos diversos membros da família sobre os serviços públicos que usufruem e suas expectativas para melhoria e ampliação desses serviços.

Tópicos Guia

Dificuldades enfrentadas para conseguir realizar o plantio e a colheita, ou criar os animais e usufruir dos produtos gerados por eles.

- Quantas vezes já obteve financiamento para o plantio ou aquisição de animais para iniciar uma produção?
- Como ocorre o acompanhamento técnico das diversas instituições?
- No período de colheita e/ou produção dos animais quem se envolve na atividade?
- Há apoio para escoamento da produção?
- Que tipos de dificuldade já enfrentou para produzir desde que chegou ao Assentamento?

O que é preciso para freqüentar a escola no assentamento e aprender sem desistir: o ideal e o real.

- A escola oferece as condições de acesso para todos os membros da família que dela usufruem ou que desejam dar seqüência aos estudos?
- Como é a escola que freqüentam (municipal, estadual)?
- Possui transporte para chegar à escola?
- Recebem a merenda escolar?
- O que mais gostam na escola e o que não gostam?
- Como é a relação da família com a escola?
- Participam das atividades desenvolvidas pela escola sempre que solicitados?
- O que a escola precisa melhorar para que aprendam com satisfação?

Rotina enfrentada pela família diante de um problema de saúde.

- Os membros da família costumam adoecer com freqüência desde que chegaram ao Assentamento?
- Que doenças já tiveram?
- Sempre recorrem ao posto de saúde quando adoecem?
- Como é o posto de saúde e qual tipo de atendimento faz?
- Como costumam tratar as doenças quando não é possível chegar ao posto de saúde?
- O que deveria melhorar no atendimento à saúde dos familiares e comunidade?

O que deveria ser feito pelo poder público para que a vida no assentamento fosse melhor? Sugestões.

Apêndice V
Ramal e vias secundárias de acesso – Projeto de Assentamento Tarumã-Mirim
Arquivo Fotográfico da Pesquisa – 2008/2009



Km 06 - Ramal do Pau Rosa – Limite demarcatório de acesso ao Projeto de Assentamento Tarumã-Mirim. (Set/2008)



Ramal do Pau Rosa – Trecho nivelado para receber pavimentação que dá acesso ao lote da Família Pé-de-Moleque. (Out/2008)



Vicinal de acesso ao lote da Família Açaf. (Set/2008)



Trecho pavimentado do Ramal do Pau Rosa que dá acesso ao lote da Família Laranja. (Set/2008)



Trecho de vicinal de acesso ao lote da Família Banana. (Mai/2009)



Trecho inicial da vicinal que dá acesso ao lote da Família Hortaliça. (Out/2008)



Saída da vicinal que dá acesso ao lote da Família Farinha. (Set/2008)